

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A
LÍNGUA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX NO
BRASIL: O FUNCIONAMENTO DA CONTRADIÇÃO
NO DISCURSO DO GRAMÁTICO**

DOUTORADO EM LETRAS

Maria Iraci Sousa Costa

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A LÍNGUA NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL: O
FUNCIONAMENTO DA CONTRADIÇÃO NO DISCURSO DO
GRAMÁTICO**

por

Maria Iraci Sousa Costa

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Orientador: Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Costa, Maria Iraci Sousa
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A LÍNGUA NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL: O FUNCIONAMENTO DA
CONTRADIÇÃO NO DISCURSO DO GRAMÁTICO / Maria Iraci Sousa
Costa.-2015.
169 p.; 30cm

Orientadora: Amanda Eloina Scherer
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2015

1. produção do conhecimento 2. contradição 3.
interpretação 4. sujeito 5. gramática I. Scherer, Amanda
Eloina II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado**

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A LÍNGUA NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL: O
FUNCIONAMENTO DA CONTRADIÇÃO NO DISCURSO DO
GRAMÁTICO**

Elaborada por
Maria Iraci Sousa Costa

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Amanda Eloina Scherer, Dr. (Presidente/UFSM)

Irène Fenoglio, Dr. (ENS-Paris)

Luiz Francisco Dias, Dr. (UFMG)

Cármem Lúcia Hernandes Agustini, Dr. (UFU)

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 18 de maio de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Amanda Eloina Scherer, pela oportunidade de orientação a mim concedida, pela confiança depositada, pelo incentivo permanente e pela amizade perene ao longo desses oito anos de orientação (IC, mestrado e doutorado). Obrigada por não deixar de acreditar em mim e por compreender as dificuldades inerentes a este trabalho de pesquisa.

Je tiens à remercier Madame le professeur Irène Fenoglio pour sa disponibilité et son accueil lors de mon stage réalisé au sein de l'ITEM/ENS-Paris, ainsi que pour la merveilleuse opportunité qui m'a été offerte de prendre part à son groupe de recherche si reconnu. Ma participation aux séminaires de l'ITEM m'a notamment aidée à réfléchir sur la problématique de ma recherche doctorale. Je vous remercie vivement pour cette merveilleuse expérience.

Agradeço às professoras do PPGL, pelas importantes contribuições, ao longo do curso de Doutorado, para a realização deste trabalho.

Agradeço à amiga Caroline Mallmann Schneiders, pela amizade, pelo companheirismo e pela ajuda nas tantas vezes que precisei. Agradeço à Marciane Brondani, pelo ombro amigo, pelas palavras certas e por sua presença constante.

Aos colegas do Laboratório Corpus, obrigada pelo aprendizado, pela convivência e pela amizade.

Agradeço ao PPGL, pelo auxílio durante o percurso acadêmico; em especial, ao Jandir, secretário do PPGL, pela presteza e gentileza dedicadas.

Agradeço à CAPES, pela bolsa concedida durante todo o período de doutorado e, especialmente, pela bolsa concedida para a realização de estágio sanduíche no exterior, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

palavra não é coisa
que se diga
quem toma a palavra
pela coisa
diz palavra com palavra
mas não diz coisa com coisa
a palavra pode ser pesada
a coisa, leve
e vice-versa não é coisa alguma
a palavra coisa
não é a coisa palavra
palavra e coisa
jamais serão a mesma coisa

Ricardo Silvestrin

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A LÍNGUA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL: O FUNCIONAMENTO DA CONTRADIÇÃO NO DISCURSO DO GRAMÁTICO

AUTORA: MARIA IRACI SOUSA COSTA
ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, 18 de maio de 2015.

A presente pesquisa, filiada à Análise de Discurso de linha francesa pecheuxtiana e à História das Ideias Linguísticas, tem o objetivo de propor uma reflexão sobre a contradição que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático ao produzir conhecimento sobre a língua. Para tanto, como ponto de partida para a nossa reflexão, selecionamos três gramáticas publicadas em meados do século XX, mais especificamente entre 1956 e 1961, a saber, **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), **Gramática Resumida**, de Celso Pedro Luft (1960), e **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961). Nessas gramáticas, dedicamo-nos a compreender como se constitui a contradição entre as diferentes tomadas de posição de sujeito gramático em relação à apreensão de um mesmo objeto de conhecimento. Desse modo, a contradição que referimos aqui é aquela que se manifesta no fio do discurso ao ser retomado um enunciado que remete a outra tomada de posição sujeito. Para compreender como se constitui o funcionamento da contradição no interior do domínio do saber gramatical, mobilizamos, principalmente, a noção de discurso-transverso e as modalidades de funcionamento subjetivo (PÉCHEUX, 2009 [1988]). Com esse dispositivo de análise, desenvolvemos uma reflexão para compreender como se estabelecem as relações de contradição entre as tomadas de posição do sujeito gramático. A partir do estudo desenvolvido, compreendemos que a contradição se constitui entre as tomadas de posição do sujeito gramático e remete à forma singular como o sujeito apreende o seu objeto de conhecimento. Além disso, é preciso considerar que a tomada de posição sujeito, ainda que não se sobreponha à tomada de posição sujeito dominante, também é regida por um processo de identificação, de modo que não é possível a esse sujeito lançar-se para fora da ideologia que o domina. Nesse sentido, ainda que o sujeito tenha a ilusão da autonomia sobre seu dizer (esquecimento nº. 1) e acredite (ilusoriamente) que é livre para tomar posição, o seu discurso é determinado histórica e ideologicamente pela posição na qual ele se inscreve.

Palavras-chave: produção do conhecimento; sujeito; interpretação; contradição; gramática.

RÉSUMÉ

Thèse de Doctorat
Programme de Post-Graduation en Lettres
Université Fédérale de Santa Maria

LA PRODUCTION DE LA CONNAISSANCE SUR LA LANGUE À LA MOITIÉ DU XXe SIÈCLE AU BRÉSIL: LE FONCTIONNEMENT DE LA CONTRADICTION DANS LE DISCOURS DU GRAMMAIRIEN

AUTEUR: MARIA IRACI SOUSA COSTA
DIRECTRICE DE THÈSE: AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, le 18 mai 2015.

Cette recherche s'inscrit dans le domaine théorique de l'*Histoire des idées linguistiques et de l'analyse du discours* ; son but est proposer une réflexion sur la contradiction qui s'établit entre les différentes prises de position du sujet grammairien à produire la connaissance sur la langue. Pour développer cette problématique, nous sélectionnons, en guise de corpus d'analyse, trois grammaires brésiliennes de la langue portugaise publiées à la moitié du XXe siècle : **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), **Gramática Resumida**, de Celso Pedro Luft (1960), e **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961). Dans ces grammaires, nous nous consacrons à comprendre comment se constitue la contradiction entre les différents prises de position du sujet grammairien par rapport à la saisie du même objet de la connaissance. Ainsi, la contradiction que nous nous référons ici est celle qui se manifeste dans le fil du discours à être repris un énoncé qui se réfère à une autre prise de position sujet. Pour comprendre comment se constitue le fonctionnement de la contradiction dans le domaine du savoir grammatical nous mobilisons essentiellement la notion de discours transverse et les modalités de fonctionnement subjective (PÊCHEUX, 2009 [1988]). Avec ce dispositif d'analyse, nous développons une réflexion pour comprendre comment il s'établissent les relations de contradiction entre les prises de position du sujet grammairien. À partir de l'étude a développé, nous comprenons que la contradiction se constitue entre les prises de position du sujet grammairien et se réfère à la façon singulier dont le sujet appréhende son objet de connaissance. En outre, il faut considérer que la prise de position du sujet, bien qu'il ne se chevauche pas à la reprise de position du sujet dominante, est également régie par un processus d'identification, de sorte que le sujet ne peut pas se jeter dehors de l'idéologie dont le domine. En ce sens, même si le sujet ait l'illusion de l'autonomie sur leur dire (l'oubli n°. 1) et qu'il croie (faussement) d'être libre pour prendre position, le discours du sujet est déterminé historiquement et idéologiquement par la position dans laquelle le sujet s'inscrit.

Mots-clés: la production de connaissance; sujet; interprétation; contradiction; grammaire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - Memórias não-subjetivas (mas nem tanto assim)	10
---	-----------

PARTE 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1. Sujeito, resistência e modalidades de funcionamento subjetivo	22
1.2. Formação Discursiva, interdiscurso e contradição	32
1.3. Contradição: estrutura e acontecimento, memória e esquecimento	41
1.4. Gramática e interdiscurso, definição e contradição	45

PARTE 2 – UM INSTRUMENTO IMPERFEITO

2.1. Entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas: Um gesto interpretativo	49
2.2. Um olhar discursivo sobre a produção do conhecimento na gramática	58
2.3. A gramática no Brasil e o processo de (des)colonização linguística	65
2.4. A produção do conhecimento gramatical na segunda metade do século XX: condições de produção	69
2.5. A hora da virada: em busca de um rigor metodológico para os estudos gramaticais	79
2.6. Produção do conhecimento sobre a língua: entrecruzamento de saberes	85

PARTE 3 – SOBRE O(S) OBJETO(S): CECI N'EST PAS LA LANGUE

3.1. A constituição de um objeto de conhecimento e o lugar da interpretação	94
3.2. Constituição de um dispositivo analítico	103
3.3. Sobre a constituição do arquivo e do <i>corpus</i>	107
3.4. Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1957): em busca de uma norma perfeita	116
3.5. Gramática Resumida (1960): em busca de um método perfeito	128
3.6. Moderna Gramática Portuguesa (1961): em busca de um objeto perfeito	145

O gramático, um mau sujeito (no sentido peuceuxtiano do termo)	159
---	------------

Referências bibliográficas	164
-----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Memórias não-subjetivas (mas nem tanto assim)

“Aqueles que são sábios dizem que se deve começar do começo. Mas dificilmente definem o *que* é ou *onde* é o começo” (ORLANDI, 1988, p. 9, itálicos da autora).

Considerar a produção do conhecimento na ordem do discurso e na ordem da história leva-nos a refletir sobre a nossa própria escritura e também sobre a nossa condição de sujeito em relação ao conhecimento. Admitir a descentralização do sujeito faz-nos questionar a nossa própria condição em relação àquilo que dizemos e escrevemos. Nesse sentido, se entendemos que o sujeito não é a origem do seu discurso – não é dono de suas palavras, nem pode controlar o seu sentido – e que todo sujeito não enuncia senão de uma posição ideológica dada, como poderíamos começar se esse começo já está dado desde sempre? Se esse começo já foi dado, ainda que não se saiba exatamente quando, nem onde, nem por quem, não podemos nos alçar para fora da história, como o barão de Münchhausen¹, para construir um novo começo.

A partir da forma como entendemos o processo de produção do conhecimento sobre a língua, enquanto sujeito analistas de discurso, não somos a origem do dizer e também somos interpelados ideologicamente e não estamos fora da história, do discurso e da ideologia. Não podemos negar a interpretação nem tentar omiti-la, pois, enquanto sujeitos de/na linguagem, só podemos enunciar a partir de uma posição ideológica determinada historicamente. Tendo em vista que só nos constituímos como sujeito na/pela linguagem, não poderíamos sustentar que o nosso posicionamento é objetivo, pois tomar partido pela objetividade seria pressupor que estamos fora da linguagem, ou que a linguagem poderia falar por si mesma, ou como se fosse possível falar do lugar da não-pessoa (BENVENISTE, 1989). Para nós, não se trata de negar nossa subjetividade e nosso gesto interpretativo, pois “não pretendemos estar supondo uma posição neutra do analista.

¹ Fazemos referência aqui à obra **As aventuras do Barão de Münchhausen**, referência constante na obra de Pêcheux (2009 [1988]), em que o personagem, montado em seu cavalo, se ergue para fora do mar puxando-se pelos próprios cabelos.

uma posição neutra do analista. Não só ele está sempre afetado pela interpretação, como um dispositivo analítico marca uma posição em relação a outras” (ORLANDI, 2007, p. 85). Nesse sentido, para nós, a subjetividade não se opõe à objetividade, mas a uma posição não-subjetiva, na medida em que as nossas escolhas são motivadas por um dispositivo analítico construído a partir de uma dada materialidade que tomamos como *corpus* para compreender o processo de produção do sentido.

Desse modo, os questionamentos que orientam a presente pesquisa de tese não poderiam ser plenamente objetivos, nem se iniciam de fato aqui, mas começam² (se é que poderíamos falar em começos, no que toca à História das Ideias Linguísticas) durante o período de Iniciação Científica (IC), em 2007, sob orientação da Professora Dr. Amanda Scherer. Nossas primeiras inquietações e questionamentos sobre a produção do conhecimento linguístico foram encorajados no seio do projeto “Linguística no sul: estudo das ideias e organização da memória dos anos 80 a 2000”, coordenado pela Professora Dr. Amanda Scherer, nossa orientadora desde então.

A nossa hesitação em ter de definir um começo justifica-se na medida em que, ao longo desse percurso de estudo e orientação, compreendemos que há ainda outros fatores que antecedem a filiação do nosso estudo a uma dada teoria e a uma dada comunidade científica. Segundo Scherer (2011), todo trabalho acadêmico está pautado sobre dois planos intimamente interligados, o Plano das Ideias e o Plano Teórico. O Plano das Ideias, segundo a autora, é da ordem da subjetividade plena, “é nele que cada um de nós pode e deve se mostrar, é nele que cada um de nós coloca para ‘fora do armário’ o que tem de mais íntimo no plano das ideias” (SCHERER, 2011, p. 11). Entendemos que é no Plano das Ideias que se manifesta a nossa singularidade desde o primeiro gesto de selecionar um objeto de estudo. Sendo assim, ainda que esse objeto tenha sido mobilizado em outras pesquisas, é o nosso olhar que singulariza a nossa pesquisa.

² Talvez nosso interesse pela Linguística e pelas reflexões desse domínio tenha começado um pouco antes, nas aulas de Linguística Geral, também ministradas pela Professora Dr. Amanda Scherer. Como permanecer indiferente diante da temática do arbitrário do signo ou da teoria do valor propostas por Ferdinand de Saussure? A lucidez do mestre genebrino diante da materialidade da língua tocou-nos de tal forma que nunca mais fomos as mesmas depois da leitura do Curso de Linguística Geral.

Já no Plano Teórico, que não está dissociado do Plano das Ideias, é constituído a partir daquilo que o orientador faz, isto é, em “qual problemática de pesquisa ele está colocado teoricamente” (SCHERER, 2011, p. 11). É no Plano Teórico que as nossas ideias materializam-se, sendo então formuladas e linearizadas em questões teóricas, e não mais se limitando a questões empíricas. Nesse sentido, entendemos que é por meio do entrecruzamento desses dois planos que constituímos a nossa questão de pesquisa. É também no entremeio desses dois planos que:

[...] a relação entre orientador e orientando se faz matéria e é fundamental. Relação importante para a constituição do objeto teórico e para a compreensão do político em funcionamento na e da comunidade científica a que pertença. Tal relação está posta em uma discursividade sem limites, mas que não é nem pode ser qualquer uma, pois ela é regida pelo simbólico. Ela está posta também na aprendizagem da ética e do respeito à diferença (SCHERER, 2011, p. 11).

Desse modo, o que “tiramos para fora do armário” e procuramos problematizar na/pela teoria, inscrevendo nossas questões na articulação entre esses dois planos, desde o período de IC, são os gestos de interpretação que constituem o dizer do sujeito, isto é, como o sujeito constitui-se, a partir do seu gesto interpretativo que é projetado no discurso, ao produzir conhecimento. Durante o período de IC, nossos questionamentos estiveram voltados para a produção do conhecimento sobre a língua na gramática bem como a articulação entre os saberes da gramática e da Linguística. Durante esse período, dedicamo-nos, sobretudo, ao estudo de duas gramáticas publicadas pelo gaúcho Celso Pedro Luft, a saber, a **Gramática Resumida** (1960) e a **Moderna Gramática Brasileira** (1976). A primeira gramática foi publicada logo após a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), com o propósito de explicar a aplicação da nova nomenclatura vigente; já a **Moderna Gramática Brasileira** deveria ser a terceira edição da **Gramática Resumida**, mas, tendo em vista a tomada de posição do gramático em relação à NGB e também as novas tendências linguísticas, já não se tratava mais da primeira edição, tampouco de uma gramática resumida. Desse modo, interessou-nos a tomada de posição do gramático em relação à nova nomenclatura vigente e, principalmente, a constituição do sujeito enquanto gramático em relação ao saber do linguista.

Em nosso trabalho de dissertação de mestrado³, dedicamo-nos a compreender o funcionamento da interpretação na definição inscrita na gramática, isto é, desenvolvemos uma reflexão sobre como se constitui o gesto de interpretação do gramático, tomando como recorte a definição. O interesse pela definição justifica-se na medida em que a entendemos como uma formulação cuja aparência semanticamente estável produz um efeito de evidência do saber, dissimulando o gesto interpretativo do sujeito que define. A partir do estudo depreendido, entendemos que a definição constitui-se enquanto uma formulação singular que assegura um dado gesto interpretativo e que historiciza, passando a fazer parte do interdiscurso, ao mesmo tempo em que individualiza o sujeito, colocando-o como responsável por aquilo que diz e que escreve.

Esse estudo teve como ponto de partida a designação “sintagma” na **Moderna Gramática Brasileira**, de Celso Pedro Luft (1976), gramática que já vínhamos estudando desde o período de IC. Diante dessa designação genuinamente saussuriana⁴ encontrada na gramática, nossos primeiros questionamentos foram: a) como se estabelece a relação entre o saber do gramático e o saber do linguista?; b) a definição atribuída pelo gramático a essa designação é a mesma definição atribuída por Ferdinand de Saussure?; c) como uma gramática que havia sido publicada inicialmente com o propósito de aplicar a NGB passa a introduzir designações que fazem parte do domínio de saber do linguista?; d) que efeitos de sentido essa designação produz ao ser inscrita no domínio de saber do gramático nessas condições de produção? Procurando respostas para tais questionamentos, buscamos compreender os efeitos de sentido produzidos por essa designação, bem como a definição que é atribuída pelo

³ Dissertação intitulada **A definição atribuída à designação “sintagma”: deslocamento e efeitos de sentido**, defendida em fevereiro de 2012, sob orientação da professora Dr. Amanda Eloina Scherer (PPGL/UFSM).

⁴ Segundo Michel Arrivé (2010 [2007], p. 74, itálicos do autor), “parece que Saussure é, claramente, o primeiro que utilizou o termo *sintagma* para designar um objeto linguístico. O TLF e o DEHF concordam em lhe dar 1916 como primeira datação, data da edição original do CLG. Não há dúvida de que a datação é exata quando se levam em conta as fontes impressas: salvo esquecimento, Saussure não utiliza o termo sintagma em nenhum dos textos – todos necessariamente anteriores ao CLG, logo publicados com o autor em vida – reunidos em Recueil. Mas ele utiliza, em duas ocasiões, no projeto do livro ‘Da dupla essência da linguagem’: ‘Denominamos sintagma a fala efetiva’ (**Écrits**, 61; ‘fala efetiva’ se opõe a ‘*paralelia* ou fala potencial’, com essa oposição prefigurando a oposição entre ‘relações sintagmáticas’ e ‘relações associativas’). O projeto não foi datado pelos editores dos **Escritos**. Mas Rudolf Engler, em outro texto (2002, 181), data-o de dezembro de 1891. Então, parece ser desse momento que data a primeira utilização linguística de *sintagma*”.

gramático, a partir da sua relação com outras formulações, pois temos como pressuposto que uma formulação só pode ser compreendida ao ser (re)inscrita em um dado processo discursivo. Desse modo, o *corpus* da nossa pesquisa foi constituído por quatro definições atribuídas à designação “sintagma”, situadas em quatro obras distintas, a saber: **Moderna Gramática Brasileira**, de Celso Pedro Luft (1976), **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa**, também de Celso Pedro Luft (1967), **Dicionário de Filologia e Gramática referente à Língua Portuguesa**, de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1964), e o **Cours de Linguistique Générale**, de Ferdinand de Saussure (1997 [1916]). O *corpus* não foi constituído *a priori*, mas a partir da relação que uma definição atribuída à designação “sintagma” estabelecia com outra que lhe era precedente, instaurando, desse modo, um movimento de retomada e de reformulação que conduziu a uma formulação-origem. Ao constituir esse *corpus*, tínhamos o objetivo de explicitar como os sentidos constituem-se na história, isto é, de mostrar a historicidade do processo discursivo para compreender os gestos interpretativos que determinam a produção do sentido a partir da reconstituição dessa rede parafrástica. Além disso, esse estudo permitiu-nos compreender como uma dada designação pode ser retomada, deslocando-se e produzindo deslizamentos e efeitos de sentido, e como pode ser singularizada, na medida em que é (re)definida pelo sujeito.

Desse modo, o estudo que desenvolvemos em nossa dissertação de mestrado acerca da definição suscitou outros questionamentos que vieram a constituir a nossa questão de pesquisa. Se, por um lado, a recorrência da definição parece estabilizar o discurso na gramática, por outro, o atravessamento de definições divergentes, ao colocar em evidência a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, parece desestabilizar esse lugar da certeza e do interdito da dúvida. No presente estudo de tese, continuamos nossa busca por tentar compreender como sujeito e sentido inscrevem-se no discurso, isto é, como o sujeito singulariza seu gesto de interpretação ao produzir conhecimento sobre a língua. Desse modo, interessa-nos, sobretudo: como se dá a relação entre o sujeito, o processo de produção do conhecimento sobre a língua e o objeto de conhecimento, bem como, a maneira pela qual a interpretação se inscreve nessa relação. Propomos aqui, portanto, uma reflexão acerca do funcionamento da contradição que se estabelece entre as diferentes tomadas de

posição do sujeito ao produzir conhecimento sobre a língua na gramática. Entretanto, essa categoria, a contradição – assim como a “definição” em nosso estudo de dissertação de mestrado –, não foi eleita *a priori*, nem estava posta antes mesmo de estabelecermos um *corpus*, mas interveio como uma demanda da própria pesquisa, justificada pela questão de que “a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise” (ORLANDI, 2005 [1999], p. 67). Esse ir-e-vir foi motivado por questionamentos que nos levaram a delimitar nosso objeto, sendo que, dentre eles, destacamos: como se dá o gesto de interpretação do sujeito na produção do conhecimento sobre a língua, ou, mais precisamente, de que maneira podemos compreender que o conhecimento sobre a língua não pode ser entendido como um objeto já dado, que foi encontrado na natureza e posto na gramática apenas para ser consultado como uma coisa-a-saber? É possível construir um dispositivo de análise que permita compreender a relação entre o sujeito, o objeto de conhecimento e o objeto real sobre o qual se produz conhecimento? Tendo em vista que a produção do conhecimento sobre a língua não tem uma existência empírica, mas só existe a partir do sujeito, como compreender a natureza e o funcionamento da contradição? Se diferentes gramáticos podem definir, designar e explicar um mesmo objeto de conhecimento de formas diferentes, que efeitos de sentido a contradição tem sobre a constituição da gramática?

Além desses questionamentos, uma das razões que nos motivou a investir sobre a contradição que se estabelece entre as tomadas de posição sujeito gramático foi nosso anseio por compreender que a produção do conhecimento sobre a língua não pode apreender objeto real na sua totalidade, mas se constitui a partir da forma como o sujeito o apreende. Com base nisso, entendemos que, se o objeto de conhecimento é passível de contradição, é porque a sua relação com o sujeito não é senão mediada pela interpretação.

Entretanto, é preciso reconhecer que não somos “a primeira pessoa a pensar no assunto e a questão que nos inquieta não é exclusividade de nossa área de atuação. Aliás, muita gente já escreveu sobre isso sob os mais diversos enfoques” (PETRI, 2000, p. 122). Apesar de a gramática constituir-se sobre um imaginário de unidade da língua e do saber sobre a língua, estudos discursivos e enunciativos que questionam esse

efeito de unidade do saber sobre a língua são bastante frequentes. Desse modo, nossa questão de pesquisa tem sentido porque se inscreve em uma comunidade científica que a faz significar, “pois, ao enunciar – produzir –, eu trago comigo a minha história e a história da comunidade na qual estou inserido” (SCHERER, 2011, p.12).

Junto ao Laboratório Corpus, do qual fazemos parte, muitos estudos têm sido desenvolvidos sobre a história da produção do conhecimento linguístico a partir de gramáticas, dicionários, revistas acadêmicas, programas e ementas de disciplinas, etc., sendo que tais documentos ajudam a compreender o processo de produção do conhecimento sobre a língua. No que toca especificamente à gramática, destacamos o trabalho de Surdi (2010), que, em sua pesquisa de dissertação de mestrado, desenvolveu um estudo acerca dos movimentos e dos funcionamentos que fazem emergir a heterogeneidade, isto é, o diferente no interior do mesmo que constitui a gramática normativa. Para tanto, a autora toma como objeto de estudo a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** (1ª, 15ª e 31ª edições), de Rocha Lima, recortando como *corpus* de análise as composições imagéticas das capas, prefácios, sumários e textos de advertências que introduzem as diferentes edições dessa obra. Destacamos também o trabalho de Dias (2012), que, em sua tese, analisou os efeitos de sentido do nome “gramática” na história da produção do conhecimento sobre a língua no Brasil, tomando como ponto de partida para sua reflexão a definição atribuída ao nome “gramática” na **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961). A autora reflete sobre o estatuto da gramática enquanto arte e enquanto ciência, tendo em vista que se trata de um nome que recebeu diferentes definições ao longo da história da produção do conhecimento sobre a língua.

Nesse sentido, fazemos parte de um grupo de pesquisa em que se reflete sobre o conhecimento produzido na gramática não apenas como algo a saber e para ser consultado, mas também que visa a compreender quais gestos de interpretação constituem o saber sobre a língua na gramática. Em outras palavras, interessa-nos o processo de produção do conhecimento que permitiu ao gramático chegar a uma dada definição.

Além disso, neste percurso acadêmico no qual nos inscrevemos, tivemos, durante o período de doutorado, a oportunidade de desenvolver um estágio sanduíche

em Paris, na École Normale Supérieure, junto ao Institut des Textes et Manuscrit Modernes (ITEM-CNRS), sob co-orientação da Professora Irène Fenoglio. O objetivo principal do estágio de doutorado realizado junto ao ITEM foi o de aprofundar a nossa reflexão acerca tanto do processo de produção do conhecimento linguístico na gramática, quanto da constituição do sujeito e a sua relação com o objeto de conhecimento. Tendo em vista os estudos desenvolvidos junto ao ITEM sobre o processo de produção do conhecimento a partir de textos manuscritos de linguistas, entendemos que a nossa questão de pesquisa teve importantes contribuições com base no diálogo estabelecido com outros campos de estudos dedicados à compreensão do processo de escritura de textos de linguistas.

O estudo da genética de textos “repose sur l’hypothèse et l’observation que toute ouvre est le résultat d’un processus de production qui, comme tel, est inscrit dans une temporalité”⁵ (GANASCIA, FENOGLIO, LEVRAVE, 2004, p. 92). Nesse sentido, a genética de textos dedica-se ao estudo de manuscritos, buscando elucidar os traços gráficos deixados pelo escritor com o objetivo de reconstituir as diferentes etapas do processo de escritura. A genética de textos designa o seu objeto como “avant-texte” (antes-texto), que, segundo Fenoglio (2007) é o “space de travail du généticien, donne à voir les différentes étapes du travail d’écriture, les différentes versions par lesquelles un texte, finalement arrêté, est ‘passé’”⁶ (p. 8). Os estudos desenvolvidos nessa área acerca de manuscritos de linguistas, especialmente os apresentados por Irène Fenoglio a partir dos manuscritos de Emile Benveniste,

nos levam a entender melhor essa noção, mas nos levam, acima de tudo, à compreensão do processo de produção de sentido empreendido por Emile Benveniste quando de seu processo de produção do conhecimento, etapa fundamental daquele que pensa, que dialoga com o que está refletindo, produzindo. Vemos aí o quanto este processo é instigante e tem muito a nos ensinar enquanto pesquisadores que somos. (SCHERER e PETRI, 2013, p. 15)

Da perspectiva discursiva, perspectiva essa em que se situa nosso estudo, também partilhamos do pressuposto de que todo conhecimento sobre a língua é

⁵ “repousa sobre a hipótese e a observação de que toda obra é resultado de um processo de produção que, como tal, está inscrito em uma temporalidade” [tradução nossa]

⁶ “espaço de trabalho do geneticista dá a ver as diferentes etapas do trabalho de escritura, as diferentes versões pelas quais um texto, finalmente finalizado, passou” [tradução nossa]

resultado de um processo produzido por sujeitos na história. Entretanto, nosso ponto de partida não é o manuscrito, mas o texto já finalizado. Essa forma de conceber a produção do conhecimento como um processo também remete ao questionamento do fechamento do texto. Ainda que tomemos o texto como ponto de partida - e não o manuscrito -, não o concebemos como um objeto acabado, mas como um saber inscrito em um processo discursivo que significa pela sua relação com outros saberes em uma dada conjuntura histórica. Desse modo, para nós também interessa o processo de produção do conhecimento, o que nos leva a questionamentos diante de uma dada materialidade linguística, ou seja: como esse saber significa em relação a outros saberes inscritos em uma dada conjuntura?; como esse saber inscreve-se em um dado processo discursivo? A partir da materialidade linguística que selecionamos como ponto de partida para nossa reflexão, procuramos compreender de que maneira um dado saber significa a partir da sua relação com o dito e também com o não dito, estabelecendo uma relação com outros saberes; com isso, visamos a apreender como tal saber se inscreve em um dado processo discursivo.

Em relação à questão de pesquisa que selecionamos para desenvolver nossa tese, dedicamo-nos a compreender o processo de produção do conhecimento linguístico com base no funcionamento da contradição que se estabelece na gramática, isto é, com base na contradição entre tomadas de posição de sujeito gramático em relação a um mesmo objeto de conhecimento. A partir da obra “dita” acabada, questionamos o processo de produção do conhecimento e o modo como o sujeito inscreve-se no discurso alicerçado em seu gesto interpretativo, isto é, ainda que o saber seja apresentado como sempre já ali, como se tivesse sido encontrado, questionamos como se constitui o gesto interpretativo do sujeito ao produzir conhecimento sobre/na língua. Tendo em vista a nossa questão de pesquisa, os estudos realizados sobre os manuscritos de linguistas junto ao ITEM contribuíram com a nossa reflexão, uma vez que estão voltados para compreender como um dado conceito teórico vai sendo constituído ao longo do processo de escritura de manuscritos que antecedem ao texto final. Além disso, esse período de estágio permitiu-nos, principalmente, avançar em nossa reflexão sobre a relação entre o sujeito e o objeto sobre o qual produz conhecimento.

A par desse percurso, definimos como objeto para a nossa reflexão a *contradição que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático*, ou seja a contradição entre saberes sobre a língua – o ponto onde os gramáticos divergem a respeito de um saber –, a fim de refletirmos sobre a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. Para tanto, como ponto de partida para a nossa análise, selecionamos três gramáticas publicadas em meados do século XX, isto é, publicadas entre 1956 e 1961, a saber, **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), **Gramática Resumida**, de Celso Pedro Luft (1960), e **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961). O critério de seleção dessas obras encontra justificativa no fato de que elas se inscrevem em uma conjuntura histórica em que o saber gramatical sobre a língua portuguesa estava, sobretudo, segundo Dias (2010; 2006), pautado sobre a necessidade de sair do empirismo para se construir uma gramática moderna. Esse discurso em busca da modernidade é determinado pelo movimento intelectual estruturalista promovido pela ascensão da Linguística como ciência, como é constantemente referido nos prefácios das gramáticas, inclusive nos prefácios das gramáticas que selecionamos para nossa pesquisa. A conjuntura política do Brasil naquele momento também deu respaldo para que o discurso de modernidade se consolidasse, uma vez que o período compreendido entre 1956 a 1961 ficou conhecido como “governo JK”, em alusão ao nome do presidente Juscelino Kubistcheck, cujo *slogan* de campanha, a lembrar, “50 anos em 5”, fazia referência à recuperação de 50 anos de atraso em 5 anos de mandato presidencial.

Conhecer a conjuntura histórica em que as gramáticas estão inscritas permite-nos compreender as condições de produção em que o saber gramatical sobre a língua no Brasil desenvolve-se e, nesse âmbito, a maneira pela qual se consolida a relação de identidade do brasileiro com a sua própria língua. Nos recortes que selecionamos para desenvolver nossas análises, *objetivamos investigar a contradição que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático ao produzir conhecimento sobre a língua*. Desse modo, nossos recortes têm como foco a contradição entre os sujeitos em relação ao modo de apreender um dado objeto de conhecimento, isto é, o confronto entre a tomada de posição do sujeito e a retomada de uma outra tomada de

posição que lhe é divergente. Interessa-nos compreender, por meio da categoria da contradição, como o sujeito constitui-se e produz conhecimento a partir da sua relação com o outro. Como dispositivo de análise, mobilizamos, principalmente, as noções de modalidades de funcionamento subjetivo e de discurso-transverso (PÊCHEUX, 2009 [1988]), para compreender o momento em que cessa a homogeneidade lógica da gramática, ou seja, o ponto onde o gramático, para sustentar sua tomada de posição, retoma saberes divergentes do seu, constituindo assim a contradição. Desse modo, cabe ressaltar que a contradição que abordaremos em nosso estudo não pré-existe ao objeto de conhecimento; pelo contrário, ela estabelece-se justamente na produção do conhecimento sobre a língua na relação entre os sujeitos e o objeto de conhecimento. Nesse sentido, a contradição que nos interessa não é aquela do sentido lógico, mas aquela que é inerente a uma mesma formação discursiva. Não se trata, portanto, de confrontar duas formações discursivas antagônicas, mas de compreender como a contradição constitui-se no próprio seio da formação discursiva gramatical quando se produz conhecimento.

A nossa questão de pesquisa tem como ponto de partida a contradição entre os gramáticos para definir e explicar um objeto de conhecimento. Para isso, consideramos, como pressuposto, que o conhecimento sobre a língua, apresentado na gramática, não é anterior ao sujeito, nem pode ser encontrado ou descoberto na natureza, pois só existe a partir da interpretação do sujeito. Nessa medida, entendemos que a contradição é da ordem da interpretação, uma vez que aponta para um dado gesto interpretativo do sujeito em relação à forma de conceber um objeto de conhecimento.

Na primeira parte do nosso trabalho, desenvolvemos uma reflexão acerca da concepção de sujeito proposta por Pêcheux (2009 [1988]), o qual é entendido como sempre já interpelado pela ideologia. Nesse viés, interessa-nos a possibilidade de o sujeito resistir a essa interpelação, posicionando-se diferentemente em relação à ideologia dominante. Insistimos nessa problemática da possibilidade de resistência do sujeito à ideologia que o domina para compreender como a contradição constitui-se na formação discursiva do gramático e como o sujeito relaciona-se com a contradição que é inerente ao saber gramatical. Assim sendo, a noção de sujeito é fundamental para o nosso estudo, na medida em que nos permite compreender que o sujeito que enuncia,

na gramática, não é a origem do (seu) dizer, mas constitui-se enquanto tal, ao ser tomado por um discurso e ao enunciar de uma dada posição ideológica. A noção de discurso-transverso também se faz fundamental ao nosso estudo, na medida em que nos permite explicitar metodologicamente como constitui-se a contradição no discurso sobre a língua na gramática, isto é, o discurso-transverso se constitui no discurso pela retomada de outros saberes que são linearizados no fio do discurso, estabelecendo, desse modo, uma tensão na ordem do discurso.

Na segunda parte deste estudo, desenvolvemos uma reflexão sobre a articulação entre a Análise de Discurso (AD) e a História das Ideias Linguísticas (HIL), para compreender que implicações têm esse entrecruzamento para ambos os campos e como nosso estudo situa-se nesse entremeio. Apresentamos também uma reflexão sobre a forma como compreendemos a gramática a partir dessa relação de entremeio entre a AD e a HIL. Além disso, fizemos um panorama histórico, desde a emergência da Linguística como ciência, para compreender como esse novo paradigma vai intervir sobre o saber gramatical no Brasil. Para isso, remontamos ao século XIX, a fim de compreender quais eram os estudos dominantes, o que muda com a proposta saussuriana e como essa nova orientação vai influenciar também o saber do gramático. Nosso interesse é compreender como esses dois domínios de saber inter-relacionam-se e como o saber do linguista intervém sobre o saber do gramático.

Na terceira parte do trabalho, dedicamo-nos a refletir analiticamente sobre o objeto que selecionamos para estudo, bem como explicitar a construção do dispositivo de análise para compreender o funcionamento da contradição na gramática, além de analisar os recortes das gramáticas que escolhemos para refletir sobre a problemática da contradição. Buscamos compreender, através da noção de discurso-transverso e das modalidades de funcionamento subjetivo, o gesto interpretativo e a maneira pela qual o sujeito toma uma dada posição em relação à contradição que se estabelece entre as diferentes formas de apreender um dado objeto de conhecimento.

PARTE 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

“Na verdade, todo ‘ponto de vista’ é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real, uma visão ou construção que representasse o real” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 168).

1.1. Sujeito, resistência e modalidades de funcionamento subjetivo

Iniciamos nossa reflexão por uma noção muito cara à Análise de Discurso (AD) e que contribui de forma singular para a nossa pesquisa, que é a noção de sujeito. Tal como é proposto pela AD, o sujeito é concebido não como origem do dizer, mas é constituído ao ser tomado por um discurso com o qual se identifica. Esse é o pressuposto sobre o qual está pautada nossa reflexão sobre a própria condição do sujeito ao produzir conhecimento sobre a língua. O sujeito não produz conhecimento sozinho e tampouco poderia produzir um conhecimento absolutamente novo sem relação com a história, pois “não é o Homem que produz os conhecimentos científicos, são os *homens*, em sociedade e na história, isto é a *atividade humana social e histórica*” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 172). Desse modo, quando referimos a noção de sujeito, remetemos à questão de que não se trata de um sujeito empírico, com uma identidade referenciável, pois se trata antes de uma posição social e ideológica projetada no discurso, a qual é significada pela relação que se estabelece entre o dito, o já-dito e também entre o não-dito.

Desse modo, a noção de sujeito concebida pela AD não pode ser dissociada da noção de ideologia. A noção de ideologia, por sua vez, retomada por Pêcheux a partir de Althusser, não deve ser entendida como um conjunto de ideias, mas como uma “representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1996, p. 126) e que tem uma existência material que se realiza através de práticas regidas por rituais dentro de um aparelho ideológico. A

ideologia é entendida como *mediação* das relações entre os sujeitos em uma dada formação social.

O reconhecimento do sujeito como sempre já sujeito e a naturalização do sentido como sempre já-lá são os efeitos do desconhecimento ideológico das causas que determinam o sujeito e naturalizam o sentido, contribuindo desse modo para a construção de evidências, o que é próprio da ideologia. Nessa medida, o funcionamento da ideologia torna-se mais eficaz quanto menos o sujeito conhece as causas que o determinam, isto é, “quanto menos se conhecem as causas, mas se é submetido a elas” (PÊCHEUX, 1977).

A noção de sujeito proposta por Pêcheux (2009 [1988]) repousa sobre uma concepção althusseriana que é pensada a partir da noção de interpelação ideológica. Desse modo, o sujeito é entendido enquanto uma evidência primeira que o coloca na condição de sempre já sujeito, quando, na verdade, explica Pêcheux (2009 [1988]), retomando Althusser, trata-se de uma interpelação ideológica do indivíduo em sujeito de seu discurso. A *figura* da interpelação, religiosa e policial, como destaca Pêcheux, tem o mérito de tornar tangível “o vínculo entre o ‘sujeito de direito’ (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais) e o ‘sujeito ideológico’ (aquele que diz ao falar de si mesmo: ‘Sou eu!’)” (PÊCHEUX, (2009 [1988], p. 140, grifo do autor). Além disso, esse vínculo permite observar, dos bastidores do teatro da consciência, que se fala *do* sujeito, que se fala *ao* sujeito antes que mesmo que o sujeito possa dizer “eu falo”.

Dessa forma, a evidência de que o sujeito só poderia dizer “eu” ao falar de si mesmo resulta do processo de interpelação-identificação mediado pela ideologia, que produz um efeito retroativo ao colocar o indivíduo na condição de sempre já sujeito. Segundo Althusser (1996), a interpelação do indivíduo em sujeito, “na realidade, essas coisas acontecem sem nenhuma sucessão. A existência da ideologia e o chamamento ou interpelação dos indivíduos como sujeito são uma e mesma coisa” (ALTHUSSER, 1996, p. 134). O sujeito é sempre já sujeito e não pode resistir à interpelação, o que, segundo o autor, se trata “um fenômeno estranho, que não pode ser explicado apenas pelos ‘sentimentos de culpa’, a despeito do grande número dos que ‘têm peso na consciência’” (ALTHUSSER, 1996, p. 134).

Uma vez interpelado pela ideologia, o sujeito reconhece-se enquanto tal e passa a ocupar uma posição inscrita em uma dada formação discursiva, uma vez que “o que define o sujeito é o lugar do qual ele fala em relação aos diferentes lugares de uma formação social” (ORLANDI, 2006, p. 109-110). Desse modo, da perspectiva da interpelação, o sujeito é sempre já assujeitado e determinado historicamente pela ideologia que o domina, de forma que se produz um efeito de naturalização de que ele é sujeito de seu discurso. O sujeito, por essa concepção, passa a ser entendido como determinado por seu exterior, ainda que se reserve uma certa autonomia relativa que garante a sua tomada de posição ideológica e discursiva em relação à ideologia dominante. Segundo Pêcheux (2009 [1988]), a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso realiza-se pela sua identificação com a formação discursiva que o domina.

A partir dessa perspectiva, Pêcheux (2009 [1988]) questiona essa naturalização do reconhecimento do sujeito como sempre já sujeito, na medida em que ele é chamado à existência antes mesmo de que possa dizer “eu”, isto é, questiona-se se há a possibilidade de, enquanto sujeito, resistir à interpelação ideológica. Nessa esteira, Pêcheux (2009 [1988]) considera a interpelação como um *processo* que supõe necessariamente um desdobramento que é constitutivo do sujeito. Segundo o autor, tem-se, de um lado, o “‘sujeito da enunciação’, [...] – portanto, o sujeito que ‘toma posição’, com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 198) e, de outro, “o sujeito universal, o sujeito da ciência ou do que se pretende como tal” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 198). Esse desdobramento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal pode assumir diferentes modalidades.

A primeira modalidade, que Pêcheux chamou de “bom sujeito”, refere-se à identificação plena do sujeito em relação à ideologia dominante, isto é, uma superposição do sujeito da enunciação ao sujeito universal. Essa modalidade pode ser ilustrada com o personagem Parsons, do livro **1984**, de George Orwell, que leva às últimas consequências a identificação plena com a ideologia do Partido, ainda que sustentar tal tomada de posição possa implicar a sua morte. No referido livro, Parsons é descrito como “um homem gorducho mas ativo, de estupidez paralisante, uma massa de entusiasmo imbecil – um desses servos dedicados e absolutamente fiéis dos quais

dependia a estabilidade do Partido, mas do que da Polícia do Pensamento” (ORWELL, 1976, p. 24). Posteriormente, ele é acusado de traição, por ter praticado a Crimideia. Em novílingua (a língua ideal criada pelo Partido que objetiva reduzir a língua ao menor número de palavras possível para limitar a capacidade de pensar) existe a expressão “Crimedeter”, que significa a “faculdade de deter, de paralisar, como por instinto, no limiar, qualquer pensamento perigoso. Inclui o poder de não perceber analogias, de não conseguir observar erros de lógica [...]” (ORWELL, 1976, p. 198). Permitir-se reconhecer contradições no interior do próprio Partido configura-se como crimideia. Parsons foi acusado pela própria filha de sete anos de pronunciar palavras de ordem contra o Partido enquanto dormia. Quando questionado se realmente era culpado, Parsons, sem relutar, afirma: “– Naturalmente que sou! – gritou Parsons, com uma olhadela servil à placa de metal. – Não crês que o partido prenda inocentes?” (ORWELL, 1976, p. 216). E, em seguida, completa, reafirmando a sua fidelidade ao Partido, mesmo sendo acusado de traidor: “Cá entre nós, meu velho, ainda bem que me pegaram antes que fosse além. Sabes o que vou dizer a eles quando comparecer no tribunal? ‘Obrigado’, direi ‘obrigado por me salvarem antes que fosse tarde demais” (ORWELL, 1976, p. 217).

Teria mesmo Parsons proferido palavras de ordem contra o Partido? A identificação entre sujeito da enunciação e o sujeito universal sobrepõe-se de tal forma que o personagem Parsons recusa-se a colocar a acusação em dúvida e ainda agradece ao Partido pela justa punição. Trata-se de um assujeitamento pleno, livremente consentido, em que nada falha, onde a contradição é negada e não existe aos olhos do sujeito, isto é, a contradição não é reconhecida enquanto tal e é aceita como natural pelo sujeito. No caso do livro de Orwell, a contradição é regulada pela noção *duplipensar*, expressão que, em novílingua, “quer dizer a capacidade de guardar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias, e aceitá-las ambas” (ORWELL, 1976, p. 200). Trata-se de um processo que tem de ser consciente, para reconhecer a contradição e entendê-la como não conveniente, e também inconsciente, porque é necessário que pareça natural ao próprio sujeito.

Esse efeito de naturalização com que o sujeito apreende a realidade se efetiva pela interpelação ideológica, ou, nas palavras de Zizek (1996), “uma ideologia só nos

‘pega’ para valer quando não sentimos nenhuma oposição entre ela e a realidade – isto é, quando a ideologia consegue determinar o modo de nossa experiência cotidiana da própria realidade” (ZIZEK, 1996, p. 326). Desse modo, para esse sujeito plenamente identificado, a contradição tem um outro funcionamento, pois, ainda que a experiência cotidiana oponha-se a um constructo ideológico, a contradição reforça o assujeitamento à ideologia que domina o sujeito e passa a funcionar como um argumento a seu favor. É nesse sentido que Zizek (1996, p. 326) aponta que “uma ideologia logra pleno êxito quando até os fatos que à primeira vista a contradizem começam a funcionar como argumentos a seu favor”. Sendo assim, a contradição pode fazer com que a ideologia efetive-se com mais eficácia, de modo que o sujeito, ao tomar uma posição, corrobora os efeitos da ideologia dominante.

Tomamos o exemplo do personagem Parsons para ilustrar como o sujeito pode levar a sua identificação plena com a ideologia dominante até as últimas consequências, em função de seu desconhecimento ideológico das causas que o determinam. Essa sobreposição do sujeito universal sobre o sujeito da enunciação parece suprimi-lo por completo, de tal forma que o faz parecer um autômato sem nenhum lugar para a instância do inconsciente.

Retomando a trilha traçada por Pêcheux (2009 [1988]), o autor reconhece que o sujeito pleno é um sujeito ideal que habita um lugar hipotético onde a história não o alcança e onde a ideologia e a luta de classes não existem. E, se a noção de sujeito está atravessada pela noção de ideologia, ela não pode ser pensada sem relação com a contradição e a luta de classes. Posteriormente, Pêcheux retoma e reelabora essa noção de sujeito pleno, pois “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em **Les Vérités de La Palice**”⁷ (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 276).

O questionamento sobre esse sujeito plenamente identificado com a ideologia que o domina e que desconhece a contradição encaminha-nos para a segunda modalidade, que, segundo Pêcheux, caracteriza o discurso do “mau sujeito”. Trata-se de um distanciamento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, na medida em

⁷ **Les Vérités de La Palice** é o título original da obra de Pêcheux, publicada inicialmente em 1978 e traduzida para o português do Brasil sob o título **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, publicada em 1988.

que o sujeito da enunciação resiste à interpelação ideológica do sujeito universal a partir do questionamento das causas que o determinam. De acordo com o autor,

[...] o *sujeito da enunciação* se volta contra o *sujeito universal* por meio de uma "tomada de posição" que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o "sujeito universal" lhe "dá a pensar": luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 199, grifos do autor).

Desse modo, a partir dessa não sobreposição entre sujeito da enunciação e sujeito universal, instaura-se uma tomada de posição que se contrapõe à tomada de posição sujeito dominante de uma dada formação discursiva. Segundo Pêcheux, o mau sujeito "se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo 'interdiscurso' como determinação exterior de sua interioridade subjetiva" (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 199-200). Entretanto, é preciso considerar que essas duas *modalidades discursivas do funcionamento subjetivo* manifestam-se no interior da forma-sujeito, isto é, essas duas modalidades antagônicas, o bom e o mau sujeito, continuam sob o domínio do interdiscurso que determina a identificação ou a contra-identificação do sujeito com a formação discursiva.

Essa segunda modalidade poderia ser ilustrada pelo personagem Syme, o filólogo do livro **1984**, de George Orwell. Na referida obra, Syme é um filólogo que trabalha na décima primeira edição do dicionário de Novilíngua. Trata-se de um sujeito que reconhece as causas que o determinam, isto é, tem consciência do funcionamento ideológico que orienta a prática do Partido. Ele sabe o que faz e o porquê faz e mesmo assim o faz. Em uma conversa com o amigo Winston, Syme declara conscientemente a razão que sustenta a criação de uma língua artificial (criada a partir de uma língua já existente, é claro):

– Não vêes que todo o objetivo da Novilíngua é estreitar a gama do pensamento? No fim, tornaremos a crímidéia literalmente impossível, porque não haverá palavras para expressá-la. Todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por uma palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado subsidiário eliminado, esquecido. [...] Todo o mecanismo do pensamento será diferente. Com efeito, não haverá pensamento, como hoje o entendemos. Ortodoxia quer dizer não pensar... não precisar pensar. *Ortodoxia é inconsciência* (ORWELL, 1976, p. 52-53, grifos nossos).

Nesse caso, a criação de uma língua artificial está pautada na intervenção sobre os instrumentos linguísticos com o objetivo de limitar/determinar o sentido e a interpretação, de forma que “o que mais impressiona no plano das ideias no tocante à estrutura das línguas ditas artificiais é o desaparecimento quase total das dificuldades morfológicas e sintáticas, e em todas a gramática está reduzida ao mínimo” (SCHERER, 2012, p. 168). Como já dizia Pêcheux (2010, p. 55), “não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades”, entretanto,

o risco é simplesmente o de um *policimento dos enunciados*, de uma *normalização asséptica da leitura e do pensamento*, e de *apagamento seletivo da memória histórica*: ‘quando se quer liquidar os povos’, escreve Milan Kundera, ‘se começa a lhes roubar a memória’ (PÊCHEUX, 2010, p. 55).

Retomando a obra de Orwell, o que preocupa o personagem Winston é que expressar o real interesse do Partido sobre a intervenção na língua por meio da gramática constitui aquilo que não se deve falar num regime totalitário, pois pertence ao rol daquilo que não pode e não deve ser dito. Por isso, Winston considerava que “havia algo de errado, de sutilmente errado, em Syme. Carecia de discricção, indiferença, e de estupidez salvadora. Não se podia dizer que fosse ortodoxo” (ORWELL, 1976, p. 55). Ainda que Syme soubesse que “ortodoxia é inconsciência” (ORWELL, 1976, p. 55), a sua consciência do que fazia e do seu respectivo porquê fazia acabava por trair a sua própria ortodoxia. O assujeitamento, nesse sentido, só é pleno pelo desconhecimento das causas que determinam o sujeito. Conhecer as causas coloca o sujeito num lugar em que ele escapa à interpelação e pode vir a resistir, pois a interpelação ideológica se realiza sob a forma da evidência e da naturalização dos sentidos, uma vez que, segundo Zizek (1996, p. 312),

[...] o próprio conceito de ideologia implica uma espécie de ingenuidade constitutiva básica: o desconhecimento de seus pressupostos, de suas condições efetivas, a distância, a divergência entre a chamada realidade social e nossa representação distorcida, nossa falsa consciência dela.

No caso do personagem Syme, o sujeito reconhece as causas que o determinam, mas as reconhece também como legítimas da posição-sujeito de que

enuncia. Entretanto, a consciência das causas que orientam suas práticas torna-o um sujeito dissidente em potencial em relação à ideologia que o domina.

Considerando as diferentes formas de o sujeito se posicionar em relação à ideologia dominante, a partir da leitura de Paul Henry (1974)⁸, Pêcheux propõe uma terceira modalidade subjetiva e discursiva, que assume a forma da desidentificação, isto é, uma tomada de posição não-subjetiva. Essa modalidade, a qual Pêcheux não nomeou, mas que Beck (2010)⁹ chamou de “sujeito feio”, “se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação de conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’*” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 202, grifos do autor). Nessa terceira modalidade, o processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito funciona às avessas, na medida em que a desidentificação é a condição necessária para o processo de apropriação subjetiva dos conhecimentos. Segundo o autor, “o funcionamento dessa ‘terceira modalidade’ constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 201-202).

Para melhor compreender como se dá esse processo de desidentificação, Pêcheux (2009 [1988]) afirma que é preciso não confundir a prática de produção dos conhecimentos e a prática de transmissão-reprodução dos conhecimentos. Nesse viés, o autor recusa a relação de equivalência entre essas duas práticas, uma vez que a prática de transmissão-reprodução do conhecimento é identificada a um processo de inculcação ideológica, na medida em que pressupõe a indiferença do sujeito em relação ao conhecimento, o que contribui para a submissão do sujeito, evitando o questionamento das causas que o determinam.

Por outro lado, a apropriação subjetiva dos conhecimentos “permite compreender que todo efeito pedagógico se apóia sobre o ‘sentido’ pré-existente, sentido este produzido em formações discursivas ‘sempre já-aí’ e que servem de matéria-prima” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 203). Esse efeito de desidentificação

⁸ A terceira modalidade é proposta por Pêcheux a partir de Paul Henry: “De l'énoncé au discours: présupposition et processus discursifs”, de 1974.

⁹ Beck (2010) a designa como o “sujeito feio”, em alusão ao filme de faroeste espaguete, “Il buono, il brutto, il cattivo”, de Sérgio Leone (1966). A feiura dessa modalidade se deve à simetria inconfessada entre o sujeito da prática política do proletariado e o sujeito da ideologia dominante tal como foi proposta por Pêcheux em **Les vérités de la Palice**.

implica uma resistência espontânea do sujeito em relação à interpelação ideológica que se volta sobre a própria interpelação, isto é, trata-se de um trabalho inverso e consciente que se realiza “como uma volta aos princípios, por um caminho que é, por assim dizer, construído retrospectivamente; pois o que diz respeito a esse caminho é algo bastante diferente do passeio de um espelho” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 206). A apropriação subjetiva do conhecimento implicaria um efeito de dessubjetivação, isto é, trata-se de o sujeito se colocar imaginariamente no lugar do outro para compreender o processo de produção do conhecimento. Mas esse processo só é apreendido no seu caminho inverso, o que não assegura que a apropriação se efetue de forma simétrica e linear sobre o mesmo trajeto.

Esse processo de desidentificação do sujeito com a forma-sujeito de uma formação discursiva é seguido de uma identificação com outra forma-sujeito de outra formação discursiva, de forma que o sujeito sempre está assujeitado. Desse modo, segundo Beck (2010, p. 59), “se o sujeito da desidentificação se ‘assujeita’ a uma outra FD, essa deve estar imbricada com uma ideologia antagônica. E esta ideologia antagônica necessita ser relativamente independente e funcionar de modo diverso da ideologia dominante”. Entretanto, Beck (2010) adverte que refletir sobre a problemática da desidentificação apenas como uma ruptura regional entre formações discursivas antagônicas não permite avançar para refletir sobre o antagonismo em relação à ideologia dominante. O autor chama a atenção para não confundir ideologia dominante e ideologias antagônicas, que não se sobrepõem nem se equivalem.

Em um outro momento, em seu texto “*Só causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*”, Pêcheux (2009 [1988]) retoma a concepção althusseriana de sujeito pleno como sempre já interpelado pela ideologia e determinado a fazer e a pensar “livremente” o que não pode deixar de pensar e de fazer. Nesse estudo, Pêcheux (2009 [1988]) faz uma retificação teórica e questiona qual é a origem dos pontos de resistência e de revolta que permitem ao sujeito voltar-se contra as causas daquilo que o determina, questionando as evidências da ideologia dominante. Desse modo, o autor desenvolve uma autocrítica sobre como esse sujeito pleno, que em nada falha, pode vir a questionar as causas da interpelação ideológica. Pêcheux (2009 [1988]) considera a terceira modalidade discursiva do funcionamento subjetivo,

especialmente a noção de desidentificação, e coloca novamente em discussão essa interpelação às avessas que implica um paradoxal sujeito desidentificado simétrico ao sujeito plenamente identificado.

Nesse sentido, Pêcheux (2009 [1988]) ressalta que esse sujeito que é interpelado pela ideologia é também dotado de um inconsciente. Entretanto, a ideologia não recobre o inconsciente, o que significa reconhecer que o sujeito não é totalmente assujeitado e pode vir a se contra-identificar e resistir à dominação. Com isso, a interpelação ideológica passa a ser entendida como um ritual sujeito a falhas, enfraquecimentos e brechas. O sujeito, por ser dotado de um inconsciente, tem uma relação singular com a ideologia que o domina, o que significa que o sujeito pode resistir à interpelação.

A partir dessa retificação teórica realizada pelo próprio Pêcheux, Beck e Esteves (2012)¹⁰ consideram que há:

[...] uma retificação em relação à definição da primeira modalidade, nenhuma mudança significativa na segunda (essa continuaria autolimitada) e um problema teórico com a terceira, pois permanece sem uma formulação que dê conta de explicar como ela poderia funcionar de modo diverso daquele da ideologia dominante (sem o que ela não será transformadora) (BECK; ESTEVES, 2012, p. 152).

Os autores encontram uma possível resposta em relação ao funcionamento dessa terceira modalidade em Zizek (2010; 2011)¹¹, o qual propõe uma outra modalidade de funcionamento subjetivo que seria ainda mais eficaz que o processo de desidentificação, tomando como base a própria identificação plena do sujeito. Zizek (2010) chama de “superidentificação” a modalidade que considera ainda mais subversiva do que a modalidade de “desidentificação”, proposta por Pêcheux (2009 [1988]). Segundo Zizek (2010), essa modalidade de funcionamento subjetivo potencializaria um efeito incômodo de estranhamento, produzido pelo excesso de identificação, capaz de por a nu as próprias contradições da ideologia que o domina.

¹⁰ Agradeço ao Maurício Beck, que gentilmente me concedeu a leitura do artigo antes mesmo da sua publicação.

¹¹ Zizek, Slavoj. **Como ler Lacan**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. _____ . **Viver o fim dos tempos**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2011.

A partir da reflexão sobre essas modalidades de funcionamento subjetivo, nosso interesse é compreender que fatores contribuem para que o sujeito possa resistir à interpelação ideológica que o domina. Assim, uma noção que nos parece permear a relação do sujeito com a ideologia é a contradição. A importância dessas modalidades de subjetivação justifica-se na medida em que podem nos ajudar a refletir sobre a constituição da contradição a partir das diferentes formas como o sujeito da enunciação relaciona-se com o sujeito universal na produção do conhecimento sobre a língua. Entendemos que as contradições abordadas em nosso estudo não são capazes de potencializar uma superação-transformação das condições reais de existência, não sendo capaz de irromper para além das evidências da ideologia dominante. Trata-se antes de abordar a contradição entre as diferentes tomadas de posição do sujeito na produção do conhecimento sobre a língua.

1.2. Formação Discursiva, interdiscurso e Contradição

Pêcheux (1977), no texto “Remontemos de Foucault a Spinoza”, aponta que há uma elaboração espontânea de uma teoria da contradição no trabalho de Spinoza, ainda que não esteja explicitamente formulada. No texto citado, Pêcheux refere que o teólogo e filósofo Spinoza, na sua obra **Tratado das autoridades teológicas e políticas**, faz uma crítica à própria ideologia religiosa ao abordar a questão da interpretação dos textos sagrados e procura compreender em que medida eles foram desviados, ou não, de seu sentido primeiro pelo aparelho religioso. Pêcheux (1977) destaca a importância do trabalho de Spinoza considerando que essa crítica à ideologia religiosa não vem senão também de um teólogo, isto é, trata-se do desvelamento de uma crítica à ideologia religiosa realizada do interior do discurso religioso. Para Pêcheux (1977), ainda que não haja:

[...] uma teoria da contradição explicitamente formulada em Spinoza, há, entretanto, uma elaboração espontânea da contradição, que constitui uma extraordinária lição política que concerne diretamente nosso propósito: pois se o primeiro ataque consequente contra a ideologia religiosa e contra a religião é

largamente efetuada em nome da ideologia religiosa, através dela e apesar dela, isso significa que a ideologia religiosa (e o discurso que a realiza) não pode de nenhuma maneira ser tomada como um bloco homogêneo, idêntica a si mesma, com seu núcleo, sua essência, sua forma (PÊCHEUX, 1977, s/p).

Ao retomar o estudo realizado por Spinoza sobre a contradição, Pêcheux coloca em discussão a noção de ideologia - tal como vinha sendo defendida em AD -, pois, se a contradição é inerente a ela, é preciso reconhecer que “uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 1977, s/p). Desse modo, antes de seguirmos adiante, é preciso compreender a que se deve a natureza contraditória da ideologia. Pêcheux (2009 [1988]) faz uma distinção entre “Ideologia”, “ideologia dominante” e “formações ideológicas”. Essa distinção impõe-se a Pêcheux (2009 [1988]) na medida em que o autor retoma de Althusser a noção de aparelhos ideológicos do Estado. Inicialmente, é preciso considerar que a Ideologia não coincide com a ideologia dominante e também não se impõe de maneira igual e homogênea à sociedade. A ideologia da classe dominante também não se torna dominante por um acaso fortuito. Segundo Pêcheux (2009 [1988], p. 132), “em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe”. As formações ideológicas desempenham no interior desse conjunto complexo, em cada fase da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção.

Além disso, a categoria da contradição pode ser estendida também à noção de formação discursiva, compreendida como um conjunto complexo, desigual e contraditório. Pêcheux (2009 [1988]) considera que a formação discursiva configura-se como não homogênea e constituída pela contradição. Essa forma de conceber a formação discursiva como atravessada pela contradição remete também a uma outra forma de conceber a relação entre ideologia dominante e ideologia dominada. Com base em uma concepção de formação discursiva homogênea, acreditava-se que o diferente era exterior à formação discursiva. Entretanto, quando a concepção de formação discursiva passou a ser entendida como diferente de si mesma e permeada

pela contradição, a concepção de ideologia dominada passou a ser abordada como também atravessada pela luta de classes na sua própria organização interna, não se referindo a uma dominação que lhe é exterior. Segundo Pêcheux (1977),

[...] não se trata, em realidade, somente de uma dominação que se constitui do exterior, se assim podemos dizer, como uma tampa burguesa sobre a marmitta das ideias revolucionárias, mas também, e sobretudo, de uma dominação interna, quer dizer, de uma dominação que se manifesta na própria organização interna da ideologia dominada (PÊCHEUX, 1977, s/p).

O germe da revolta e da resistência da ideologia dominada não nasce do seu exterior, mas do seu próprio interior, na medida em que a contradição é inerente a toda e qualquer formação discursiva. Pêcheux vai buscar compreender como a contradição, a interpelação e o efeito ideológico materializam-se na língua a partir dos mecanismos discursivos que trabalham para a evidência do sentido. Desse modo, a noção de formação discursiva proposta por Pêcheux (2009 [1988]) é concebida sobre o pressuposto de que o sentido de uma palavra, expressão, etc., não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que permeiam o processo sócio-histórico em que as palavras, expressões, etc. são (re)produzidas. Nesse sentido, Pêcheux (2009 [1988]) define formação discursiva como:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 147, grifos do autor).

Mas essa concepção de formação discursiva proposta por Pêcheux (2009 [1988]) deve ser entendida com base na relação que esta estabelece com as noções de ideologia e de luta de classes, o que pressupõe reconhecer que toda formação discursiva comporta a contradição e está sujeita a atravessamentos de dizeres contraditórios que lhes são constitutivos. Orlandi (2006) ressalta que “a especificidade da formação discursiva está justamente na contradição que a constitui. Ela não é imóvel e fechada. Cada formação discursiva define-se em sua relação com as várias outras formações, em sua articulação (contraditória) com a ideologia” (ORLANDI, 2006, p. 109). Trata-se de uma unidade dividida e heterogênea onde coexistem dizeres

dissonantes que se entrecruzam e “suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2005 [1999], p. 44).

A partir da concepção de que a contradição é inerente a toda e qualquer formação discursiva, podemos entendê-la não como origem, mas como condição no interior de um todo complexo com dominante que se materializa sobre a forma da desigualdade. Dessa forma, a contradição não pode ser compreendida apenas como oposição entre duas proposições, mas como a materialização de posições subjetivas que manifestam um gesto interpretativo. Nesse sentido, trata-se de olhar a contradição não apenas como duas proposições antagônicas no interior de uma formação discursiva, mas como esse todo complexo com dominante engendra-se e como a contradição nele se constitui e dele é constitutiva.

Pêcheux (2009 [1988]) aponta que a contradição inerente à formação discursiva pode ser entendida a partir da sua relação com o interdiscurso, uma vez que:

[...] toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o todo complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 149).

Esse “todo complexo com dominante” que Pêcheux realça ao definir o que entende por interdiscurso remete à concepção de contradição atribuída por Marx e sustentada por Althusser (1967 [1963], p. 57, grifos nossos): “essa reflexão da *estrutura articulada com dominante que constitui a unidade do todo complexo* no interior de cada contradição, eis o traço mais profundo da dialética marxista”. Desse modo, de uma perspectiva marxista, a contradição constitui-se pelas relações dissimétricas que se estabelecem no interior de uma mesma unidade. Não deve ser entendida como um aspecto isolado, mas como algo que só existe a partir das relações desiguais no interior de um todo complexo com dominante.

Tal concepção de formação discursiva implica também a inscrição do sujeito, isto é, como o sujeito relaciona-se de diferentes formas com a ideologia que o domina, considerando que, no interior de uma formação discursiva, há espaço para o confronto, para a divergência e para a contra-identificação do sujeito. Mas é preciso refletir também sobre como se delimitam uma formação discursiva e outra, como elas

configuram-se sob o domínio do interdiscurso e como elas engendram-se em relação às formações ideológicas. Pêcheux (1990 [1975]) aponta que “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que poderia se chamar de ‘matriz do sentido’” (PÊCHEUX, 1990 [1975], p. 169). É para essa direção que o autor indica, ou seja, que não poderia haver uma fronteira que separe uma formação discursiva de outra, pois uma mesma palavra pode significar diferentemente dependendo da formação discursiva em que se inscreve. Da mesma forma, um enunciado só pode ter seu sentido compreendido quando reinscrito em uma dada formação discursiva, pois as palavras só significam pela sua relação com outras palavras e quando se compreende que outros efeitos parafrásticos um dado enunciado faz ressoar. É nesse viés que entendemos, ou seja, as palavras significam pelo que é dito e também pelo não dito, por aquilo que foi dito de uma forma para fazer silenciar outros dizeres. Desse modo, as formações discursivas podem ser vistas também como uma regionalização do interdiscurso (ORLANDI, 2005 [1999]).

Uma formação discursiva pode ser entendida também como um espaço de reformulação-paráfrase que determina o que pode e deve ser dito em uma conjuntura dada (PÊCHEUX, 2009 [1988]). O sujeito, uma vez identificado com um dado discurso, inscreve seu dizer em uma rede parafrástica, retomando sentidos já existentes que sustentam e que fazem significar a sua formulação. O sujeito, afetado pelo esquecimento nº 1 (PÊCHEUX, 1990 [1975]), que é da instância do inconsciente, desconhecendo as determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa, tem a ilusão de que é a origem do seu dizer, que tais palavras nunca foram ditas antes e que elas só significam aquilo que ele quer que elas signifiquem, esquecendo a existência de um discurso preexistente. Na verdade, o sujeito retoma dizeres próprios da formação discursiva que o determina ao se identificar com determinados discursos. O já-dito, rede de formulações pré-existentes que constitui o interdiscurso, é dissimulado e linearizado no movimento de (re)formulação pela ilusão de que o sujeito tem autonomia sobre seu dizer. Pelo esquecimento nº 2 (PÊCHEUX, 1990 [1975]), que é da ordem do pré-consciente consciente, o sujeito tem a ilusão de que há uma relação natural entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal forma que acredita que seu dizer só pode

ser dito com aquelas palavras, não outras. Esse esquecimento é parcial, o que justifica o fato de que, muitas vezes, o sujeito recorre a famílias parafrásticas para melhor especificar seu dizer, haja vista que “o sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, 1990 [1975], p. 161, grifo do autor).

São os esquecimentos que permitem que o sujeito acredite ter autonomia sob seu dizer, dissimulando o assujeitamento. Nessa medida, a autonomia do sujeito é apenas um efeito, uma vez que todo dizer repousa sob o repetível, fazendo com que o discurso seja, ao mesmo tempo, constituído pela memória e pelo esquecimento. O sujeito não reconhece que seu dizer inscreve-se num contínuo ciclo de repetibilidade e de esquecimento, que se estabelece sob a forma de uma extensa rede de formulações, a qual constitui o interdiscurso, determinando assim a formação discursiva. Desse modo, para Pêcheux (2009 [1988]), os sentidos não são criados pelo sujeito, mas se constituem em cada formação discursiva a partir das relações que as palavras, expressões, proposições, etc. estabelecem entre si no interior de uma dada formação discursiva. O sujeito constitui-se pelo esquecimento daquilo que o determina, de tal forma que a interpelação do indivíduo em sujeito efetua-se pela identificação com a formação discursiva que o domina. Essa identificação do sujeito manifesta-se pelos elementos do interdiscurso (pré-construído e articulações) que são reinscritos no intradiscurso, determinando, desse modo, o discurso do sujeito. Segundo Pêcheux (2009 [1988], p. 151, grifos do autor),

[...] o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da determinação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito na sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*.

Essas noções mobilizadas pelo autor permitem explicitar, no plano linguístico, como o já-dito constitui o dizer do sujeito e como o efeito ideológico que interpela o sujeito materializa-se na língua. Desse modo, o interdiscurso estaria em um plano vertical, enquanto o intradiscurso estaria em um plano horizontal. A projeção desses dois planos remete à ideia de que uma formulação, ao ser linearizada na ordem do

discurso, projeta, na verticalidade, outros dizeres já-ditos e esquecidos que ressoam como não-dito e que também fazem significar o dizer do sujeito.

Considerando que, em uma mesma formação discursiva, inscrevem-se diferentes formulações que fazem ressoar sentidos outros, a possibilidade de substituição de elementos (palavras, expressões, proposições), que caracteriza o processo discursivo, pode assumir duas formas: a *da equivalência* e a *da implicação*. A equivalência permite que dois elementos sejam passíveis de substituição com a condição de apresentarem o “mesmo sentido” em uma dada formação discursiva. A implicação, por seu lado, permite apenas a possibilidade de uma substituição orientada, isto é, se consideramos A e B como dois elementos passíveis de substituição, a substituição de A por B não é simétrica à substituição de B por A, e sim pressupõe antes um encadeamento entre os dois elementos substituíveis que vem a se atravessar perpendicularmente na formulação do sujeito. A esse encadeamento que se atravessa e é linearizado na formulação do sujeito Pêcheux (2009 [1988]) designou *discurso-transverso*. A noção de discurso-transverso remete ao já-dito antes em outro lugar e que é linearizado no plano do intradiscurso e funciona como efeito do interdiscurso no intradiscurso. Segundo Pêcheux (2009 [1988], p. 153), “o funcionamento do discurso-transverso remete àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc.”. Desse modo, a noção de articulação está associada à noção de discurso-transverso, uma vez que a articulação provém da linearização do discurso-transverso no eixo do intradiscurso.

O atravessamento do discurso-transverso no fio do discurso pressupõe uma *tomada de posição* do sujeito, que deve:

[...] ser compreendida como efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar. Nessas condições, a tomada de posição resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele “toma consciência” e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus “semelhantes” e com o “Sujeito” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 160).

O que não significa que, ao tomar uma posição que não se sobrepõe à posição-sujeito dominante, o sujeito possa resistir à interpelação ideológica ou à determinação do interdiscurso.

Tendo em vista que a contradição constitui-se pela retomada de dizeres que se contrapõe ao dizer do sujeito, o discurso-transverso pode ser entendido também como uma forma pela qual a contradição manifesta-se no discurso do sujeito. Segundo Venturini (2008, p. 64, grifos nossos), “o discurso transverso ocorre pelo atravessamento no intradiscurso de discursos advindos de tempos e lugares outros, *instaurando efeitos de sentido contrários à homogeneidade*”. Estamos de acordo com a autora quanto ao efeito de sentido produzido pelo atravessamento de um outro dizer na ordem do intradiscurso, pois entendemos que a condição para que a contradição possa se constituir no discurso é a retomada de um já-dito diferente do dizer do sujeito, então linearizado na ordem do intradiscurso.

Afetado pelos esquecimentos, a forma-sujeito tende a absorver os elementos do interdiscurso no intradiscurso (fio do discurso do sujeito), ao apropriar-se de já-ditos que determinam a sua formulação, fazendo com que o mesmo tome a forma do diferente por meio de reformulações parafrásticas ou por metonímia. Os elementos do interdiscurso que constituem os traços daquilo que determina o dizer do sujeito podem ser confundidos a tal ponto que deixa de existir a demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que é dito, na medida em que, pelos fenômenos de paráfrase e de reformulação, os sujeitos dominados por uma dada formação discursiva reconhecem-se entre si como espelho uns dos outros.

Courtine (1999, p. 19) questiona mais especificamente quais são “as modalidades de constituição, no interdiscurso, de séries de formulações: como um espaço de repetição inscreve-se num conjunto desnivelado de discurso?”. Segundo o autor, para formular uma possível resposta a essa questão, é necessário que se leve em conta todas as formas de discurso relatado, que são os espaços em que se materializam linguisticamente as remissões a outros discursos, sobretudo, citações ao texto primeiro, portadoras das formulações-origem. Uma vez inscritas no discurso, as formulações-origem derivam em seu trajeto, transformando-se, misturando memória e esquecimento. À medida que elas são retomadas, as marcas sintáticas do discurso

relatado vão sendo apagadas, garantindo a eficácia do assujeitamento, assim como a ilusão do sujeito sobre a autonomia do seu dizer. Além da citação, as marcas linguísticas revelam também a formação do pré-construído, isto é, a retomada de uma formulação já dita que vem a se encaixar em uma formulação posterior, servindo de base para a constituição de uma série de formulações. De acordo com Courtine (1999), a citação, a recitação e a formação do pré-construído são modalidades em que o já-dito apresenta-se na formulação do sujeito, pois “é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio da memória como espaço de recorrência das formulações” (COURTINE, 1999, p. 20).

Existe, no entanto, a possibilidade de algo vir a romper com a ordem da repetibilidade, instaurando, no processo discursivo, uma nova forma de repetição a partir de uma formulação que não está na ordem do já-dito. Segundo Courtine (1999), essa segunda modalidade de repetição é:

[...] uma repetição vertical, que não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado, deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem da *memória lacunar ou com falhas* (COURTINE, 1999, p. 21, grifos do autor).

O enunciado não encontra eco em uma formulação anterior e assim ele próprio é que passa a constituir um já-dito, inscrevendo-se no interdiscurso. Memória e esquecimento constituem o discurso simultaneamente, de forma que o contínuo ciclo de repetibilidade discursiva está sempre sujeito à falha, e a memória logo trata de disfarçar essa lacuna inscrevendo o enunciado na ordem do interdiscurso, simulando um efeito de continuidade. Nessa medida, o discurso não é *do* sujeito; trata-se, pois, de um processo de identificação, isto é, quando o sujeito identifica-se com um dado discurso e retoma sentidos já existentes, inscrevendo seu dizer em uma rede parafrástica. É por esse viés que Courtine (1999) afirma que não há sujeito no interdiscurso, a não ser para designar um lugar propriamente inominável, fazendo ressoar apenas uma voz sem nome. Mesmo que as palavras não sejam do sujeito, ele assume a responsabilidade para si ao tornar suas as palavras do outro. Pêcheux (2009 [1988], p. 198, grifos do

autor), nesse sentido, afirma que “todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática em que se inscreve”.

1.3. Contradição: estrutura e acontecimento, memória e esquecimento

A contradição que estamos abordando aqui não é a falta de coerência nem o confronto entre enunciados, mas aquela que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático ao produzir conhecimento sobre a língua. Também não é entendida enquanto contraste ou oposição, pois isso pressuporia que a contradição repousa sobre duas tomadas de posição – sendo uma o avesso da outra – cujo funcionamento seria simetricamente antagônico. A contradição referida aqui é desigual a si mesma e não encontra uma simetria em nenhum outro lugar, o que significa que duas tomadas de posição não serão inversamente simétricas.

A contradição constitutiva do discurso da/na gramática que selecionamos como objeto é aquela que se efetiva a partir da retomada de uma tomada de posição diferente daquela com a qual o sujeito identifica-se, fazendo ressoar uma memória. Entretanto, essa retomada tem o efeito de lembrar para fazer esquecer, pois o sujeito confronta saberes distintos para fazer valer aquele com o qual se identifica. Além disso, esse confronto de gestos interpretativos produz um efeito de ruptura e de descontinuidade, de forma que, ao retomar um saber já dado, constitui um horizonte de retrospectção, fazendo funcionar uma memória para que o acontecimento nela se inscreva.

A memória discursiva deve ser entendida aqui não como memória individual, mas como uma memória social inscrita em práticas:

[...] que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: condição do legível em relação ao próprio legível (PÉCHEUX, 2010 [1990], p. 52).

Sendo assim, a memória discursiva materializa-se na língua sob a forma de um efeito de repetição que faz ressoar dizeres já-ditos e esquecidos, ao retomá-los sob a forma de remissões, de retomadas e de efeito de paráfrase. Mas essa regularização produzida pelo efeito de repetição é suscetível de ruir sob peso do acontecimento discursivo, o que, ao provocar uma interrupção, pode desregularizar a memória e produzir retrospectivamente uma outra série sobre a primeira. Isso significa que o acontecimento não intervém apenas sobre os sentidos que ainda serão postos, mas produz um dispositivo de leitura que faz com que sentidos já-ditos sejam interpretados diferentemente, sejam ressignificados. É nessa medida que Pêcheux (2010 [1990]) considera que:

[...] haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento:

- um jogo de força que visa a manter uma regularização pré-existente com implícitos que ela veicula, confortá-la como "boa forma", estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma "desregularização" que vem perturbar a rede dos implícitos (PÊCHEUX, 2010 [1990], p. 53).

Desse modo, ao mesmo tempo em que a memória é solicitada para fazer intervir o já-dito e os implícitos, também há um esforço em desconstruir tais já-ditos para fazer significá-los diferentemente. É nessa medida que entendemos que o acontecimento discursivo só significa enquanto tal pela sua relação com a memória, isto é, sem memória e sem estrutura não há acontecimento.

A noção de acontecimento discursivo considerada na sua relação singular com a memória discursiva, tal como foi proposta por Pêcheux (2010 [1990]), permite-nos compreender a relação da contradição enquanto um fenômeno discursivo que só pode ser entendido pela sua relação com outros dizeres já-ditos e esquecidos que lhe são contraditórios. Para que a contradição seja instaurada, é preciso fazer funcionar uma memória, retomando dizeres outros para que a ruptura efetive-se. Desse modo, entendemos que também há uma relação de força na contradição, de forma que:

- de um lado, haveria um jogo de força que tenderia a fazer ver a contradição para negar a sua existência, isto é, apontar como equívocos os dizeres que são contraditórios em relação ao saber sustentado e, portanto, dissolvê-los na ordem da equivocidade;

- por outro lado, haveria um jogo de força que insiste na ruptura que, por sua vez, tenderia a dar visibilidade para o dissenso e para a interpretação na produção do conhecimento na gramática.

É nessa medida que estamos entendendo o efeito discursivo da contradição, como o ponto de ruptura e de descontinuidade. Além disso, é preciso considerar também que a contradição aponta, pelo menos, duas tomadas de posição diferentes, isto é, dois gestos interpretativos diferentes em relação a um objeto de conhecimento. Entretanto, a contradição não deve ser entendida aqui como duas proposições que são postas em contraste, onde uma seria o avesso da outra, nem pode ser reduzida “a uma perspectiva puramente diferencial ou comparativa: a contradição é uma contradição desigual” (COURTINE, 2009, p. 65).

Indursky (2008) propõe uma reflexão sobre a noção de acontecimento discursivo a partir da sua relação com as modalidades de funcionamento subjetivo. Para a autora, o acontecimento discursivo constitui-se a partir da desidentificação do sujeito com a forma-sujeito da formação discursiva que o domina, seguida pela identificação com uma forma-sujeito de tipo novo que se constitui no momento mesmo em que esse surgimento se dá. Para a autora, “esse é o acontecimento discursivo: ruptura com uma formação-discursiva, desidentificação com a forma-sujeito que organiza os saberes desse domínio de saber e o surgimento de uma nova FD, de uma nova forma-sujeito” (INDURSKY, 2008, p. 4). A autora considera ainda um segundo tipo de acontecimento, a que ela designa acontecimento enunciativo. Esse acontecimento está associado à segunda modalidade de funcionamento subjetivo. A tomada de posição do sujeito e o seu distanciamento em relação à posição-sujeito dominante constitui a contra-identificação do sujeito e a fragmentação com a forma-sujeito. Desse modo, a autora propõe que “a fragmentação da forma-sujeito e o conseqüente surgimento de uma nova posição-sujeito que instaure o estranhamento nos processos discursivos de uma formação discursiva seja designada de acontecimento enunciativo” (INDURSKY, 2008, p. 6).

Desse modo, estamos entendendo que reconhecer a existência de outros gestos de interpretação divergentes possibilita discutir a relação entre o sujeito, o processo de produção do conhecimento e a sua relação com o objeto. Reconhecer a alteridade pode

dar margens para a desautomatização de um dado gesto interpretativo ou, ao contrário, para também contribuir para que o sujeito apegue-se ainda mais a uma dada concepção. Isso vai depender da relação singular entre o sujeito e a ideologia que o interpela. Se o sujeito estiver plenamente identificado com a ideologia que o domina, a contradição pode funcionar como mais um elemento a favor da ideologia dominante, fazendo com que o efeito ideológico efetive-se com mais eficácia. Assim como o acontecimento que escapa à inscrição no espaço da memória e nem chega a se inscrever (PECHÊUX, 2010), a contradição pode também não se inscrever na ordem da memória e ser dissolvida pela ideologia dominante como se não estabelecesse oposição alguma. Entretanto, a contradição pode também colocar à prova a identificação do sujeito com a ideologia que o domina, o que significa que o sujeito pode vir a se contra-identificar e, portanto, a questionar o efeito ideológico que o interpela.

Desse modo, entendemos que a contradição pode ser um lugar profícuo para investigar a constituição de gestos interpretativos e tomadas de posição, tendo em vista que se trata de um lugar onde se instaura o conflito entre interpretações divergentes e o dissenso entre saberes diferentes acerca de um mesmo objeto de conhecimento. Rancière (1996) propõe a noção de dissenso em relação à noção de política, de modo que o autor define que “o dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão do núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e a sua racionalidade própria” (p. 368). Desse modo, o próprio do dissenso é instituir a política, a qual deve ser entendida como “um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível” (RANCIÈRE, 1996, p. 368). Segundo o autor, a política é a ação que constrói esses mundos litigiosos, esses mundos paradoxais em que se revelam juntos dois recortes do mundo sensível. Já o consenso, por seu lado, segundo Rancière (1996), seria o apagamento da política, isto é, “o consenso então não é nada mais que a supressão da política” (p. 379).

Para nós, o dissenso torna visível algo que se impõe na ordem do sensível, o qual já não se pode mais negar sua existência. Desse modo, o dissenso faz intervir a política, entendida aqui como um recorte do mundo sensível. Nesse sentido, no presente estudo, propomos refletir acerca do modo como o sujeito concebe a sua

relação com a produção do conhecimento e o seu objeto, considerando que também a prática científica constitui-se sobre um recorte do mundo sensível.

1.4. Gramática e interdiscurso, definição e contradição

Em nossa dissertação de mestrado, desenvolvemos um estudo sobre a definição na gramática, quando nos dedicamos a compreender como uma dada definição torna-se uma formulação singular que passa a fazer parte do interdiscurso. Desse modo, procuramos refletir como a definição contribui para que a gramática constitua-se como um espaço de saber estabilizado – que aparenta ser a-histórico –, onde parece não haver lugar para a interpretação.

Esse efeito de estabilidade do saber produzido na gramática, que parece ser da ordem da repetibilidade pode ser entendido como efeito da determinação do interdiscurso no discurso do sujeito gramático, dada a posição que ele ocupa na gramática. Considerando que todo sujeito não enuncia senão de uma dada posição ideológica, ele está determinado a dizer e a pensar aquilo que não pode deixar de dizer e pensar. A posição-sujeito gramático, portanto, está determinada historicamente de forma que os elementos do interdiscurso são reinscritos no discurso do sujeito, o qual, pelos esquecimentos, acredita ser a origem do seu discurso. Trata-se, pois, de uma identificação com a forma-sujeito de uma dada formação discursiva, que produz um efeito de transparência do sentido, dissimulando o interdiscurso que faz o discurso do sujeito significar.

Desse modo, é preciso considerar dois aspectos que constituem a gramática enquanto tal e que podem contribuir para produzir esse efeito de estabilidade, que são:

a) “o conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia/fonética (parte opcional), partes do discurso, morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e regime), figuras de reconstrução” (AUROUX, 1992, p. 67).

b) “entre todas as disciplinas científicas, a gramática é sem dúvida a que possui o *vocabulário teórico próprio* mais estável e mais antigo: trata-se das categorias

gramaticais, e, mais especialmente, das classes de palavras ou partes do discurso” (AUROUX, 1992, p. 101).

Especificamente no caso da gramática do português no/do Brasil, desde a implementação da NGB (1959), a gramática brasileira passou a ser dividida em três grandes partes, *a fonética, a morfologia e a sintaxe*. No entanto, nem todas as gramáticas limitam-se a essas três partes, tampouco seguem essa ordem. Dentro dessas grandes partes, a gramática subdivide-se em uma categorização das unidades que, por sua vez, subdividem-se em sucessivas classificações. Os termos teóricos mostram-se pouco variáveis, sobretudo, após a implementação da NGB (1959), enquanto as definições apresentam variações, isto é, efeitos parafrásticos que permitem inscrever tal enunciado como próprio do domínio de saber do gramático.

Além disso, é preciso considerar que a gramática, assim como o dicionário, é uma obra para consulta e apresenta uma organização peculiar que não se assemelha às obras para leitura, isto é, não se trata de um texto que apresenta uma leitura linear com início, meio e fim. Desse modo, enquanto instrumento de consulta, os enunciados apresentam-se de forma concisa, e a definição é uma das formulações mais recorrentes, por produzir um efeito de guardar em seus limites o sentido da palavra. Nesse sentido, a própria organização da gramática parece determinar o discurso do sujeito, de forma que, uma vez inscrito na posição-sujeito gramático, ele está determinado pelo próprio discurso.

A gramática, enquanto instrumento linguístico, parece exercer uma coerção sobre o sujeito, não só o sujeito gramático – aquele que produz conhecimento sobre a língua e tem seu discurso determinado pela posição-sujeito que ocupa –, mas também o sujeito falante – aquele que consulta a gramática/o dicionário como instrumento como parâmetro de “bem falar” e “bem escrever”. Segundo Auroux (1992), a ausência de intervenções tecnológicas, sobretudo a ausência da cultura escrita, contribui para um acentuado nível de variações linguísticas. É por esse viés que o autor afirma que “a gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o ‘bom uso’ vai reduzir essa variação” (AUROUX, 1992, p. 69, grifos do autor).

Desse modo, cabe ressaltar que, no presente estudo, nos interessa compreender esse instrumento linguístico na forma de conhecimento produzido por um sujeito, não

como um objeto acabado. Interessa-nos a constituição do sujeito gramático na sua relação com a produção do conhecimento.

A definição na gramática, tal como a compreendemos em nosso estudo de dissertação, constitui-se uma formulação singular que historiciza um dado gesto interpretativo e o inscreve na ordem do interdiscurso. Através do processo de retomada e citação, uma dada definição pode ser constantemente retomada no fio do discurso ao ser (re)significada e (re)definida pelo processo de reformulação e paráfrase. Desse modo, esse deslocamento de uma formulação a outra permite o jogo da metáfora, produzindo um deslizamento de sentido.

Tendo em vista, segundo Orlandi (2005 [1999]), que o trabalho do analista é explicitar os mecanismos de funcionamento do discurso para compreender a produção dos sentidos, pode-se, por meio da noção de efeito metafórico, distinguir quais gestos de interpretação estão constituindo os sentidos. Pêcheux (1997 [1969], p. 96, grifos do autor) chama de “efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y”. Esse dispositivo analítico permite ao analista descrever a passagem de uma formulação a outra, apontando os deslizamentos de sentido determinados por gestos interpretativos. Entretanto, é preciso destacar que a passagem de uma formulação a outra não se dá apenas por uma única substituição, mas por uma série de efeitos metafóricos. Desse modo, a partir dessa noção, em nosso estudo de dissertação procuramos explicitar como a definição atribuída à designação “sintagma” foi sendo constantemente retomada e (re)definida a cada (re)formulação e, desse modo, singularizada pelo gesto interpretativo do sujeito.

A par dessa reflexão, compreendemos que a definição na gramática constitui-se uma formulação singular que assegura um dado gesto interpretativo do sujeito, deixando de ser apenas mais uma formulação qualquer no processo discursivo e passando a fazer parte do interdiscurso. Dando continuidade à reflexão já iniciada sobre o processo de produção do conhecimento na gramática, no presente estudo de tese, nossa proposta é *compreender como se constitui o funcionamento da contradição que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático*. Desse modo, entendemos que a contradição instaura-se no discurso a partir da retomada de

um dado saber que é colocado em confronto com a tomada de posição com a qual sujeito se identifica. É importante ressaltar que a contradição que estamos considerando não se estabelece entre dois sujeitos, mas entre duas posições de sujeito de uma dada formação discursiva, o que pressupõe que não se trata de um confronto individual, mas de um confronto que se estabelece entre práticas discursivas. Além disso, também não se trata de posições antagônicas, onde uma seria o avesso/contrário da outra, mas de uma contradição que é desigual e dissimétrica em relação a si mesma.

A fim de explicitar como se estabelece a relação de contradição entre as tomadas de posição do sujeito gramático, mobilizamos, principalmente, as noções de discurso-transverso e as modalidades de funcionamento subjetivo. Tendo em vista que a contradição constitui-se pela relação entre duas tomadas de posição do sujeito diferentes, consideramos a noção de discurso-transverso para explicitar como se estabelece a relação de contradição por meio do processo de articulação e encadeamento de saberes que são linearizados no fio do discurso. A reflexão proposta por Pêcheux (2009 [1988]) sobre as modalidades de funcionamento subjetivo permite-nos explicitar as tomadas de posição do sujeito e as divergências em relação à forma-sujeito do discurso tal como ela se dá na gramática.

PARTE 2

UM INSTRUMENTO IMPERFEITO

“Como os juristas (‘A ninguém é permitido ignorar a lei’), o homem de ciência trabalha com ficções racionais que tornam o seu discurso possível” (AUROUX, 2008, p. 156).

2.1. Entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas: Um gesto interpretativo

O presente estudo inscreve-se na articulação entre a Análise de Discurso pecheuxtiana, tal como vem sendo desenvolvida no Brasil, e a História das Ideias Linguísticas. Entre esses dois campos de saber sobre os quais se inscreve nosso estudo, interessa-nos, sobretudo, o gesto de interpretação, tanto por parte do objeto analisado, como também o gesto interpretativo do sujeito analista. A linguagem, sujeita ao equívoco e à deriva da interpretação, constitui-se enquanto um instrumento imperfeito que não nos permite esquecer que somos sujeitos de linguagem, ou seja, que utilizamos a própria linguagem para refletir sobre ela mesma. Para nós, trata-se de uma questão de honestidade intelectual e, por isso, nos é tão cara a noção de sujeito e de interpretação que permeia esses dois campos de saber.

A associação desses dois campos de saber não se estabelece de forma complementar, mas por uma relação de entremeio, produzindo ressonâncias em ambas as direções. Nessa medida, trata-se de compreender a história da produção do conhecimento como algo que é produzido por sujeitos em condições históricas dadas e que, nessa esteira, produz efeitos de sentido que podem ressoar tanto em relação ao que será produzido, quanto ao que já está estabelecido, pois os acontecimentos, ao produzirem uma diferença em uma dada ordem (GUIMARÃES, 2004), podem contribuir para que saberes já dados passem a ser interpretados de forma diferente.

A partir do exposto até então, entendemos a história não como um produto, mas como um processo, que buscamos compreender a partir do modo como é constituída. Nessa medida, questionamos a transparência da linguagem, considerando a natureza

do objeto do pesquisador de História das Ideias – a produção do conhecimento que se constitui sobre a linguagem e na linguagem – e a forma como o historiador tem acesso aos fatos e acontecimentos – pela linguagem. A partir dessa perspectiva, a história ganha um outro olhar, o qual singulariza a posição do pesquisador/analista que faz História das Ideias Linguísticas, pois a história da produção do conhecimento constitui-se na/pela/sobre a linguagem, e a linguagem, por sua vez, não é transparente.

Convém destacar que a posição de quem se dedica à História das Ideias Linguísticas não é a mesma do pesquisador de historiografia linguística, tampouco a do historiador, cujo olhar seria externo às ciências da linguagem. No caso da História das Ideias Linguísticas, “trata-se de uma história feita por especialistas da área e portanto capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua” (ORLANDI, 2001, p. 16). Referimo-nos, pois, ao fato de situar o linguista como aquele que escreve a sua própria história, assumindo a sua posição teórica sem dissimular seu gesto interpretativo e sem se iludir com os efeitos de evidências de que está investido o arquivo. Além disso, referimo-nos também à questão de que essa é uma história constituída por sujeitos que também produzem conhecimento. Entretanto, Auroux (2008) destaca que o historiador não se confunde com o sujeito da ciência, que é seu objeto, “mesmo se acontece deles se confundirem fisicamente, o sujeito do saber (S) e o historiador (H) não são mais idênticos” (AUROUX, 2008, p. 150). Ainda que, empiricamente, historiador e sujeito da ciência coincidam, a posição de sujeito não se sobrepõe, pois se tratam-se de trabalhos distintos que pressupõem modos de historicização diferentes.

Além disso, a própria palavra “história” é, por si só, equívoca, uma vez que, conforme ressalta Rancière (1994, p. 11), história “designa com um mesmo nome a experiência vivida, seu fiel relato, sua ficção mentirosa e sua explicação erudita”. Essa *infeliz homonímia* (RANCIÈRE, 1994, p. 11) não nos permite esquecer de que falamos sempre de um lugar marcado ideologicamente, tampouco ceder à pretensão de objetividade do olhar da história, pois estamos:

[...] na posição de quem recusa a ilusória objetividade do olhar do historiador e responsabiliza-se pela escuta como alguém que, de dentro da linguística, e a partir de uma posição teórica definida, cria condições teórico-metodológicas para compreender as condições em que as diferentes teorias trabalham a

Assim, com essa diferença de posição, desloca-se também o que se entende por “fazer história”, bem como o objeto de que a história (no caso, da História da Ideias Linguísticas) se ocupa. Acerca do objeto do pesquisador de História das Ideias Linguísticas, segundo Auroux (1992, p. 13, grifos do autor), “*seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto*”. Considerando que o objeto do historiador é a produção do conhecimento sobre a linguagem, fazer História das Ideias Linguísticas a partir de um olhar interno à ciência da linguagem aponta para um processo de inscrição do sujeito na própria história que se propõe a fazer. Nesse sentido, entendemos que o trabalho histórico faz parte de um processo que se dá retrospectivamente e também projetivamente, na medida em que, “ao produzirmos a nossa reflexão, organizamos, ao mesmo tempo, um arquivo dessa história que fica à disposição para novas leituras de outros pesquisadores” (ORLANDI, 2001, p. 16). Isso revela também um pouco da forma como entendemos a relação sujeito-língua-história, ou seja, que o sujeito não está fora da história, nem poderia se projetar para fora dela (a menos que fosse dotado de poderes metafísicos), da mesma forma que a produção do conhecimento sobre a língua não é feita senão por sujeitos na história. Para Auroux (1992, p. 12, grifos do autor), “ser historiador é se colocar a questão global da mudança (porquê, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade *em si e para si*”.

Além disso, considerando a inscrição do sujeito pesquisador na história, também a interpretação intervém em dois momentos quando se trata da história da produção do conhecimento: no dispositivo teórico e também no objeto de análise, pois, “se o analista de linguagem tem de construir um aparato, um dispositivo teórico; por outro lado, o sujeito falante comum (aquele de nosso *corpus*) também tem de interpretar, já que não há sentido sem interpretação” (SCHERER, 2006, p. 13-14, grifo da autora). Diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito é instado a interpretar, de modo que “o gesto de interpretação passa a ser visto como uma relação necessária (embora na maior parte das vezes negada pelo sujeito) e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo (natural e social), mesmo que ele não saiba” (ORLANDI, 2007, p. 20). No caso da posição do analista, que se distingue da do leitor, a interpretação é trabalhada por

um dispositivo teórico que visa a compreender como o texto produz sentido a partir da materialidade linguística, considerando o seu atravessamento pela história e pela ideologia. O texto, enquanto unidade de análise, também está investido de gestos interpretativos que apontam para a posição do sujeito que o produziu. Nessa medida, para o analista, o texto não é transparente e, por isso, não poderia ser considerado meramente como dado, pois, segundo Orlandi (2007, p. 38), “para a análise de discurso, não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico”. O gesto interpretativo do analista intervém enquanto dispositivo teórico para explicitar o modo como se constituem os efeitos de sentido produzidos no texto, bem como a posição do sujeito que o produz, pois,

[...] para nós, a interpretação não está entre a palavra científica e a coisa, mas entre a palavra científica e o discurso sobre a coisa assim constituímos sentido na pesquisa, pois é no jogo do lugar da falha, da incompletude que acontece e se dá o lugar da transformação, o lugar da formação (SCHERER, 2006, p. 14).

Reconhecer o lugar da interpretação na constituição da história do conhecimento é entender que “o historiador, como todos os colegas cientistas, constrói representações teóricas susceptíveis de serem corroboradas/invalidadas por dados empíricos” (AUROUX, 2008, p. 151). Além da não transparência dos dados, há também a não linearidade da história que não se deixa apreender na sua totalidade, pois se trata de uma “temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber” (AUROUX, 1992, p. 11). A temporalidade que referimos aqui não é empírica e cronológica, mas aquela dos processos discursivos, pois os saberes constituem-se na história como discursos com potencial de irradiação em muitas direções. Segundo Nunes (2007, p. 376), “um discurso remete a outros discursos dispersos no tempo, ele pode simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens”. Considerando essa dispersão de dizeres, todo o saber estende-se sobre um conjunto de saberes que lhes são antecedentes e que dão sustentação ao saber. Desse modo, ainda que os saberes distanciem-se por longos períodos de tempos, a produção do saber é construída a partir da co-presença dos conhecimentos, de tal modo que a temporalidade não a afeta, isto é, os saberes já dados são presentificados e convocados para dialogar e para discutir. No tocante à gramática,

trata-se de um saber muito antigo que adquiriu contornos singulares ao longo da história. O horizonte de retrospectão em que se inscreve o saber gramatical estende-se a épocas muito remotas e também a culturas distintas, cujos saberes continuam produzindo seus efeitos na gramática ainda hoje. Segundo Auroux (2008, p. 151), “a ausência de referências não significa necessariamente uma ausência total no horizonte de retrospectão; certos elementos podem figurar no anonimato do conhecimento comum”.

Nessa medida, trata-se de um saber em que ressoam fortemente outros saberes constituídos ao longo da história e que, ao permanecerem, adquiriram estatuto de conhecimento comum a uma dada comunidade do conhecimento. Nessa esteira, ao pesquisador da História das Ideias Linguísticas, as datas têm uma relevância secundária, e os acontecimentos são vistos por um outro viés que não o meramente cronológico. Pouco importa, por exemplo, se as primeiras reflexões sobre a linguagem não tenham um começo histórico assinalável, pois “os conhecimentos não são acontecimentos e, por conseguinte, não têm data” (AUROUX, 2008, p. 137).

A noção de *acontecimento* em História das Ideias Linguísticas é tomada num sentido particular, tal como define Guimarães (2004). Segundo o autor, o *acontecimento* não é necessariamente associado a uma data cronológica, e sim considerado como aquilo que produz diferença na sua própria ordem, quer dizer, como significa e produz seus efeitos em uma dada ordem. Nesse sentido, é preciso considerá-lo em relação à sua própria temporalidade, isto é, quando o próprio acontecimento projeta uma latência de futuro que o faz significar. Entretanto, é preciso considerar que “esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002, p. 12). Sendo assim, não há uma descontinuidade, uma vez que o passado é retomado para fazer projetar uma latência de futuro. A definição de *acontecimento* proposta por Guimarães (2002) está pautada no princípio de que o sujeito não é o centro da temporalização, já que, ao enunciar, ele instaura um tempo presente projetando um passado e um futuro em relação ao tempo da enunciação. Para Guimarães (2002), o centro é o próprio *acontecimento*, e o sujeito é que é tomado na temporalidade do *acontecimento*, inscrevendo-se na história.

Entretanto, faz-se necessário referir que essa definição de *acontecimento* é

proposta por um semanticista da enunciação e não equivale à concepção discursiva de *acontecimento* proposta por Pêcheux (2010 [1990]), a qual abordamos anteriormente. Como havíamos apontado, o *acontecimento discursivo*, o qual está associado a um acontecimento histórico, deve ser considerado na sua relação com a *memória discursiva* entendida como “estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” (PÊCHEUX, 2010 [1990], p. 52). Desse modo, o *acontecimento discursivo* constitui-se como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, o que pode desmanchar a regularização, deslocando os implícitos. Cabe ressaltar essa diferença, pois ainda que as palavras sejam partilhadas, elas passam a ser consideradas conceitos teóricos quando singularizadas em um dado domínio de saber na sua relação que estabelece com outros termos teóricos (ALTHUSSER, 1978). Entendendo que o nosso estudo inscreve-se na relação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso, essa relação, a do sujeito do saber e a do sujeito historiador (AUROUX, 2008) é-nos muito cara, pois nenhum gesto interpretativo é indiferente à posição histórica e ideológica na qual o sujeito inscreve-se.

Quando se trata da produção de conhecimento linguístico, todo saber constitui-se sobre uma esteira de saberes que lhe precederam e servem-lhe de fonte. Dessa forma, não há saber que não esteja inscrito na história, isto é, que rompa com tudo o que já foi produzido anteriormente. Sendo assim, “quando falamos de origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo” (AUROUX, 1992, p. 21).

Considerando a não existência de fronteiras datáveis em relação à produção do conhecimento, Auroux (1992) propõe as noções de *horizonte de retrospectão* e de *horizonte de projeção*. Tais conceitos apontam para o fato de que todo saber repousa sobre saberes que lhes são anteriores, assim como se inscreve na história projetando um horizonte em que outros saberes podem vir a se inscrever. Desse modo, não se poderia vislumbrar nem onde começam os saberes, nem onde eles acabam; tais delimitações dependeriam do olhar do historiador e da posição em que ele se situa. Um outro aspecto que corrobora para a impossibilidade de se chegar a um dado começo é

a simultaneidade da produção do conhecimento. Não há a possibilidade de abarcar com um mesmo olhar todos os conhecimentos sobre a língua que foram produzidos em uma dada época. É preciso considerar um aspecto, que não será o todo nem será o real da história (PÊCHEUX, 2008).

A noção de horizonte, proposta por Auroux (1992), remete também à inscrição do sujeito na história da produção do conhecimento. No sentido do dicionário, entende-se por horizonte a “linha circular que limita o campo de observação visual, e na qual o céu parece encontrar-se com a terra ou o mar” (FERREIRA, 2008, p. 279). Com base nessa definição, entendemos que a linha que limita o campo de observação é projetada a partir da posição do sujeito, isto é, a limitação é atribuída ao gesto de interpretação do sujeito e à perspectiva que lança sobre seu objeto. Nesse sentido, entendemos que os começos e os fins são da ordem da narratividade e do gesto interpretativo do sujeito, não o são da ordem da história. Por sua vez, a metáfora do horizonte como ponto de encontro entre o céu e a terra/o mar, apontada no dicionário, faz-nos refletir sobre esse ponto de encontro que jamais é alcançado pelo sujeito. Por mais que o sujeito avance na direção do horizonte, jamais o alcançará, considerando que a condição de existência do horizonte é a de poder ser contemplado à distância. Essa é também a condição própria do sujeito em relação à história, o que significa que a origem e o fim na história da produção do conhecimento são questões que escapam ao sujeito, pois jamais estão ao seu alcance.

Além disso, a noção de horizonte de retrospectão proposta por Auroux (2008) é concebida sobre o pressuposto de que “o ato de saber (a produção de conhecimento) não é ele mesmo algo sem relação com a temporalidade” (AUROUX, 2008, p. 141), pois nenhum conhecimento é absolutamente novo ou original ou pode ser produzido sem relação com a história. Segundo o autor,

[...] a existência dos horizontes de retrospectão atesta que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo: *não há conhecimento instantâneo*, o que não significa que o objeto do conhecimento ou o seu valor sejam temporais, como sustenta o relativismo. Isso significa *que é necessário tempo para saber*” (AUROUX, 2008, p. 141).

Essas noções de horizontes pressupõem um recorte temporal que é determinado segundo critérios estabelecidos pelo pesquisador que faz História das Ideias. Não há

história do geral que dê conta de todos os acontecimentos existentes na história. Uma história completa pressuporia que o historiador conhecesse também o futuro, pois é possível que novos acontecimentos possam intervir sobre a leitura de acontecimentos passados (PAVEL, 1990). Fazer História das Ideias, portanto, consiste em estabelecer horizontes, recortes determinados pelo gesto de leitura do historiador das ideias. Mas é preciso considerar que tais gestos são possíveis a partir do arquivo de que o historiador das ideias dispõe, pois, como ressalta Pêcheux (2010 [1982], p. 51), o arquivo constitui-se por um “campo de documentos *pertinentes e disponíveis* sobre *uma questão*”. Quanto à disponibilidade dos documentos, dependendo da temática abordada, pode-se afirmar que chegar a eles pode ser uma das etapas mais difíceis do trabalho. Em pesquisas sobre a história disciplinar, por exemplo, a principal dificuldade se deve ao fato de que “a maioria das instituições não acorda a devida importância a esse tipo de material (ementários, programas, história de vida profissional na formação da intelectualidade brasileira)” (SCHERER, 2005, p. 15).

Quanto à pertinência, o que vai determinar a seleção dos documentos é a delimitação da questão de pesquisa, que certamente não deverá/poderá dar conta do todo da história. Até porque, por maior que seja a amplitude dos acontecimentos e por maior importância que se dê a eles, os acontecimentos não são universais e, se a história fosse, só existiria uma única história. Tomamos um exemplo, apontado por Rancière (1994) acerca de um acontecimento que se tornou mundialmente conhecido, mas seus efeitos foram sentidos apenas por uma parte da população: “a Revolução Francesa não teria existido para quatrocentos milhões de chineses e, na própria França, ‘a voz dos mais apaixonados tribunos e o canhão das mais retumbantes vitórias’ não teriam alcançado as camadas mais profundas da população (RANCIÈRE, 1994, p. 12).

Desse modo, faz-se necessário ter vista que a própria natureza da história escapa a qualquer tentativa de totalidade e de completude. Por mais exaustivo que seja o arquivo, a origem de um dado saber, bem como o seu fim, estão pautados sobre o imaginário de totalidade sustentado por um discurso mítico e fabuloso, pois o que se sabe sobre começos e fins é da ordem de hipóteses sustentadas sob uma dada perspectiva. A simultaneidade dos acontecimentos, de retomadas de saberes e dos

esquecimentos não permitem que se atribua à história um começo e um fim, pois seria necessário conhecer o todo da história e também conhecer o futuro. Tendo em vista tais pressupostos, para o pesquisador de História das Ideias não se trata de remontar à origem de uma dada questão, pois, quanto mais o inventário aumenta, mais seu caráter ilusório e ideológico se afirma. Além disso, é necessário também ter o cuidado de não se deixar levar pelas evidências do arquivo e sustentar gestos de leitura dos quais o arquivo está investido, principalmente quando se trata de atribuir um lugar de origem a um dado saber.

Dessa forma, o arquivo não é dado de antemão, ele é constituído pelo gesto interpretativo do sujeito pesquisador. Também não se refere meramente a uma reunião de documentos, pois o arquivo, apesar de não ser transparente, é considerado pelo pesquisador de História das Ideias Linguísticas na/pela sua especificidade histórica e linguística. Em outras palavras, em relação ao arquivo, interessa questionar a sua espessura linguística na sua relação com a história para compreender os gestos de leitura de que está investido. Por isso, é preciso considerar a não opacidade do texto e a não transparência da linguagem, o que nos leva a compreender que todo objeto simbólico já está investido de um gesto interpretativo, na medida em que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Nessa abordagem, para o historiador das ideias, os textos que constituem o arquivo não são dados nem documentos, ou seja, não são opacos nem transparentes, são, outrossim, discursos produzidos por sujeitos afetados ideologicamente que projetam o seu gesto de leitura. Desse modo, o gesto do pesquisador que faz História das Ideias não só não é isento de um gesto interpretativo, como também não tem a pretensão da neutralidade. Ao aceitar esse lugar de desconforto – de questionar as evidências e não se acomodar com o já-dito –, é mister ter o cuidado de dar visibilidade ao gesto interpretativo que orienta os recortes, pois, ao questionar as evidências de discurso outros, é necessário ter em vista que o trabalho do pesquisador de História das Ideias também está investido de uma interpretação. Dar visibilidade ao modo como fazemos nossos recortes significa assumir uma posição ética diante da produção do conhecimento.

Tendo em vista que a produção do conhecimento sobre a linguagem inscreve-se na linguagem e a linguagem, como já referido, não nos é transparente, entendemos que

toda história está investida de gestos de interpretação da qual não se pode escapar. Desse modo, ao tentar constituir um horizonte de retrospectão, sabemos que tais acontecimentos estão investidos de interpretações e que também a nós presentifica-se a impossibilidade de omitir o nosso gesto. Isso seria negar a interpretação no momento em que ela se dá. Com isso posto, desenvolvemos, na sequência, uma reflexão sobre a forma como compreendemos a gramática a partir da posição teórica em que nos inscrevemos, bem como as condições históricas em que se inscreve a produção de instrumentos linguísticos no Brasil. Ancorados nesses apontamentos, procuramos compreender não só como as propostas saussurianas foram recebidas para serem entendidas enquanto uma descontinuidade em relação ao que vinha sendo desenvolvido, como também que efeitos esses saberes tiveram sobre a produção gramatical no Brasil.

2.2. Um olhar discursivo sobre a produção do conhecimento na gramática

O que nos interessa ao refletir sobre a contradição na gramática é pensar a relação do sujeito com a produção do conhecimento e a sua relação com a alteridade. No que tange à gramática, discorrer acerca das contradições poderia ter diferentes abordagens, uma vez que ela repousa sobre um imaginário de língua homogênea, quando o real da língua mostra-se em toda a sua complexidade e heterogeneidade. Poderíamos nos questionar sobre a produção do conhecimento e do seu objeto, ou poderíamos também nos perguntar acerca dos diferentes tomadas de posição do sujeito em relação ao mesmo objeto de conhecimento. Partindo do pressuposto de que a gramática é um instrumento linguístico produzido por sujeitos na história, nesse estudo nos dedicaremos a compreender a forma como o sujeito apreende seu objeto de conhecimento a partir da análise da contradição entre diferentes tomadas de posição do sujeito gramático.

De um ponto de vista discursivo, a gramática repousa sobre um imaginário de que o gramático - assim como acontece com os escritores - não seria apenas aquele

que tem o conhecimento sobre o funcionamento da língua, mas seria aquele que também teria controle sobre ela. Essa tentativa de normatização acaba por estabelecer parâmetros para homogeneizá-la. Nessa medida, a gramática torna-se um poderoso instrumento de imposição de uma língua homogênea (imaginária) ao estabelecer um padrão, o que visa a silenciar as diferenças, negando-lhes a existência. Entretanto, esse modelo de língua ideal, sobre o qual a gramática se apóia, tem a Literatura como modelo, e não a língua em uso como parâmetro. Desse modo, a gramática acaba por atender também a fins políticos, uma vez que se trata de uma distribuição desigual da língua entre os falantes. Além disso, a normatividade da gramática é sustentada pela dicotomia do certo e do errado, o que impõe um padrão, seja para aprofundar as diferenças entre as classes hegemônicas e as demais classes, como forma de submetê-las, seja para excluir socialmente aqueles que não dominam a língua (imaginária) imposta pela gramática, naturalizando, desse modo, a desigualdade entre os sujeitos.

Nessa medida, a contradição permeia a constituição da gramática de modo que contorna a heterogeneidade da língua ao estabelecer parâmetros de normatização que se apóiam apenas na escrita literária. Entretanto, a heterogeneidade da língua não cabe nos parâmetros normatizadores do gramático. Além disso, a produção do conhecimento sobre a língua é uma construção estabelecida por sujeitos a partir de um gesto interpretativo sobre um objeto de conhecimento. Desse modo, a relação do sujeito com o conhecimento não é da ordem do real, mas da ordem da interpretação. O conhecimento sobre a língua não preexiste à interpretação do sujeito, mas é o próprio resultado de seu gesto interpretativo. Nesse sentido, entendemos que “há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo” (PÊCHEUX, 2010, p. 51).

A gramática constitui-se historicamente como um lugar de coerções do sujeito que determina as formas de assujeitamento. Haroche (1992) traça um percurso da determinação do sujeito pela ordem religiosa até a jurídica, mostrando, através de mecanismos linguísticos, como a ambiguidade, a elipse e a incisa podem contribuir para o processo de individualização do sujeito na gramática. A hegemonia do Estado de

direito sobre a ordem religiosa também tem consequências sobre as formas de assujeitamento, produzindo outras ilusões, as quais regulam a forma como o sujeito vê e interpreta o mundo.

Na gramática, o sujeito está investido de uma ilusão necessária, que o seu dizer é completo e que a língua permite a ele tudo dizer. No caso da posição-sujeito gramático, acredita-se ainda que, desse lugar, a língua é capaz de permitir dizer tudo sobre ela mesma. Não se trata apenas de uma ilusão de controle sobre o que é dito, mas também de construir um imaginário de língua homogênea e ideal, compatível com o das classes hegemônicas, que acentue as diferenças em relação às demais classes, contribuindo, desse modo, para a marginalização daqueles que não dominam essa língua ideal, sustentada na gramática.

Esses imaginários de completude e totalidade repousam sobre os próprios enunciados que constituem a gramática e atribuem-lhe uma imagem de lugar da certeza e do interdito da dúvida. Dentre os enunciados que constituem a gramática, poderíamos citar a definição, formulação singular que assegura um efeito de completude e de evidência, que, por sua vez, produz um efeito de que o sujeito está fora da língua e que sua definição é indiferente à história e à interpretação. Nesse sentido, trata-se de uma formulação que permite a simulação de que o sujeito tem o controle sobre suas palavras, constituindo, desse modo, um espaço discursivo semanticamente estabilizado. Consideramos ainda que é pela definição que a gramática expõe a sua força impositiva, pois, ao definir, o gramático interdita a interpretação, na medida em que determina o que pode e o que deve ser entendido (que o sentido é esse e não outro e que, portanto, não há o que ser questionado, a ambiguidade e o equívoco estão em outro lugar, para além dos limites da gramática). Da mesma forma, o sujeito nega que sua definição também esteja investida de um gesto interpretativo, projetando o efeito de um saber universal, indiferente à interpretação e às condições históricas. Desse modo, a gramática configura-se como um lugar onde a interpretação é negada e, mesmo que tal gesto intervenha o tempo todo, o sentido é dado como evidente, naturalizando-se no fio do discurso.

Entretanto, esse efeito de unidade é quebrado quando um mesmo objeto de conhecimento pode ser definido, designado e explicado de forma diferente, por

diferentes gramáticos. Nesse sentido, o efeito de precisão projetado pela definição é posto em suspenso ao depararmos-nos com uma outra definição possível, atribuída a um mesmo objeto de conhecimento, por um gramático diferente. E, se o saber apresentado na gramática não é indiferente às condições de produção e ao gesto interpretativo do sujeito, a contradição não pode ser contornada. A contradição deve ser entendida aqui não como relação entre contrários ou afirmação-negação, onde uma proposição seria o contrário da outra, mas deve ser entendida com base na relação de desigualdade, onde uma proposição não encontra nem simetria nem seu avesso em nenhum outro lugar. Tendo em vista o funcionamento da contradição entre saberes na gramática, uma concepção de contradição apenas como polos opostos não nos permitiria avançar sobre o efeito que isso tem sobre a gramática, mesmo por que a contradição não se limita somente ao par afirmação-negação.

A gramática assenta-se sobre o imaginário de completude do saber sobre a língua, imaginário esse que encontra, na definição de uma formulação privilegiada, a produção de efeitos de evidência. A definição é uma questão que permeia a gramática, por se tratar de uma formulação de aparência semanticamente inequívoca, que atribui a esse instrumento linguístico um efeito de precisão e de interdito da dúvida. Entretanto, trata-se de um efeito de totalidade e completude que projeta sobre a gramática uma imagem de obra acabada e de saber tanto inquestionável quanto evidente.

Partindo de tal perspectiva, não vemos a gramática como um objeto sacralizado com todas as respostas tidas como verdadeiras e universais, mas vemo-la como resultado de um processo de construção de um saber que é constituído em condições históricas, determinadas por sujeitos afetados ideologicamente. Questionamos o efeito de transparência do saber apresentado na gramática, uma vez que esta se constitui por meio de proposições de aparência evidente - onde a interpretação é negada, isto é, o sujeito interpreta, mas nega que sua tomada de posição esteja investida de um gesto interpretativo -, e configurando o lugar da certeza e da verdade do saber sobre a língua - onde o sentido é vigiado para que não haja a possibilidade de vir a ser outro.

Agustini (2003) desenvolve um estudo, pautado por uma perspectiva enunciativa, acerca da textualização política do discurso da gramática, ou seja, acerca dos modos de dizer que constituem os enunciados da gramática. A autora parte do pressuposto de

que “a gramática apresenta formas textuais que detêm uma certa estabilidade, o que significa dizer que a sua escrita se estrutura em torno de ‘modos de dizer’” (AGUSTINI, 2003, p. 111). Desse modo, privilegia alguns enunciados que contribuem para a constituição da gramática como um espaço discursivo semanticamente estabilizado, tais como as definições, os exemplos e as formulações de regras.

Agustini (2003) considera ainda que há dois processos estruturais das condições de produção da constituição do discurso da gramática, os quais contribuem para a eficácia (ideológica) de seu funcionamento: “o primeiro refere-se ao jogo de imagens que se configura para o locutor e o destinatário do discurso da gramática e o segundo refere-se à construção do modo de dizer que torna (aparentemente) homogêneo e coerente o que, na sua constituição, está dividido” (AGUSTINI, 2003, p. 100). Em relação ao jogo de imagens entre locutor e destinatário do discurso da gramática, a autora, a partir da noção de *formações imaginárias* (PÊCHEUX, 1969), sustenta que:

[...] a textualidade da gramática produz a imagem de que, subjaz à sua estrutura, perguntas e respostas, colocando o destinatário no lugar daquele que faz as perguntas, o que projeta no imaginário a imagem de que o gramático responde a essas questões, procurando satisfazer às expectativas do destinatário (aquele que pergunta por “desejar” saber e conhecer a e sobre a língua) e, assim, colocá-lo na posição de aceitar “sem ressalvas” o que é dito, segundo a imagem que lhe atribui e a imagem que produz de si (AGUSTINI, 2003, p. 102).

Desse modo, trata-se de uma estratégia discursiva que tem como pressuposto a antecipação da imagem do destinatário, constituída a partir do lugar ocupado pelo locutor. Assim, tendo em vista a regulamentação dos modos de dizer na gramática, os quais determinam também a tomada de posição do sujeito ao constituir-se como gramático, o dizer do locutor inscreve-se em uma rede de dizeres que remete ao lugar social de gramático, cujo efeito de repetibilidade dá-se pela permanência e pela configuração de tais modos de dizer na gramática. Para Agustini (2003), essa regulamentação dos modos de dizer produz um efeito de que o dizer do gramático está pautado na repetição e que as diferenças estariam restritas às explicações. Entretanto, segundo a autora, “o *efeito de mesmo* resulta tão-somente da conjunção que os modos de dizer que a gramática encerra tomam” (AGUSTINI, 2003, p. 108, grifos da autora). A partir do estudo depreendido, a autora sustenta, portanto, que “os enunciados

analisados depõem contra essa ilusão de que esses textos gramaticais seriam meras ‘repetições’ da mesma história” (AGUSTINI, 2003, p. 170).

Assim como a autora, entendemos que o fato de haver modos de dizer próprios da formulação do gramático não limita o saber sobre a língua a uma mera repetição do que já está posto; trata-se, outrossim, de uma forma de tornar o dizer controlável e de expor o sujeito à visibilidade. A regularidade de construção dos modos de dizer na gramática pode ser relacionada com a exigência de clareza, de desambiguação, de determinação, de perfeita legibilidade que, de acordo com Haroche (1992), são mecanismos de individualização, inscritos no postulado geral que subentende toda a gramática. Para Haroche (1992), são processos de individualização do sujeito na gramática que encontram sua origem nas ideologias religiosas e jurídico-políticas e intervêm nas práticas de leitura e interpretação. Tais exigências, de clareza e de desambiguação, têm o objetivo de tornar o sujeito visível e controlável; além disso, simula dar a ele o controle sobre seu dizer, quando, na verdade, consiste numa manifestação de auto-repressão livremente consentida, induzida pelo Estado no indivíduo. Segundo a autora, esse lugar de visibilidade que o sujeito assume na gramática é também um lugar acessível a apenas alguns, negado à maioria, que é o próprio privilégio da interpretação, lugar esse que atribui visibilidade e autoria a um dado sujeito que sustenta um gesto interpretativo.

Além disso, esse efeito de completude do saber sobre a língua projeta também a imagem de uma língua ideal e perfeita, que é aquela sustentada pelo gramático. Entretanto, a língua não pode ser apreendida na sua totalidade, porquanto a gramática trabalha para que tais diferenças sejam apagadas e para que aquilo que não condiz com o que está sustentado na gramática seja considerado erro ou desprovido de sentido. Nesse âmbito, a gramática projeta uma imagem da língua, mas que não é a língua na sua totalidade, tampouco poderia estar no lugar de. Trata-se de um *discurso sobre a língua*, esta sendo então constituída como objeto real e sendo apreendida pelo sujeito enquanto objeto de conhecimento.

Concebemos a escrita e a gramática como invenções humanas, que, segundo Auroux (1992), constituem as duas maiores revoluções tecnológicas¹² da história da humanidade. Para nós, trata-se de um saber construído para representar a linguagem e torná-la um objeto passível de estudo, na medida em que entendemos que “o processo de aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalingüística considerável e sem equivalente anterior” (AUROUX, 1992, p. 20). O mesmo autor afirma ainda que o aparecimento da escrita pode ser considerado como a condição da possibilidade do saber linguístico, e a gramatização, por sua vez, “é um processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65, grifos do autor). É importante destacar ainda que o aparecimento da escrita e a gramatização são “processos”, na medida em que se questiona o aparecimento repentino de saberes sem relação com a história. Nesse sentido, conforme a perspectiva do autor, mesmo quando se fala em “origem”, “não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo” (AUROUX, 1992, p. 21).

Em relação à língua, não se poderia dizer que consiste em uma invenção humana e, sendo assim, também não poderia ser um instrumento. Benveniste (2005) leva até as últimas consequências a concepção de linguagem enquanto instrumento, questionando a exterioridade da linguagem em relação ao homem. Para esse autor, a linguagem não existe língua fora do homem, da mesma forma que só é possível colocar-se como sujeito na e pela linguagem, pois o “eu” não existe senão na linguagem. Nesse sentido, se a linguagem não é exterior ao homem e ele não a inventou, ela não poderia ser, portanto, um instrumento.

É a partir de tais pressupostos que questionamos a pretensão da gramática, tanto de construir uma imagem de um objeto que lhe escapa, quanto de impor tal imagem como se fosse a língua na sua essência.

¹² Na verdade, o autor considera três revoluções tecnológicas (ou tecnolinguísticas): a primeira foi a invenção da escrita, a segunda foi a gramatização das diferentes línguas do mundo (e não a invenção da gramática em si), e a terceira, a qual somos contemporâneos, é a mecanização das formas privilegiadas da comunicação (cf. AUROUX, 1998b).

2.3. A gramática no Brasil e o processo de (des)colonização linguística

Refletir sobre a contradição constitutiva da produção do conhecimento na gramática é questionar não só o imaginário de unidade da língua na gramática brasileira e, nesse viés, a própria constituição da história da língua num país que foi colonizado pelo europeu, mas também a importância da gramática na dominação de uma cultura sobre a outra. Podemos problematizar concomitantemente a maneira como o sujeito significa-se ao designar a língua que fala – sendo que o seu discurso não pode deixar de ser atravessado pelo discurso do colonizador sobre o Brasil e sobre o brasileiro.

Na história da língua no Brasil, ressoa fortemente um discurso produzido pelo colonizador sobre o brasileiro, considerando que “o brasileiro, para significar, tem como memória (domínio do saber) o já-dito europeu. Essa é a ‘heterogeneidade’ que o pega desde a origem. A sua fala é falada pela memória do outro (europeu)” (ORLANDI, 1990, p. 51). A forma como é contada a história da constituição do Brasil e a sua relação com a(s) língua(s) passa pelo olhar do colonizado e esse olhar tende a apagar da história aquilo que é anterior à chegada do europeu, instaurando um corte para constituir uma história que tem início no século XVI, quando os portugueses tomam posse daquilo que pertencia aos índios e submetem-nos a uma condição de colonizado.

No que tange à língua no Brasil colônia, não poderia ser diferente, uma vez que os colonizadores, pressupondo a sua superioridade linguística, avaliam a língua do índio a partir da sua. Nesse sentido, para Mariani (2003, p. 75), “a colonização linguística engendrada pela metrópole portuguesa é construída em torno da ideologia do déficit”, o que é apreendido a partir da falta do “F”, do “R” e do “L” na *língua geral*¹³.

¹³ *Língua geral* designava, nos séculos XVI e XVII, o tupi, “a língua indígena majoritariamente falada na costa do Brasil, e que nas primeiras décadas da colonização era chamado de *língua brasílica*” (MARIANI, 2003, p. 76, grifos da autora). Essas considerações sobre a falta do “F”, “L” e “R” aparecem na descrição linguística, proposta por José de Anchieta, na “Arte de Gramática da língua mais falada na costa do Brasil”.

Tal lacuna significava, para o colonizador, a falta de fé (F), a falta de um rei (R), a falta de uma lei (L) e, conseqüentemente, a ausência de um poder religioso, de um poder real central e, também, de uma administração jurídica. De acordo com Mariani (2003, p. 75), “na ótica do colonizador português, essas três instituições nucleares do aparelho de Estado – religião, realeza e direito – simbolizam um estágio avançado de civilização que têm como base uma única língua nacional gramatizada e escrita”.

Esse imaginário de superioridade da língua e o sentido dado à falta do “F”, do “R” e do “L” servem para legitimar a dominação do colonizador sobre a língua do colonizado. Entretanto, é preciso reconhecer que o caminho mais rápido para a expansão da evangelização era por meio da adoção do vernáculo local. Desse modo, para realizar a conversão religiosa cristã dos índios e instaurar a sua conseqüente submissão ao império, os jesuítas desenvolveram um trabalho de gramatização da língua geral (tupi), o que permitiu que fossem realizadas traduções, adaptações de textos de doutrina religiosa em língua geral. Esse processo de gramatização adotado pelos jesuítas teve como efeito a expansão da língua geral em toda a colônia, o que não favorecia os interesses de colonização da Coroa portuguesa. Dessa forma, só mais tardiamente, no século XVIII, é que a Língua Portuguesa foi imposta na colônia durante o reinado de Dom José I, sob o comando do Marquês de Pombal, por meio do ato político-jurídico “Diretório dos Índios”, o qual determinava que a língua a ser falada, escrita e ensinada na colônia era a Língua Portuguesa (MARIANI, 2003). Esse acontecimento ressoará no discurso do brasileiro, fazendo retornar a memória – e (re)significando-a – de que só há uma língua no Brasil, a Língua Portuguesa (a língua do colonizador).

Quando o Brasil conquistou a sua independência política e deixou de ser colônia de Portugal, no século XIX, as discussões em torno da língua e do nome da língua no Brasil passam a ser um assunto também dos brasileiros. Segundo Guimarães (2000, p. 170), “a questão da nomeação da língua da nação brasileira já se põe no plano da lei logo após a Independência”. De acordo com o autor, em 1827, foi aprovada uma lei que determinava que o ensino de língua na escola deveria estar pautado na gramática da “Língua Nacional”. Dias (1996, p. 12) afirma que “a expressão ‘língua nacional’ aparece

pela primeira vez em um texto legal e esta seria utilizada nos textos das Constituições Brasileiras até meados do século atual”.

Essa lei que designava a língua no Brasil como “Língua Nacional” foi aprovada após ser instaurada a discussão em torno do nome dessa língua, depois de o Deputado José Clemente propor que o diploma dos médicos cirurgiões fosse emitido em “linguagem brasileira”. Apesar da intervenção da lei para designar a língua no/do Brasil como “língua nacional”, Guimarães (2000, p. 170-171) insiste: “qual é o idioma nacional a que é necessário dar um nome?”, uma vez que a designação “língua nacional” não só coloca em suspenso a não nomeação da língua em relação ao colonizador, mas também não assume a identidade da língua com o brasileiro.

A discussão sobre o nome do idioma nacional retorna ao Parlamento brasileiro no século XX, nas décadas de 30 e 40, produzindo diferentes tomadas de posição em relação às designações “língua portuguesa” e “língua brasileira” para definir a “língua nacional”. A Constituição de 1946 definiu então que o nome do idioma nacional do Brasil é Língua Portuguesa, “e é nessa medida que a Constituição de 46 mantém na memória brasileira o sentido de que no Brasil se fala uma só língua, ou seja, enquanto povo civilizado, o povo brasileiro só fala uma língua” (GUIMARÃES, 2000, p. 176). Entretanto, a construção de uma língua (imaginária) nacional sugere outros questionamentos, como, por exemplo, “que língua nós apagamos para ter uma língua nacional (o português)? De que língua (ou línguas) foi necessário nos distanciarmos para termos uma língua portuguesa?” (ORLANDI, 1990, p. 74).

Nessa medida, ressoa no discurso do brasileiro a forma como, historicamente, ele foi significado pelo colonizador, fazendo retornar um já-dito que se tornou naturalizado, a partir do momento em que se nega a existência de outras línguas no Brasil. Trata-se de um assujeitamento ao Estado, sustentado por um imaginário de unidade, o qual remete a um efeito de homogeneidade da língua que, por sua vez, é o efeito da história da colonização (ORLANDI, 2002b). Tendo em vista essa insistência do Estado em sustentar um imaginário de homogeneidade e de unidade da língua, entendemos que “a língua nacional torna-se homogênea, para os fins políticos a que serve, sendo refratadas as condições concretas sob as quais ela funciona” (ZANDWAIS, 2012, p. 180). Nesse âmbito, entendemos que a discursivização sobre a

unidade da língua trabalha para que as outras línguas sejam silenciadas e para que a língua do colonizador seja naturalizada como patrimônio da nação.

Tendo em vista esse jogo de forças que tende a apagar a historicidade da língua, tornando-a fixa e una, Orlandi (1990) distingue duas concepções de língua: *língua imaginária e língua fluida*. Segundo a autora, “a *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 1990, p.75, grifos da autora). A gramática, por exemplo, repousa sobre uma concepção de língua imaginária, na medida em que impõe um sistema de normas e coerções que regulamentam a língua como se esta fosse a-histórica e homogênea.

Considerando a história da constituição da(s) língua(s) no Brasil, mesmo após a sua emancipação política, ressoa historicamente um imaginário de que no Brasil só se fala uma língua e que a Língua Portuguesa é uma só, imaginário esse instaurado no/pelo discurso do colonizador e que é naturalizado no discurso do brasileiro. Entretanto, “o efeito ideológico – colonialista – não nasce do nada. Sua materialidade específica é o discurso” (ORLANDI, 1990, p. 47). Apesar da tomada de posição do gramático brasileiro, os traços da colonização linguística manifestam-se ainda nas gramáticas atuais, sobretudo, nas gramáticas de orientação normativa, como por exemplo, a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), e a **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961), que defendem a unidade da Língua Portuguesa. Os exemplos que sustentam as normas e que apoiam esse efeito de unidade, nas referidas gramáticas, são inclusive de escritores das Literaturas Brasileira e Portuguesa. Para nós, trata-se de um efeito de desbabelização da língua pela unidade da gramática, isto é,

o velho mito imaginário da possibilidade de uma língua opaca, limpa, clara, objetiva, sem problemas de compreensão, sem falhas, absoluta, única. E fomos entendendo que a política linguística de cada um dos instrumentos vai tentar fugir da babelização na saudade perpétua do tempo em que “toda terra era duma mesma língua e duma mesma fala” (SCHERER, 2012, p. 164).

Nesse sentido, é preciso considerar que os instrumentos linguísticos não são indiferentes às relações de força e de poder que emergem na formação social na qual

se inscrevem. Considerando a intervenção do político na constituição da gramática, Agustini (2003, p. 97, grifos da autora) aponta que:

Assumindo o político como divisão normativa e desigual do real, consideramos que os instrumentos linguísticos de uma instituição social historicamente reconhecida são também instrumentos políticos, decorrendo daí que a gramática é um instrumento não só linguístico, mas também político, uma vez que se trata de uma sistematização que diz que esta é a **língua (do Estado)** e que controla-regula a prática languageira, produzindo uma divisão desigual ao direito de falar e seus modos de dizer.

Desse modo, concebemos a gramática como um instrumento de dominação de uma cultura sobre a outra (AUROUX, 1992) e, também, de imposição de uma língua homogênea, o que visa a silenciar as diferenças, negando-lhes a existência. Essa distribuição desigual é, ainda, sustentada pela dicotomia do certo e do errado, o que impõe um padrão, seja para aprofundar as diferenças entre as classes hegemônicas e as demais classes, como forma de submetê-las, seja para excluir socialmente aqueles que não dominam a língua (imaginária) imposta pela gramática.

2.4. A produção do conhecimento gramatical no Brasil na segunda metade do século XX: condições de produção

Refletir sobre a língua no/do Brasil e a sua produção de instrumentos linguísticos é refletir sobre como se historiciza a relação do sujeito com a língua em um país que fora colonizado pelo europeu; é também refletir sobre o processo de (des)colonização da língua e do sujeito a partir de uma tomada de posição de autoria da gramática por brasileiros. Desse modo, a historicização do processo de gramatização da língua no/do Brasil, não por acaso, está pautada sobre a relação com a autoria e a tomada de posição do sujeito gramático brasileiro. Trata-se, pois, de assumir uma autoridade em relação ao saber sobre a língua que foi imposta pelo colonizador; fato que resulta em uma tomada de posição marcada histórica e ideologicamente pela relação do sujeito brasileiro com a sua língua. Segundo Orlandi (2002), o estudo dos instrumentos tecnológicos de gramatização da língua no/do Brasil permite compreender:

[...] como nossa sociedade se constitui historicamente, nos elementos de nossa identidade. Mais do que isso, esse é um lugar privilegiado de observação da forma como essa sociedade produz seu conhecimento em relação à nossa realidade (ORLANDI, 2002, p. 125).

Todavia, é preciso considerar que, quando se tem início o processo de gramatização da língua por brasileiros no século XIX, a história da gramática da Língua Portuguesa já tem um longo percurso de estudos e discussões que iniciaram, no século XVI, com a **Grammatica da lingoagem portuguesa**, publicada em 1536, por Fernão de Oliveira. Segundo Orlandi (2009), a conjuntura política em que se inicia a produção de instrumentos linguísticos da Língua Portuguesa é a das descobertas e da colonização dos países pela Europa. A gramatização da Língua Portuguesa germina em um contexto europeu regido por um interesse renascentista de valorização dos vernáculos e de sua sistematização. Desse modo, cabe ressaltar que:

[...] a gramatização brasileira do Português se fez, por um lado, como o movimento oposto ao da gramatização na Europa. Segundo Auroux foi um modo de a Europa, o ocidente, conhecer e dominar o resto do mundo. Para o Brasil a gramatização surge como um procedimento de independência de Portugal. E se desenvolve na busca de outras filiações teóricas que não as vindas somente através de Portugal, quando na medida em que os estudos do português no Brasil se dedicam a especificidades brasileiras do Português (GUIMARÃES, 1996, p. 136).

O processo de gramatização da língua por brasileiros teve início no século XIX, quando o Brasil deixou de ser colônia de Portugal e conquistou sua emancipação política. Naquele momento, os gramáticos brasileiros assumiram para si a autoria da gramática, dando início a aquilo que Orlandi (2009) chama de *processo de descolonização linguística* (ORLANDI, 2009). Na **Grammatica Portuguesa**, de Júlio Ribeiro (1881) – considerada uma das primeiras gramáticas da Língua Portuguesa produzida por um brasileiro (ORLANDI, 2002) –, Guimarães (2004) afirma que há um distanciamento da influência direta de Portugal, uma vez que há uma busca por outras orientações teóricas. A singularidade desse acontecimento está no gesto de autoria, isto é, na apropriação de um saber sobre a língua pelos brasileiros e, sobretudo, no “fato dele inaugurar uma discursividade e uma posição crítica face aos gramáticos

portugueses na produção que faz parte do processo colonizador, agora não mais sob o governo português” (ORLANDI, 2009, p. 175).

Naquela época, o gesto de autoria dos gramáticos significou assumir uma posição de autoridade sobre a língua, isto é, significou ocupar um lugar privilegiado que autoriza a produzir gestos de leitura. Com isso, “inaugura-se pois uma posição-sujeito gramático brasileiro. Um lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de apropriação (autoria) dessa língua” (ORLANDI, 2000, p. 28). Dadas as condições históricas da produção inicial de gramáticas, o gramático brasileiro não é somente aquele que produz um saber sobre a língua, mas é também aquele que, por meio desse gesto de apropriação, contribui para a construção do Estado brasileiro e para a constituição do cidadão brasileiro, além da legitimação do sujeito brasileiro com a escrita.

Posteriormente, no início do século XX, “o Estado brasileiro já se configurava com clareza e é ele próprio a garantia da nossa diferença em relação a Portugal” (ORLANDI, 2000, p. 29). A autoria do gramático também se modifica, já não está mais em relação à apropriação do saber sobre a língua. A autoria é deslocada para o gesto descritivo e analítico que individualiza cada autor como responsável por sua obra, pois, segundo Orlandi (2000, p. 29),

[...] surgem então as inúmeras gramáticas, cujas diferenças já não referem a autorias de gramáticos em suas filiações mas dizem respeito a diferenças descritivas e analíticas de pormenor: filigranas de diferenças na análise de oração e de complementos, adjunto x e y etc.

Nesse sentido, em função das diferenças descritivas e analíticas, passa a haver também uma dispersão de termos, e, em relação a esse aspecto, os gramáticos foram muitas vezes alvos de críticas por conta da diversidade terminológica qualificada como arbitrária, tendo em vista que, “historicamente, o ensino de português, língua nacional, está ligado à gramática. A gramática é, pois, a forma dominante de estudos na escola” (ORLANDI, 2002, p. 194). Nesse contexto, questiona-se se a diversidade de gramáticas não estaria comprometendo a unidade do ensino de língua na escola. Depois de muitas discussões, no início da segunda metade do século XX, em 1959, é aprovada a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), proposta por uma comissão designada pelo

Estado e formada por Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha (todos professores do Colégio Pedro II), com assessoria dos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia. Trata-se de gramáticos, filólogos, linguistas, catedráticos, enfim, estudiosos da língua, de uma maneira geral, que possuem grande prestígio e que estavam a serviço do Estado.

O anteprojeto final resultou em uma lista de termos com as suas respectivas classificações, mas sem definições, sem exemplos, sem comentários. Houve controvérsias, no entanto, sobre o possível apagamento da posição doutrinária por meio de uma terminologia unificada, principalmente entre os próprios membros da comissão. Gladstone Chaves Melo (1971), por exemplo, retoma uma crítica já formulada por Sílvio Elia (membro da comissão da NGB) que denuncia a filiação doutrinária da nomenclatura em detrimento de outras, o que, para o autor, é inadmissível:

[...] o defeito principal da NGB é ter por vezes feito da terminologia biombo de doutrina. Ter forçado posições teóricas, discutíveis ou errôneas, com ar de quem apenas sugere nomes para fatos linguísticos ou acidentes gramaticais [...]. Tal impertinência representa uma agressão à justa liberdade intelectual dos pesquisadores e doutrinadores (MELO, 1971, p. 305).

Mattoso Câmara (1960), em respeito à comissão que compôs a NGB, de qualificação inquestionável segundo o autor, de seu lado, nega-se a apontar as falhas da NGB, por duas razões, segundo ele: “1) elas são secundárias e não prejudicam profundamente as linhas mestras do edifício elaborado; 2) odeio a atitude estéril de crítico de obras feitas, que é sempre negativa e estéril” (CÂMARA, 1960, p. 3). Em meio a tantas críticas contrárias, principalmente de gramáticos insatisfeitos que tiveram sua doutrina renegada, Mattoso Câmara (1960), quando solicitado a comentar a NGB, procura pontuar aquilo que ela trouxe de contribuição ao ensino gramatical de Língua Portuguesa, mas admite, em tom moderado, que a elaboração de uma terminologia unificada:

[...] impunha uma tomada de posição doutrinária. A N.G.B. não pôde furtar-se de fazê-lo e em regra também foi feliz nisso. Ressalve-se, porém, que não raro procedeu com excessiva timidez; a preocupação de não assumir atitudes doutrinárias radicais levou-a a certas incoerências e à manutenção, em alguns casos, de ponto de vista superado. Não o fez por falta de informação, estou

certo, pois pelo menos o seu Presidente é entre nós talvez o professor de português mais bem informado em matéria de correntes linguísticas hodiernas, e na Subcomissão trabalhou Sílvio Elia, sempre preocupado com os grandes problemas doutrinários da linguagem (MATTOSO CÂMARA, 1960, p. 2-3).

Dessa forma, as críticas à NGB surgiam no sentido de que unificação da nomenclatura não apagava as diferentes posições doutrinárias, mas privilegiava uma em detrimento de outras. A inclusão ou exclusão dos termos já direciona o sentido, como afirma Baldini (1998, p. 101, grifo do autor), “pois são palavras que já possuem uma memória no discurso gramatical, mas, por outro lado, uma palavra só possui sentido em uma formação discursiva específica e é nesse ponto que se pode identificar uma certa ‘liberdade’ dos gramáticos”.

Para Baldini (1998), a proposta de uma normatização da nomenclatura pelo Estado pode ser apontada como um marco histórico tão importante que dá outro direcionamento ao fazer gramatical, pois novamente se modifica a questão da autoria do gramático. Segundo Baldini (1998), que realiza uma minuciosa análise da NGB em seu trabalho de dissertação, a NGB é um discurso fundador¹⁴, na medida em que produz a possibilidade e a regra de formação de outros textos, pois ela não só passa a ser referência aos discursos gramaticais posteriores como ressignifica os dizeres que lhe são anteriores.

A NGB foi, de fato, um acontecimento importante na história da produção do saber gramatical. Entretanto, é preciso considerar que esse não foi o único acontecimento que determinou o discurso do gramático nessa época. Simultaneamente a esse período em que a NGB estava entrando em vigor, uma nova forma-sujeito começava a se delinear no Brasil junto ao campo de estudos da linguagem. Com a disciplinarização da Linguística nos cursos de Letras, o linguista passou efetivamente a constituir o grupo das autoridades nos estudos linguísticos¹⁵, pois seus estudos imprimiam caráter de cientificidade aos estudos da linguagem. Além disso, o movimento

¹⁴ O conceito de *discurso fundador* é proposto por Orlandi (1993, p. 13) como aquele “que cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado”. A esses autores singulares que estabeleceram uma possibilidade indefinida de discursos, Foucault (1992) prefere chamar de “fundadores de discursividade”.

¹⁵ Gostaríamos de destacar que, antes mesmo que o linguista conquistasse de fato seu espaço no meio acadêmico, “o grupo de especialidade em evidência até a década de 60 foi, sem dúvida, o da Filologia” (ALTMAN, 2003, p. 73). Além disso, a fronteira que separava a Linguística da Filologia não era tão nítida assim. Embora a Linguística viesse a longa data tentando se institucionalizar, é durante a década de 1960 que ela vai se desvencilhando da Filologia e demarcando seu próprio domínio de saber.

estruturalista impulsionou várias disciplinas a rever seus métodos e seus objetos, para que, a exemplo da Linguística, também pudessem ser alçadas ao domínio científico.

Apesar da pretensão de controle terminológico imposto pela NGB, a gramática não se limita apenas aos termos designados pela nova nomenclatura vigente. Essa “violação” é justificada, na maioria das vezes, não só pela natureza incompleta do documento como também pelas contribuições da Linguística Moderna, que, ao serem retomadas, colocam ao gramático a condição de dispor de designações vindas desse domínio de saber. Segundo Orlandi (2002, p. 194),

[...] após a imposição da NGB, por decreto, a Linguística adquire prestígio (científico) perante a Gramática. Com a elaboração de sua metalinguagem, a Linguística produz um efeito – no plano do conhecimento da língua – sobre a Gramática tal como era concebida no século XIX.

A NGB começa a dividir espaço com outros enunciados oriundos de outros domínios de saber que apontam para a filiação teórica do gramático. Nesse sentido, a gramática no Brasil passa por uma reconfiguração, na medida em que “deixa de ser um ‘monumento’ à língua, para se apresentar como um ‘artefato da ciência” (ORLANDI, 2000, p. 31, grifo da autora). Assim, a Linguística, enquanto novo campo disciplinar, provoca outra desestabilização no discurso gramatical, pois o estatuto de cientificidade do saber do linguista traz novas contribuições ao saber do gramático. Embora a NGB constitua o interdiscurso que determina o saber gramatical, o gramático não passa indiferente diante do saber do linguista, uma vez que “a autoria da gramática passa a necessitar da caução do linguista, já que este tem o conhecimento científico da língua” (ORLANDI, 2000, p. 30). Sobre a caução do linguista em relação ao saber do gramático, Agustini (2003) pondera, pois considera que:

[...] a caução da Linguística (ORLANDI, 1999) aparece na gramática confinada na introdução ou em observações ou em notas de rodapé, o que significa dizer que aparece circunscrita às periferias da textualidade gramatical, como uma explicação lateral (ou marginal) que corrobora o discurso da gramática, um entorno que não pode “entrar”, porque contradiz o *dever-ser da normatização* já institucionalizada que não condiz com o *uso linguístico efetivo do brasileiro* (AGUSTINI, 2003, p. 90, grifos da autora).

Por um lado, as gramáticas que seguem uma orientação normativa apresentam essa relação entre o saber do gramático e o saber do linguista, sobretudo, limitada aos

prefácios que introduzem as gramáticas; mas, no corpo da gramática, conserva-se uma orientação normativa e “a Linguística aparece na gramática, (re)significada, para melhor dizer aquilo que o gramático tem a dizer” (AGUSTINI, 2003, p. 92). Por outro lado, as gramáticas que não seguem uma orientação normativa, a partir da década de 1970, principalmente, apresentam uma relação singular com o saber da Linguística, pois “la linguistique va mener à la production de grammaires non normatives qui contribueront aux affrontements théoriques de cette décennie”¹⁶ (GUIMARÃES, 2007, p. 15). Inclusive, esses trabalhos gramaticais que seguem uma orientação não normativa,

[...] adoptent une perspective soit structurelle, soit fonctionnelle, soit générative. Ici apparaissent bon nombre d'études (thèses, articles et livres) analysant divers aspects de la syntaxe du portugais. Ces travaux grammaticaux regroupent également les études de phonologie et de morphologie. Parmi eux, toute une ligne s'est consacrée à analyser la spécificité du portugais du Brésil¹⁷ (GUIMARÃES, 2007, p. 28).

Desse modo, em meados do século XX, a produção do conhecimento sobre a língua na gramática passou por uma nova reconfiguração. Tal momento caracterizou-se por ser um período em que a língua nacional já estava consolidada, e os estudos gramaticais sobre o português no/do Brasil, inspirados pelo ideal de cientificidade da Linguística, passaram a sustentar um discurso de modernidade da gramática e marcar a saída do empirismo.

Além disso, é preciso considerar que, a partir do exemplo da Linguística, outros domínios de saber sobre a linguagem também foram buscar uma maior rigurosidade metodológica e melhor definição de critérios. Esse é o caso da gramática no Brasil na segunda metade do século XX. Tendo em vista os avanços científicos realizados pela Gramática Comparada e pela Filologia com a descoberta do sânscrito no século XIX, a gramática foi constantemente criticada por não conseguir avançar tanto quanto os domínios de saber vizinhos, bem como acusada de não ter metodologia e critérios justificáveis.

¹⁶ “A linguística vai levar à produção de gramáticas não normativas que contribuirão para os confrontos teóricos desta década” [tradução sob nossa responsabilidade].

¹⁷ “[...] adotam uma perspectiva ou estrutural, ou funcional, ou gerativa. Aqui aparece um bom número de estudos (teses, artigos e livros) que analisam vários aspectos do português. Esses trabalhos gramaticais incluem também os estudos de fonologia e de morfologia. Dentre eles, toda uma linha foi consagrada a analisar as especificidades do português do Brasil” [tradução sob nossa responsabilidade].

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, os estudos gramaticais no Brasil voltaram-se para justificar a não arbitrariedade do saber gramatical, seguindo o exemplo da Linguística, mas sem necessariamente aplicar os mesmos métodos e critérios. Dias e Bezerra (2006) mostram como se dá essa busca por uma maior objetividade em relação à produção do saber gramatical a partir do modo com o fato linguístico é enunciado nas gramáticas. Os autores, para investigar como se constitui um saber sobre a língua, delimitaram como recorte a categoria do pronome em gramáticas publicadas em períodos distintos. No primeiro período considerado pelos autores, são analisadas três gramáticas publicadas no final do século XIX, a saber, a de Júlio Ribeiro (1881), a de João Ribeiro (1886) e a de Maximino Maciel (1894). No segundo período são analisadas gramáticas publicadas em meados do século XX: a de Rocha Lima (1957), a de Evanildo Bechara (1961) e a de Celso Cunha (1970/1985). Por fim, o terceiro período considerado pelos autores se estende dos últimos anos do século XX e início do século XXI, e são analisadas as gramáticas de Mário Perini (1995) e a de Maria Helena Moura Neves (2000).

A partir do estudo realizado, os autores apontam que, nas gramáticas publicadas no primeiro período, predomina uma abordagem avaliativa do uso, às vezes, com emissão de um juízo relativo aos falantes. Já as gramáticas publicadas no segundo período, o tom avaliativo característico do primeiro período é substituído pelo esforço do gramático em mostrar a língua tal como ela se apresenta, produzindo um efeito de evidência de que o que o gramático diz sobre a língua já estava na própria língua. Em relação às gramáticas publicadas no terceiro período, o saber sobre a língua é sustentado por teorias e metodologias específicas. Em termos gerais, pode-se afirmar que há “um saber avaliativo, nas gramáticas tradicionais antigas, um saber legitimado nas gramáticas tradicionais modernas, e um saber sustentado nas gramáticas contemporâneas não tradicionais” (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 27).

A partir do estudo realizado pelos autores, entendemos que esse percurso que vai do “saber avaliativo” ao “saber sustentado” aponta para o fato de que produção de gramáticas no Brasil é direcionada pela busca por um maior rigor teórico e metodológico, bem como por critérios definidos para dar sustentação ao saber produzido na gramática. As críticas endereçadas à falta de critérios do gramático

vinham principalmente de filólogos como, por exemplo, Gladstone Chaves de Melo (1971), que não poupou adjetivos para (des)qualificar o saber do gramático:

[...] ainda não conseguimos explicar-nos satisfatoriamente por que tem tanta pronta aceitação e tão fácil divulgação as proibições arbitrárias, as regrinhas inventadas pelos forjadores de fórmulas e pelos puristas desorientados (MELO, 1971, p. 288, sublinhado nosso).

Nessa esteira, torna-se frequente, em gramáticas publicadas em meados do século XX, apontar que estas seguem uma orientação científica e/ou que passaram por uma revisão, fazendo significar como não-dito as críticas que se estenderam durante a primeira metade do século XX direcionadas a falta de critérios bem definidos. Podemos apontar como exemplo as próprias gramáticas que selecionamos para o nosso estudo, a saber, **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), **Gramática Resumida**, de Celso Pedro Luft (1960), e **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961):

[...] a gramática deve ser simplificada e não complicada: deve registrar o mínimo de noções, não arbitrariamente deduzidas na cabeça dos gramáticos, mas, ao contrário, rigorosamente justificados pelos fatos da língua. [...] Pelas substanciosas páginas de Rocha Lima perpassam (ainda que discretamente dosadas) as ideias da Linguística moderna (SILVA NETO [Prefácio da Gramática Normativa, de Rocha Lima], 1957, p. XII, sublinhado nosso).

[...] gostaríamos de chamar a atenção para algumas orientações de nosso trabalho, como, por exemplo, o ponto de vista funcional que ressaltamos em diversas passagens. A gramática está sofrendo hoje uma rigorosa revisão de métodos, e é nas gramáticas que se vão publicando, que mestres e especialistas poderão mais concretamente corrigir posições e indicar os caminhos (LUFT, 1960, p. XIII, sublinhado nosso).

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguesa* foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país. [...] A orientação científica por que se norteia esta *Moderna Gramática* não seria possível sem a lição dos mestres (seria ocioso citá-los) que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina (BECHARA, 1961, p. 22. sublinhado nosso).

Nos recortes dos prefácios das gramáticas, destacamos a referência à revisão a qual a gramática é submetida e também a busca por um rigor metodológico. Nas gramáticas normativas, como a de Rocha Lima (1957) e a de Bechara (1961), o rigor metodológico exigido nessa conjuntura pode ser verificado por meio da riqueza dos

exemplos selecionados pelos gramáticos para sustentar sua tomada de posição, como já preconiza o filólogo Serafim da Silva Neto, no prefácio da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957, p. XII): “deve registrar o mínimo de noções, não arbitrariamente deduzidas na cabeça dos gramáticos, mas, ao contrário, rigorosamente justificados pelos fatos da língua”. Tendo em vista as críticas direcionadas à falta de critérios, os gramáticos buscam justificar suas tomadas de posição no maior número de exemplos para justificar a formulação de regras. Em relação à **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961), Dias (2010), ao analisar a categoria do gênero gramatical feminino nessa gramática, aponta que:

Quanto à afirmação de Evanildo Bechara, no prefácio de sua *Gramática*, segundo a qual a sua obra foi concebida segundo uma orientação científica, o estudo do gênero empreendido na gramática mostra-se capaz de atender a um dos aspectos dessa orientação científica: a constituição de um discurso gramatical com pouco esteio na voz e no julgamento do gramático, e máxima sustentação num corpo de exemplos apresentados como evidência para a constituição do fato gramatical (DIAS, 2010, p. 40, sublinhado nosso).

Nesse sentido, a partir do estudo realizado pelo autor, entendemos que a busca pelo efeito de cientificidade atribuído ao saber do gramático repousa sobre um efeito de evidência que a própria língua determina, na medida em que o gramático busca amparar-se em exemplos para fundamentar sua tomada de posição. Esse gesto produz ainda um efeito de que a própria língua define a si mesma e que o gramático a descreve tal como ela é.

Essa mudança de postura do gramático, o filólogo Gladstone Chaves de Melo (1971) atribuiu à:

[...] revolução operada, a partir de Bopp, na Ciência da Linguagem foi a sua deslocação do campo da Lógica para o terreno histórico dos fatos. Daí os estudos linguísticos, inclusive os normativos, passaram a assentar nos documentos criticamente apurados e utilizados, ou na observação. Por isso, deixou de ser a Gramática objeto e ocasião de intermináveis discussões em que se opunham, veementes, opiniões e gostos individuais, para se tornar algo de objetivo, tranquilo e fundamentado (MELO, 1971, p.289-290).

O acontecimento que desencadeia uma busca por maior sustentação do saber produzido na gramática é projetado pelo filólogo a partir dos estudos de Bopp, os quais, segundo o autor, produziram uma revolução na Ciência da Linguagem. Entretanto,

apesar de todo o empenho para atribuir um rigor metodológico e sustentar devidamente as diversas tomadas de posição, a contradição entre os gramáticos não é apagada, mesmo porque a produção do conhecimento só existe a partir da interpretação do sujeito. Essa busca pela objetividade e rigorosidade acaba por instigar a contradição entre os gramáticos, pois a produção do conhecimento sobre a língua é da ordem da interpretação, o que faz da gramática o lugar, por excelência, do dissenso.

2.5. A hora da virada: em busca de um rigor metodológico para os estudos gramaticais no Brasil

Dada a natureza da produção do conhecimento sobre a língua, a contradição é intrínseca ao saber gramatical, mas um acontecimento contribuirá para que as divergências entre os gramáticos se acentue ainda mais. Estamos nos referindo ao efeito que a contribuição de Ferdinand de Saussure produziu sobre os estudos da linguagem, mostrando ao linguista o que ele fazia sem o saber. A importância do corte epistemológico promovido pelo mestre genebrino, bem como a dicotomia diacronia-sincronia, terá um alcance para além dos estudos da linguagem e contribuirá também para que outros domínios de saber repensem a abordagem metodológica da linguagem em função do tempo.

Os estudos saussurianos foram introduzidos no Brasil por Joaquim Mattoso Câmara Jr., considerado o primeiro linguista brasileiro, autor da obra **Princípios de Linguística Geral** (1941) “considerada o início da linguística moderna no Brasil” (ORLANDI, 2002a, p. 8). O primeiro curso completo de Linguística, ministrado por Mattoso Câmara, foi iniciado na Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), criada em 1935. Naquela época, os estudos predominantes no Brasil eram os estudos filológicos, que se dedicavam ao estudo da história da língua a partir de textos escritos literários. O filólogo considerava a Filologia uma ciência histórica e datava a entrada dos estudos da linguagem no campo científico a partir dos estudos de Franz Bopp,

autor de *Sistema da Conjugação do Sânscrito* (1816), como aponta o filólogo Gladstone Chaves de Melo (1971 [1949]):

[...] com a publicação em 1816 da monografia de Franz Bopp, *Do Sistema de Conjugação do Sânscrito*, se abriram novos horizontes à empírica ciência da linguagem, que daí por diante vai ganhar foros de ciência experimental, com seus princípios solidamente firmados, seu mérito claramente estabelecido e suas conclusões definitivas. De Bopp aos nossos dias progrediu consideravelmente a novel ciência, que conta hoje com uma soma imensa de materiais acumulados, sistematizados e estudados, de tal arte que já se puderam levantar poderosas sínteses. Com isso, a Ciência da Linguagem deixou de ser pertencente da Lógica, como dantes acontecia, para tornar-se uma ciência positiva e histórica (MELO, 1971 [1949], p. 285-286).

Já o linguista, por seu lado, projeta em outro lugar esse corte de onde teria começado o período científico dos estudos da linguagem. Saussure, no **CLG**, reconhece que “Bopp não tem o mérito da descoberta de que o sânscrito é parente de certos idiomas da Europa e da Ásia, mas foi ele quem compreendeu que as relações entre línguas afins podiam tornar-se matéria de uma ciência autônoma” (SAUSSURE, 2006 [1970], p. 8). Entretanto, mais adiante, Saussure pondera:

“tal escola, porém, que teve o mérito incontestável de abrir um novo e fecundo, não chegou a constituir a verdadeira ciência da Linguística. Jamais se preocupou em determinar a natureza do seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria” (SAUSSURE, 2006 [1970], p. 10).

Essas ideias saussurianas não foram muito bem aceitas inicialmente no Brasil, tendo em vista que a Filologia era o campo de estudos dominantes e considerava-se uma ciência. A principal crítica da Linguística em relação à Filologia era em relação ao prestígio atribuído à escrita e o descaso em relação à fala. Para o linguista, “língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto” (SAUSSURE, 2006 [1970], p. 34). Nessa medida, a Linguística aponta que a Filologia não poderia se configurar como uma ciência, porque não tem um objeto nem um método definido. Esse discurso de confronto, que vem negar a cientificidade da Filologia e da gramática comparada, deslocando o corte para uma outra data, abre espaço para muitas discussões e contradições.

Inicialmente, a Linguística, introduzida por Mattoso Câmara, era entendida apenas como um ramo da Filologia. Mattoso Câmara reconhece a importância da Filologia e aponta que “não obstante o progresso feito em linguística geral, linguística do português e dialetologia, a filologia em seu sentido estrito continua a merecer o interesse predominante dos estudiosos brasileiros” (MATTOSO CÂMARA, 1976 [1968], p. 58). Mattoso Câmara defende a autonomia da Linguística nas Faculdades de Filosofia, uma vez que a “situação geral atribui à linguística um lugar subordinado nos currículos, reduz o alcance de seu ensino e forçosamente enfatiza as ideias antigas e errôneas que consistem em considerar a linguística como auxiliar da filosofia e da crítica literária” (MATTOSO CÂMARA, 1976 [1968], p. 63).

De fato, Mattoso Câmara muito contribuiu para que a Linguística se consolidasse enquanto disciplina e fosse reconhecida como ciência. Inclusive, a introdução dos estudos em Linguística geral abriu precedentes para que a perspectiva descritiva se firmasse e se estendesse a outros domínios de saber no Brasil. Segundo Mattoso Câmara (1976 [1968]), “o interesse pela linguística geral teve como consequência um estudo mais sistemático e melhor do português falado no Brasil” (p. 50). No que toca à gramática, o autor afirma que:

[...] a descrição gramatical ficou relegada a uma posição secundária. [...] No campo da gramática descritiva não houve nenhum progresso considerável desde a década de 20, em que se situa a obra de Manuel Said Ali, gramático dotado de uma aguda percepção, embora muito apegado à gramática tradicional (MATTOSO CÂMARA, 1976 [1968], p. 52).

Entretanto, Guimarães (2004) aponta que “Mattoso Câmara, como já vimos, é, na história da gramática no Brasil, o linguista que primeiro realizou uma gramática descritiva (não normativa) ocupando o lugar enunciado nesta história por Said Ali” (GUIMARÃES, 2004, p. 96). Mais precisamente, a obra **Estrutura da Língua Portuguesa** (1970), a qual reúne as descrições do português realizadas pelo autor ao longo da década de 1960, é “seguramente a primeira gramática descritiva científica feita no Brasil. Esta um dos marcos no Brasil da *língua nacional* ou *língua*” (GUIMARÃES,

2004, p. 32). Mattoso Câmara¹⁸ não viveu o suficiente para ver a sua obra ser reconhecida como a primeira gramática descritiva científica do Brasil, pois,

[...] embora Said Ali enuncie a distinção entre dois tipos de gramática descritivas, uma prática (normativa) e outra científica, este lugar da gramática descritiva científica, que ele instala expressamente na história brasileira, não é preenchido por ele. Mas podemos dizer que esse lugar fica posto desde este momento e será pela primeira vez preenchido por *Estrutura da Língua Portuguesa* de Mattoso Câmara em 1970 (GUIMARÃES, 2002, p. 26).

A partir da introdução da Linguística no Brasil por Mattoso Câmara, os estudos sincrônicos descritivos ganharam maior importância, e a nova concepção de gramática passou a orientar os estudos gramaticais no Brasil, o que, por vezes, colocou em contradição os saberes até então dominantes na época. Tendo em vista a dicotomia saussuriana diacronia e sincronia, Mattoso Câmara distingue, de um lado, a gramática descritiva e a gramática normativa – que repousam sobre uma perspectiva sincrônica –, e, de outro lado, a gramática histórica e a gramática comparativa – que, segundo o autor, repousam sobre uma perspectiva diacrônica.

É preciso considerar também que, desde a descoberta do sânscrito, no século XIX, os estudos da linguagem avançavam a passos largos em direção à cientificidade. Em meados do século XX, o movimento que clamou a Linguística como ciência piloto das ciências humanas impulsionou outros domínios de saber sobre a linguagem a buscar maior rigorosidade metodológica, melhor definição do objeto a exemplo da ciência das línguas. A gramática, constantemente apontada pela sua falta de critérios e pela postura arbitrária dos gramáticos, também se lançou na busca por atribuir um caráter mais preciso ao saber gramatical.

Se, por um lado, em um dado momento da história da produção do conhecimento gramatical, o sujeito do saber passa a diferenciar a gramática entre normativa e descritiva, por outro, o sujeito historiador questiona em que medida poderia se separar normatividade e descrição. A noção de “norma” apontada no **Vocabulário técnico e crítico da filosofia** (1996), de André Lalande (1996), é definida como: “tipo concreto ou fórmula abstrata daquilo que deve ser, em tudo que admite um juízo de valor: ideal, regra, fim, modelo, conforme o caso” (LALANDE, 1996, p. 736, sublinhados

¹⁸ Mattoso Câmara faleceu em fevereiro de 1970.

nossos). Segundo essa definição, “norma” não tem um compromisso com aquilo que é, mas com o que “deve ser”, ao mesmo tempo em que associa a noção de norma com a de juízo de valor.

Historicamente, a noção de norma está associada à gramática, já que, segundo Auroux (1998a), tradicionalmente, a gramática, assim como a lógica e a retórica, são disciplinas normativas, pois elas não têm por objetivo dizer o que é, mas o que deve ser, o que é necessário fazer, o que são artes, isto é, “la logique n’est pas une science, c’est un *organon*, un instrument, dans la tradition aristotélicienne. La rhétorique est l’art de manipuler son auditoire par le moyen du langage. La grammaire est l’art de bien parler”¹⁹ (AUROUX, 1998a, p. 225).

Nesse sentido, Auroux (1998a) afirma que podemos considerar uma norma como *prescrição* ou uma *regra*, o que quer dizer um tipo de proposição reconhecível que pode geralmente ser parafraseada por uma frase introduzida pelo verbo “dever”. Do mesmo modo, podemos também uma norma como um valor, isto é, um conceito como bom, belo, por exemplo, pois “là où il y a norme il y a valeur et réciproquement, la différence entre les deux étant essentiellement une question de présentation”²⁰ (AUROUX, 1998a, p. 224).

Tendo em vista essa noção de norma como aquilo que deve ser e associado a um juízo de valor, avaliamos que esta não pode ser relacionada à concepção de verdade, pois “est vraie la proposition qui exprime ce qui est tel que cela est. Par définition la norme qui exprime un devoir-être ne peut dans ces conditions avoir de valeur de vérité. La vérité est une valeur des jugements de réalité pas des jugements de valeur”²¹ (AUROUX, 1998a, p. 225).

Entretanto, um novo paradigma de ciência se impõe e “en Occident l’âge classique introduit une rupture profonde. Désormais le modèle imposé à ces disciplines interdit qu’on y introduise des conceptions normatives, elles perdraient toute scientificité.

¹⁹ “A lógica não é uma ciência, é um *organon*, um instrumento, na tradição aristotélica. A retórica é a arte de manipular seu auditório por meio da linguagem. A gramática é a arte de bem falar” [tradução nossa]

²⁰ “Lá onde há norma, há valor e reciprocamente, a diferença entre os dois é essencialmente uma questão de apresentação” [tradução nossa].

²¹ “é verdadeira a proposição que exprime o que é tal como aquilo que é. Por definição a norma que exprime um dever-ser não pode nestas condições ter um valor de verdade. A verdade é um valor de julgamentos da realidade e não julgamentos de valor” [tradução nossa].

Il faut éliminer la normativité”²² (AUROUX, 1998a, p. 225-226). Para eliminar a normatividade das ciências da linguagem, seria preciso o conhecimento objetivo das ciências das línguas. Mas, segundo o referido autor, eliminar a normatividade não parece ser uma tarefa simples, nem na teoria, nem na prática. Uma ciência não normativa seria um conjunto de descrições, quer dizer, de constatações empíricas e de leis submetidas a princípios de confirmação e de falsificação empírica. Entretanto, a norma parece incontornável, na medida em que o autor questiona se seria realmente possível explicar um objeto de conhecimento sem recorrer a normas e, além disso, o que seria, então, uma “regra” em um contexto não normativo.

Nesse sentido, Auroux (1998a), retomando Canguilhem (1972), propõe uma reflexão acerca da distinção entre o conceito normativo e o conceito descritivo de norma. Sendo o conceito descritivo aquele que corresponde a uma aproximação estatística daquilo que se considera como regular, frequente no uso da língua; e a observação do uso aquela que parece eliminar a normatividade. Entretanto, o autor questiona se uma teoria linguística seria capaz de manter a descrição, eliminando a normatividade, uma vez que “la référence à l’usage n’a jamais suffi à éliminer le prescriptivisme”²³ (AUROUX, 1998a, p. 242). Mesmo que saibamos que grande parte de um grupo dado utilize uma dada forma linguística e que disponhamos de uma metalinguagem teórica para descrevê-la, possivelmente poderíamos descrevê-la com uma boa aproximação e até sugerir a alguém que poderia falar de tal modo que será compreendido. Mas os questionamentos que não teriam respostas são aqueles que “nous n’aurons certainement pas expliqué pourquoi cette forme existe, pourquoi elle est utilisée par ces locuteurs-là, et surtout nous n’aurons pas justifié que nous puissions avancer que cette forme est correcte”²⁴ (AUROUX, 1998a, p. 241).

Esses questionamentos, apontados por Auroux (1998a) acerca da possibilidade de eliminar a normatividade, fazem-nos refletir sobre aquelas gramáticas que são

²² “No Ocidente, a idade clássica introduziu uma ruptura profunda. Daqui em diante o modelo imposto a essas disciplinas proíbe que se introduza concepções normativas, elas perderiam toda a cientificidade. É necessário eliminar a normatividade” [tradução nossa].

²³ “A referência ao uso nunca foi suficiente para eliminar o prescritivismo” [tradução nossa].

²⁴ “não teríamos certamente explicado por que esta forma existe, por que ela é utilizada por estes locutores, e sobretudo não teríamos justificado que podemos avançar que esta forma é correta” [tradução nossa].

designadas como “descritivas”. Uma “gramática descritiva” não seria igualmente “normativa”? Do mesmo modo, questionamos se uma “gramática normativa” também não seria “descritiva”, pois, para estabelecer uma norma, é preciso descrever o sistema para encontrar a regularidade. Poderíamos separar descrição e normatividade na constituição do fazer gramatical? As possíveis respostas a esses questionamentos pressupõem tomadas de posição de sujeito distintas, as quais se inscrevem em condições históricas e ideológicas determinadas. Uma vez que o nosso estudo se inscreve na História das Ideias e também na Análise de Discurso, entendemos que um questionamento constante que devemos nos fazer quando estudamos a produção do conhecimento linguístico é: em que posição (histórica e ideológica) o sujeito inscreve-se ao produzir conhecimento sobre a língua? Compreender essa questão significa estabelecer horizontes de retrospectção e de projeção que permitem estabelecer uma memória e inscrever o discurso do sujeito em um processo discursivo para que este produza sentido, pois o discurso do sujeito só significa pela sua relação com a história e com a memória.

2.6. Produção do conhecimento sobre a língua: entrecruzamento de saberes

Há um mito em torno da figura de Saussure que insiste em atribuir-lhe um lugar de começo, ainda que esse começo tenha sido projetado retrospectivamente. Segundo Benveniste (1989), a Linguística teve vários começos, isto é,

[...] de modo absoluto, para nós ocidentais, a linguística nasceu na Grécia, quando os filósofos mais antigos, contemporâneos do despertar do pensamento filosófico, começaram a refletir sobre o instrumento da reflexão e conseqüentemente sobre o espírito e a linguagem. Houve um segundo começo na Idade Média, quando, através das categorias aristotélicas, se recomeça a definir os estudos da linguagem (BENVENISTE, 1989, p. 30).

Nesses tantos começos e recomeços da Linguística, Benveniste situa Saussure não propriamente num lugar de começo, pois “Saussure, ele não é um começo, ele é outra coisa, ou é um outro tipo de começo” (BENVENISTE, 1989, p. 31). Desse modo, é

preciso considerar que, mesmo que Saussure seja constantemente apontado como o fundador da Linguística Moderna, “Saussure não fundou a linguística, que já possuía um passado científico quando ele nasceu. Mas sua obra está na origem de uma mutação considerável na evolução da disciplina. Desse ponto de vista, foi possível falar do ‘corte saussuriano’” (ARRIVÉ, 2010, p. 20).

De fato, por muito tempo, na história da Linguística, Saussure e o **CLG** ocuparam um lugar de memória sobre o qual se organizou toda a produção intelectual referente aos estudos da linguagem. Até a década de 1960, segundo Courtine (2006, p. 5),

[...] a reflexão sobre a história da disciplina estava, com efeito, dominada pelo que poderíamos comodamente chamar de “saussurologia”, isto é, a ideia segundo a qual o advento de uma linguística científica tinha se fundado sobre um “corte epistemológico”, que intervém no *Cours de Linguistique Générale*.

Essa perspectiva histórica que perdurou durante a primeira metade do século XX consistia em projetar retrospectivamente um modelo de cientificidade tardio, inspirado pelo **CLG**, fazendo com que toda a história da Linguística reorganizasse-se em torno desse “corte”. Mais tardiamente, essa perspectiva sobre a história da Linguística foi modificada à luz dos estudos desenvolvidos por Sylvain Auroux. Segundo Courtine (2006), essa outra perspectiva de conceber as ciências da linguagem proposta por Auroux “vem, sem negar evidentemente a importância do acontecimento científico que representou o *Cours*, relativizar, no entanto, o alcance do ‘corte saussuriano’ na história da disciplina” (COURTINE, 2006, p. 6).

Essa insistência em encontrar um precursor para a Linguística faz parte do movimento intelectual que teve início na década de 1950, na França, e foi motivado pela inovação e pela cientificidade a partir do avanço paralelo de diversas correntes. Esse período ficou marcado, sobretudo, pelo movimento de “retorno a...” Saussure, Marx, Freud, que, ao mobilizarem o passado, esperavam encontrar na figura de um precursor a legitimidade para a redescoberta do corte (DOSSE, 1993). Em meio a esse movimento, a Linguística, a partir do **CLG** e da figura de Saussure, era aclamada a ciência-piloto das ciências humanas. Segundo Pavel (1990), nos anos 60, Lévi-Strauss, Barthes e A. J. Greimas e seus discípulos “acreditavam sinceramente que a Linguística

de Saussure, de Hjelmslev ou de Jakobson fornecia a metodologia mais avançada às ciências humanas” (p. 12). Desse modo, a questão que permanece é: o que tinha a Linguística a oferecer às ciências humanas? O que as ciências humanas esperavam da Linguística? Pavel (1990), ao analisar os sucessos e também os erros do “novo” paradigma, explicita como esse discurso modernizador em torno da Linguística criou expectativas em todas as ciências humanas de que o estudo da linguagem teria a chave da filosofia e das ciências humanas e que as projetaria no domínio da ciência. O autor aponta como tais expectativas mostraram-se frustrantes e não passaram apenas de uma “miragem linguística” na medida em que se teria esperado da ciência das línguas uma salvação que ela não tinha os meios de propiciar.

Além disso, esse corte é projetado *a posteriori* em torno de uma obra cuja autoria é atribuída a Ferdinand de Saussure. De fato, Saussure ministrou três cursos na Universidade de Genebra ao longo de três anos (1906-1907; 1908-1909; 1910-1911), por ocasião da substituição da cátedra de Linguística Geral de Joseph Wertheimer, mas nada publicou a respeito. A obra que ficou conhecida como **Curso de Linguística Geral (CLG)**, sobre a qual se edificou, diretamente ou não, toda a Linguística moderna (BENVENISTE, 1989); é uma obra póstuma organizada por Albert Sechehaye e Charles Bally, a partir de algumas notas manuscritas do mestre genebrino e também notas dos alunos referentes aos três cursos ministrados por Saussure na Universidade de Genebra.

Após a morte de Saussure, em 1913, Albert Sechehaye e Charles Bally, que não assistiram ao **CLG**, tomaram a iniciativa de organizar uma publicação com os ensinamentos do mestre, tendo em vista a importância de tais questionamentos nos cursos e o impacto que suas reflexões poderiam ter para os estudos da linguagem (sobre os quais Saussure nada publicou). Entretanto, o que mestre havia deixado sobre os cursos eram apenas algumas notas manuscritas esparsas, que, segundo Bally e Sechehaye, eram insuficientes para a publicação de um livro. Além disso, os idealizadores do projeto não haviam assistido integralmente aos cursos então ministrados, sendo que todo o material de que eles dispunham para a organização eram notas manuscritas de outros alunos que haviam assistido ao curso e que, na sua maior parte, não eram linguistas. Nesse sentido, os editores afirmam que: “era mister,

para cada curso, e para cada pormenor do curso, comparando todas as versões, chegar até o pensamento do qual tínhamos apenas ecos, por vezes discordantes” (SAUSSURE, 2006 [Prefácio à primeira edição], p. 2). Considerando essas e outras dificuldades, o objetivo dos editores passou a ser: “tentar uma reconstituição, uma síntese, com base no terceiro curso, utilizando todos os materiais de que dispúnhamos, inclusive as notas pessoais de Saussure. Tratava-se, pois, de uma recriação” (SAUSSURE, 2006, p. 3). Apesar da sinceridade dos editores em relação ao plano de edição das notas para a elaboração do **CLG** e as suas dificuldades, posteriormente, a obra sofreu duras críticas desencadeadas após Robert Godel publicar, a partir de 1941, em números sucessivos dos **Cahiers Ferdinand de Saussure**, outras fontes do **CLG** que não foram consultadas pelos editores, além de anotações inéditas de Saussure que começaram a ser divulgadas nos **Cahiers** em 1954. No ano de 1957, Robert Godel publica o livro **Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale** (As fontes manuscritas do Curso de Linguística Geral), que confrontava o **CLG** com as anotações dos alunos, mostrando que as fontes consultadas pelos editores e a forma de reconstrução dos cursos ministrados não se correspondiam entre si, e o **CLG** não se ligava a nenhuma delas. Bouquet e Engler (2012) questionam, com razão, o rótulo “fontes”, atribuído por Godel, ao *corpus* recenseado, uma vez que uma grande parte desses documentos não serviu de fonte para a elaboração do texto editado por Bally e Sechehaye, porque só foram encontrados posteriormente à edição do **CLG**.

Mais tardiamente, em 1996, oito décadas após a publicação do **CLG**, foram encontrados os manuscritos de Saussure em um anexo de sua residência e também um livro ainda não concluído, **Da dupla essência da linguagem**²⁵, revelado em 2002, nos **Écrits de Linguistique Générale** (Escritos de Linguística Geral), organizado por Simon Bouquet e Rudolf Engler. A partir do estudo das notas saussurianas, estudiosos como Simon Bouquet insistiram sobre o ponto de que a tese defendida no **CLG** não corresponderia à tese de Saussure. No que diz respeito ao arbitrário do signo, por

²⁵ Na verdade, trata-se de um texto que “continua a ser, como dizer isso?, um rascunho, desde que se retire do termo rascunho toda e qualquer conotação pejorativa” (ARRIVÉ, 2010, p. 45). Esses documentos foram encontrados também em 1996 e agrupados por Bouquet e Engler “sob o título de ‘Da essência dupla linguagem’, eles provêm, em sua grande maioria de um grande envelope que contém maços de folhas da mesma natureza e do mesmo formato, sendo que várias delas trazem a menção: ‘Da dupla essência da linguagem’, ‘Dupla essência’ ou ‘Essência dupla (da linguagem)’” (BOUQUET; ENGLER, 2002, p. 16).

exemplo, Simon Bouquet (2004) afirma com veemência que os editores não só criaram enunciados que não têm registro em nenhuma das fontes manuscritas como também tais enunciados contrapõem-se às ideias de Saussure. Apesar de haver essas controvérsias em torno da autoria do **CLG**, já que nunca foi segredo a forma como a obra foi editada, essa obra continua associada a Saussure e à sua (re)leitura foi um dos principais motores do movimento estruturalista na Europa na década de 1950.

O **CLG** continua suscitando discussões polêmicas, seja pelas contradições do *Cours* em si, seja pelas discordâncias entre as anotações dos alunos, ou ainda pelo distanciamento do **CLG** em relação aos escritos saussurianos originais. Sobre esses pontos, muitos estudiosos vêm tomando diferentes posições, a saber, ou considera-se o **CLG** como uma farsa, na medida em que os editores teriam atribuído a autoria do **CLG** a Saussure sem que, no entanto, o **CLG** tenha uma única afirmação que esteja de acordo com as notas manuscritas do mestre, ou, ainda, prefere-se uma posição que defende a autoria do **CLG** como de Saussure e propõe um olhar para as próprias contradições do *Cours*, independentemente da sua coerência com os escritos saussurianos originais. Haveria ainda uma terceira posição, a que consideraria os escritos originais na medida em que eles poderiam apontar para uma melhor compreensão do **CLG** em si, sem desautorizá-lo.

Apesar de o legado de Saussure ser apenas uma aproximação de seu pensamento, as suas reflexões foram muito profícuas e continuam a despertar debates e discussões na contemporaneidade. Se a língua é um objeto inatingível, e a questão da arbitrariedade e do valor, por exemplo, continuam sendo tema de discussões intermináveis, não há como negar a importância da contribuição de Saussure não só para a Linguística, mas também para as ciências humanas. Nesse sentido, procuramos orientar nosso estudo, mobilizando essas reflexões sem, no entanto, tomar partido de uma ou de outra, pois entendemos que a essência do pensamento saussuriano continua sendo um enigma, tendo em vista que se trata de uma reflexão que não chegou a ser concluída. Não nos preocupamos em saber qual desses estudiosos está com a verdade, até mesmo porque os linguistas não se ocupam da verdade; interessamos, no entanto, apenas a riqueza da profundidade do empreendimento saussuriano e a repercussão de seus estudos ainda hoje. Entendemos que o linguista aprendeu a

conviver com o desconforto e a inquietação provocados pela natureza fugidia do objeto da Linguística, e o que move as constantes reflexões sobre a linguagem é essa questão mal resolvida entre a Linguística e seu objeto, discussão essa que remonta sempre a Saussure.

Mas, para compreender o lugar de Saussure na história da Linguística e a sua contribuição para os estudos da linguagem, é preciso ter em vista as condições de produção em que a proposta saussuriana foi acolhida, isto é, é preciso estabelecer um horizonte de retrospectão e também um horizonte de projeção (AUROUX, 1992) em torno da figura de Saussure. Ao considerarmos esses dois horizontes, estamos questionando a ideia de corte e de descontinuidade na história da produção do conhecimento, pois entendemos que todo saber constitui-se na história e em relação à história, não há saberes abruptos criados espontânea e repentinamente por sujeitos individuais.

Remontemos, então, ao século XIX, quando os estudos linguísticos desenvolvidos eram predominantemente de natureza histórica e estavam voltados, mais especificamente, para o estudo histórico das línguas indo-europeias. Segundo Robins (1983), havia uma tendência da ciência em identificar-se com certas atitudes gerais dominantes do século XIX, tais como o comparativismo, o evolucionismo e o positivismo das ciências naturais. Além disso, conforme o autor, os estudos sobre a linguagem avançaram tanto nesse campo quanto avançaram o refinamento teórico e metodológico. Um acontecimento que favoreceu bastante esses avanços foi a descoberta do sânscrito pelos europeus que “serviu de ponto de partida para o desenvolvimento no século passado dos estudos histórico-comparativos, devendo-se salientar que os primeiros comparatistas também foram eminentes sanscritistas, como os irmãos A. W. e F. Schlegel (1767-1845 e 1772-1829), F. Bopp (1791-1867) e A. F. Pott (1802-87)” (ROBINS, 1983, p. 136-137). Essa descoberta permitiu compreender a relação de parentesco entre o sânscrito e certas línguas da Europa e da Ásia e contribuiu também para que os estudos comparatistas consolidassem-se enquanto científicos. Em meio a esse contexto, é preciso considerar ainda que Saussure também

foi um comparatista, inclusive as duas obras²⁶ efetivamente escritas por Saussure estão pautadas sobre uma perspectiva histórico-comparativa sobre o sânscrito e as línguas indo-europeias. Costuma-se dizer que há dois Saussure, fazendo referência ao Saussure do **CLG** e o Saussure dos anagramas. Mas Benveniste (1989) aponta ainda um terceiro, o Saussure comparatista inconformado que “recusava quase tudo o que se fazia no seu tempo. Ele achava que as noções correntes não tinham base, que tudo repousava sobre pressupostos não verificados, e sobretudo que o linguista não sabia o que fazia” (BENVENISTE, 1989, p. 14). Dessa forma, o autor distingue o Saussure comparatista e o Saussure do **CLG**, reforçando que, “ainda que o Saussure que ensinou durante dez anos na École des Hautes Études não tenha sido o Saussure cujo nome ecoa hoje por toda a parte” (BENVENISTE, 1989, p. 12).

Saussure criticou o método comparativo na medida em que não havia um questionamento sobre a que levavam as comparações que se faziam, a comparação constituía-se como um fim em si mesmo e não um meio para se chegar a um fim. Desse modo, Saussure considerou que a gramática comparada não poderia se consolidar como ciência se não tivesse precisão para definir o seu objeto e estabelecer um método.

Saussure questionou a falta de precisão do método comparativo para descrever o próprio objeto, uma vez que, para depreender um estudo evolutivo da língua, seria necessário um deslocamento daquele que a observa. Em uma das suas várias metáforas, o linguista aponta que aquele que se dedica a comparar estados de língua assemelha-se ao observador que se desloca de um ponto a outro para descrever um panorama dos Alpes, ou seja, quem se desloca é o observador, o objeto permanece inerte, e isso torna imprecisa a sua descrição. Além disso, Saussure não questiona somente o método comparativo, mas também o efeito dos fatos diacrônicos constatados sobre o sistema da língua, uma vez que “o sistema nunca se modifica diretamente; em si mesmo é imutável; apenas alguns elementos são alterados sem atenção à solidariedade que os liga ao todo” (SAUSSURE, 2006, p. 100).

²⁶ As referidas obras são: **Memória sobre o sistema primitivo das vogais nas línguas indo-europeias** (1878) e **Do uso do genitivo absoluto em sânscrito** (1881) (ARRIVÉ, 2010).

Desse modo, ao tratar da distinção entre o ponto de vista diacrônico e o ponto de vista sincrônico, Saussure concluiu que se chega a outra encruzilhada: “foi necessário escolher entre a língua e a fala; agora, estamos na encruzilhada dos caminhos que conduzem, um à diacronia, outro à sincronia” (SAUSSURE, 2006, p. 114). Tem-se então duas Linguísticas, a Linguística Sincrônica e a Linguística Diacrônica. Diante disso, além de traçar uma distinção metodológica entre tais perspectivas, Saussure questiona a preponderância dos diacrônicos.

A importância dos estudos saussurianos emerge também quando faz avançar as reflexões sobre os estudos gramaticais no Brasil. Os questionamentos colocados em relação ao objeto e sobre o ponto de vista adotado são decisivos para a reconfiguração do saber gramatical. Na obra considerada a primeira gramática descritiva brasileira, a saber, **Estrutura da língua portuguesa**, Mattoso Câmara (1970) define a gramática descritiva da seguinte forma:

[...] a Gramática descritiva ou sincrônica é o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona, num dado momento (gr. *syn* “reunião”, *chrónos* “tempo”), como meio de comunicação entre os seus falantes, e na análise da estrutura, ou configuração formal, que nesse momento a caracteriza (MATTOSO CÂMARA, 1970, p. 1).

Essa definição de gramática descritiva, que, segundo esse mesmo autor, “faz parte da linguística pura”, confronta a concepção de gramática normativa pautada no modelo greco-latino, a qual se limita “a apresentar uma norma de comportamento linguísticos, de acordo com a sempre repetida definição – ‘arte de falar e escrever corretamente’” (MATTOSO CÂMARA, 1970, p. 1). Sendo essa concepção que repousa sobre a dicotomia saussuriana diacronia e sincronia:

[...] de maneira mais cabal, sistemática e profunda, o linguista franco-suíço Ferdinand de Saussure, nos seus cursos na Universidade de Genebra, de 1908 a 1911, compendiados postumamente em 1916 por dois de seus maiores discípulos (SAUSSURE, 1922, 117), dividiu a linguística em “diacrônica” (através do tempo, ou seja, histórica) e “sincrônica”, denominação que aqui já se comentou. Por “linguística sincrônica” ele entende a gramática descritiva, cientificamente conduzida, isto é, de maneira sistemática, objetiva e coerente (MATTOSO CÂMARA, 1970, p. 3).

Para o autor, o conceito de gramática descritiva remete à dicotomia Linguística sincrônica e Linguística diacrônica. Além disso, esse conhecimento de gramática

apresenta uma orientação científica que a distingue da gramática normativa, que, por sua vez, apresenta um caráter pedagógico. O autor reconhece o lugar da gramática normativa ao lado da gramática descritiva e considera-a legítima. Atribui-lhe uma finalidade pedagógica, e afirma, retomando o linguista Ernest Tonnelat (1927), que o ensino escolar deve assentar-se sobre uma regulamentação imperativa. Além disso, reconhece a valorização que é dada à escrita na escola, e, por conseguinte, à gramática. Desse modo, Mattoso Câmara considera que “é justo que a gramática normativa dê atenção à língua escrita. É ela que a escola tem de ensinar em primeira mão. Acresce o primado da língua escrita nas sociedades do tipo do nosso, dito ‘civilizado’” (MATTOSO CÂMARA, 1970, p. 10). Para o autor, a tríade escrita-gramática-escola é a condição necessária para alcançar o estatuto de civilização.

Desse modo, a partir de Saussure, mais especificamente da leitura de Mattoso Câmara sobre a obra de Saussure, a gramática no Brasil ganha uma nova configuração e a forma de se conceber o objeto de conhecimento também muda. A distinção entre gramática normativa e gramática descritiva constitui-se não só por uma diferença metodológica, mas também pela forma como o sujeito do saber apreender o objeto sobre o qual produz conhecimento. A seguir, na **Parte 3**, vamos nos dedicar a compreender como esse corte epistemológico promovido pelos estudos saussurianos contribui para refletir sobre o objeto de conhecimento das ciências humanas e sobre a materialidade do objeto do linguista. A partir dessa reflexão acerca da relação do sujeito e seu objeto de conhecimento e da constituição de um dispositivo de análise, passaremos a analisar os recortes das gramáticas que selecionamos para o nosso estudo. Interessa-nos compreender como se constitui a forma como o sujeito gramático apreende o seu objeto de conhecimento a partir da contradição que se estabelece entre diferentes tomadas de posição de sujeito.

PARTE 3

SOBRE O(S) OBJETO(S): CECI N'EST PAS LA LANGUE

“Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2006 [1970], p. 15).

“-S'il vous plaît... dessine-moi un mouton... [...]
-Ça c'est la caisse. Le mouton que tu veux est dedans.
Mais je fus bien surpris de voir s'illuminer le visage de mon jeune juge :
-C'est tout à fait comme ça que je le voulais !” (SAINT-EXUPÉRY, 2007 [1946], p. 16)

3.1. A constituição de um objeto de conhecimento e o lugar da interpretação

O aforismo saussuriano “é o ponto de vista que cria o objeto” está no cerne daquilo que ficou conhecido como o corte epistemológico promovido pelo mestre genebrino na história da Linguística. Para a nossa reflexão, esse aforismo tem uma importância muito grande na medida em que, ao mesmo tempo em que intima o linguista a responder “qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística?”, questiona-o qual é a materialidade desse objeto. Saussure reconheceu que a questão proposta não era fácil de ser respondida, pois o objeto da Linguística não se assemelha ao objeto de outras ciências. Desse modo, o linguista genebrino contextualiza a dificuldade de delimitar qual é o objeto da Linguística:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão de uma ideia, como correspondente ao latim *nudum* etc, etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (SAUSSURE, 2006 [1970], p. 15).

Em relação a esse questionamento então posto pelo mestre genebrino, Normand (2009, p. 35) pontua que

Interrogar-se sobre o que se faz em uma descrição e em uma reflexão sobre a língua, buscar qual é o modo de proceder adequado, é tomar uma posição epistemológica. Um linguista, que não é um “observador superficial”, pode, no entanto, contentar-se em aplicar o método provado que ele adquiriu e experimentou com sucesso; mas ao fazê-lo, adota um “ponto de vista”, mesmo que acredite estar apenas se submetendo aos “fatos”. A posição adotada acerca do objeto estudado parece natural apenas por ser, em um momento dado, largamente partilhada.

Essa tomada de posição do linguista em relação ao objeto de conhecimento constitui uma inversão fundamental que define que o objeto de conhecimento do linguista não está inscrito no real esperando ser extraído ou descoberto, o objeto depende do ponto de vista adotado pelo pesquisador. Entretanto, é preciso considerar que, como bem assinala Normand (2009), a tomada de posição por um ponto de vista constitui-se historicamente, e o sujeito do saber, acreditando na sua autonomia, inscreve-se em uma prática científica com a qual se identifica e apreende o saber como da ordem da evidência, naturalizando os sentidos.

Além disso, esse exemplo (a palavra *nu* como som, como expressão de uma ideia, como correspondente ao latim *nudum*, etc.) proposto pelo referido mestre remete-nos também à provocação do artista surrealista belga René Magritte, em sua obra **La trahison des images/Ceci n'est pas une pipe** (A traição das imagens/Isto não é um cachimbo), analisada por Michel Foucault. Na obra de Magritte, composta por um desenho de um cachimbo e pelo enunciado “ceci n'est pas une pipe”, o enunciado parece negar a evidência da imagem daquilo que poderia facilmente ser reconhecido como um cachimbo. Como aquilo poderia não ser um cachimbo se o conjunto de traços parece formar exatamente um cachimbo?

Para nós, trata-se de colocar em causa as várias instâncias em que o cachimbo pode se apresentar. Antes de tudo, o enunciado nega primeiramente o referente, primeira instância de como o cachimbo pode ser apresentado. O enunciado, na verdade, refere-se à imagem, e esta, é claro, não é o referente/objeto real cachimbo. Ao mesmo tempo, o enunciado chama a atenção para a imagem, segunda instância de

como o cachimbo pode ser apresentado, e a sua relação com o referente, ressaltando que a imagem não poderia ser o cachimbo objeto referente. Uma outra forma como o cachimbo é apresentado na obra é pela própria palavra “cachimbo”, isto é, a palavra “cachimbo”, além de possuir um referente, uma imagem que o representa, possui igualmente uma existência na língua por meio do significante “cachimbo”, e também um significado que remete à ideia de “cachimbo”. Além disso, há ainda uma forma um pouco mais sutil de como o “cachimbo” pode ser referido na língua sem necessariamente ser pelo seu nome: o pronome demonstrativo “isto” constitui-se enquanto um recurso da língua que permite designar o referente sem mencionar o nome. “Isto”, diferentemente do signo linguístico “cachimbo”, não possui um referente, “isto” constitui-se como uma forma vazia que só tem existência na língua. Desse modo, em relação ao “cachimbo”, tem-se: o referente, a imagem, a palavra escrita, a imagem acústica ca-chim-bo, a ideia de cachimbo, a designação “isto” que remete a cachimbo. Trata-se de instâncias diferentes que apresentam o cachimbo sob diferentes materialidades.

A obra de Magritte, bem como a análise realizada por Foucault, contribui para fazer avançar a nossa reflexão e compreender a materialidade da língua e a sua relação com a produção do conhecimento sobre a língua. Desse modo, entendemos a importância de distinguir o objeto real e o objeto de conhecimento, tal como propõe Paul Henry (2013), o qual aponta que há sempre uma contradição, no sentido materialista do termo, entre esses dois objetos, que é da ordem da história. Segundo esse autor, o corte epistemológico promovido por Saussure ao definir o objeto da Linguística, separando língua e fala, a parte social e a parte individual na linguagem, constitui uma das mais importantes dicotomias saussurianas, *langue et parole*. Ao eleger a língua como objeto da Linguística, dada as suas preocupações epistemológicas, a leitura frequentemente realizada é a de que Saussure, ao deixar de fora as questões relativas à *parole*, estaria afastando também as questões relativas ao sujeito e ao sentido na linguagem. Cabe ressaltar que as críticas em relação às “exclusões” de Saussure são acentuadas quando o movimento estruturalista entra em crise e o otimismo cientificista que acreditava encontrar na Linguística o modelo para a cientificidade das ciências humanas passa a ser questionado (PAVEL, 1990).

Para Paul Henry (2013, p. 14-15),

[...] no *Curso de linguística geral* aparece, assim, o que deve ser reconhecido como uma contradição no sentido materialista do termo. Ainda que identifique *social e essencial* como da ordem da fala, *individual e acessório* “ou mais exatamente acidental”, como da ordem da fala, embora pense que “a língua não é função do sujeito falante”, Saussure reintroduz a subjetividade na língua na medida em que trata de significações, principalmente a respeito da analogia.

Trata-se, para o autor, de uma contradição entre o objeto real e o objeto de conhecimento, o que é inerente à construção do objeto próprio de toda ciência. A relação entre o objeto real e o objeto de conhecimento é de natureza contraditória, o que não significa dizer que esse objeto seria de natureza ideal, opondo, desse modo, ideal e real, ou então opor o mundo das ideias ao mundo das coisas. Segundo o Paul Henry (2013), “o objeto de conhecimento é tão material quanto o objeto real, mas ele é materialmente distinto” (p. 16). Desse modo, trata-se de precisar que o objeto de conhecimento não é um reflexo pensado do objeto real. O objeto de conhecimento, ao contrário do objeto real, está suscetível a mudanças, pois possui uma história inscrita na história da ciência da qual é objeto bem como na confrontação de suas teorias. Nesse mesmo sentido, Paul Henry (2013) sustenta que:

Em vez de se perguntar se a língua é uma instituição social, a realização de uma faculdade inata ou as duas coisas ao mesmo tempo, é simultaneamente a história da linguística, a confrontação de suas teorias, a prática do linguista sobre a linguagem na sua especificidade que devem ser interrogadas quando se quer apreender alguma coisa da materialidade da língua enquanto objeto de conhecimento. É desse ponto de vista que se revela contraditória a relação entre objeto de conhecimento de língua e o real do qual esse objeto de conhecimento, através da especificação dos conceitos na teoria e da prática dos linguistas sobre a linguagem, permite uma apropriação pela modalidade do conhecimento. A contradição não é, portanto, essencial; ela não faz parte da “ordem das coisas”, mas se inscreve no processo de produção dos conhecimentos enquanto processo histórico em que as ciências não estão sozinhas (HENRY, 2013, p. 16-17).

No caso do estudo que estamos abordando, entendemos que o saber apresentado na gramática constitui-se enquanto um objeto de conhecimento produzido por um sujeito inscrito na história que o concebe a partir da forma como apreende o objeto real, que é a língua. Cabe retomar aqui um questionamento proposto por Patrick Sériot (2000), que é: que tipo de conhecimento produz uma ciência humana? O objeto

de uma ciência humana pré-existe ao ato de conhecimento, ou ele é o seu resultado? Esses questionamentos tocam de forma particular a nossa questão de pesquisa, uma vez que estamos propondo uma reflexão acerca da relação entre o sujeito e a produção do conhecimento sobre a língua pelo viés da categoria da contradição. Sériot (2000) propõe uma reflexão sobre a constituição do objeto nas ciências humanas, tomando como exemplo o caso da fonologia, sendo que sua pergunta de pesquisa é a seguinte: o objeto da fonologia pré-existe ao ato de conhecimento assim como ocorre em outras ciências, como na astronomia, por exemplo? Em busca de respostas, o autor faz um percurso para compreender como diferentes perspectivas tratam a relação entre o conhecimento e o real que é representado. Mas antes, para introduzir sua reflexão, ele retoma o pequeno conto do escritor argentino J. Borges, “Do rigor da ciência”. Esse conto narra a história de criação de um mapa extremamente preciso da região de um império (imaginário), a pedido de um imperador. Entretanto, apesar dos esforços dos cartógrafos e de seus métodos e instrumentos cada vez mais precisos para a elaboração do mapa, o imperador ainda não estava satisfeito e exigia um mapa perfeito, capaz de mostrar tudo com todos os detalhes. Diante das exigências do imperador, os cartógrafos tomaram a decisão de construir um mapa em escala 1:1, onde um centímetro sobre o mapa representa um centímetro sobre o terreno. Nesse embate, a noção de mapa deixa de ter utilidade nesse projeto, porque não se trata mais de um mapa, nem da representação de algo, mas sim de uma réplica do território.

Sériot (2000) considera que essa pequena narrativa de Borges trata de uma interrogação fundamental sobre o ato de conhecimento científico e sobre sua representação na escrita literária. Segundo o autor, o texto de Borges é uma ilustração daquilo que Lacan chamou de “não-todo”, a impossibilidade de dizer tudo. Para o autor, a ciência não pode reduzir o mundo, nem se apagar totalmente para fazer ver o mundo tal como ele seria, uma vez que as palavras e as coisas não se recobrem totalmente. Há uma incompletude em todo o conhecimento, que é a condição mesma do conhecimento.

No percurso realizado pelo autor, Sériot (2000) destaca o trabalho de Althusser (1996 [1965])²⁷ que discute a problemática da constituição do objeto de uma ciência a

²⁷ ALTHUSSER, Louis (1996). **Lire le Capital**. Paris: P.U.F, 1965.

partir de uma perspectiva empirista. Para Althusser, o objeto é anterior ao processo de conhecimento, pois entende que, para conhecer, é abstrair do objeto real a sua essência, isto é, é separar o essencial daquilo que não é essencial. Nessa medida, o autor entende que o objeto do conhecimento, que é o essencial, está oculto no objeto real, de forma que ele não nos é visível aos olhos. “Descobrir”, portanto, deve ser entendido no sentido primeiro do termo (seria mesmo primeiro?), isto é, tirar a cobertura que oculta o objeto do conhecimento.

Em um segundo momento, Sériot discute a perspectiva da ciência eurasista em relação ao objeto de conhecimento. O movimento eurasista ficou conhecido nos anos 1920 como um movimento intelectual, ideológico e político que defendia a existência de um terceiro continente entre a Ásia e a Europa, mas que não seria nem um nem outro, seria a Eurásia. O eurasismo consiste em revelar, pelo olhar, a verdadeira natureza das coisas, interpretar os fenômenos considerando-os como signos, símbolos de uma realidade superior que os transcende. Na perspectiva eurasista, o objeto de conhecimento não é construído pela teoria, ele precede toda a investigação, que só é então chamada a confirmar a existência ontológica, não para construir um modelo.

Conforme Sériot (2000), é com Saussure que de fato ocorrerá um corte epistemológico, quando o linguista genebrino propõe uma inversão, isto é, o objeto próprio de uma ciência não poderia estar inscrito no real, esperando daí ser extraído; ele depende do ponto de vista adotado pelo pesquisador, ou melhor - retomando o famoso aforismo do linguista genebrino, é “o ponto de vista cria o objeto”.

A partir de então, compreende-se que o objeto das ciências humanas não pode ser comparado ao objeto de outras ciências. No caso da fonologia, por exemplo, o seu objeto, o fonema, não poderia ser descoberto porque ele foi inventado, isto é, ele não tem nenhuma existência fora da teoria que o constitui. Para Sériot (2000), o conceito de fonema foi formulado para dar conta de funcionamentos que, somente pela observação, não se fariam compreensíveis. Os sons não têm nenhuma necessidade dos foneticistas para existir, mas os fonemas somente existem para/nas teorias dos fonólogos.

A respeito do objeto das ciências humanas e, em especial, o da Linguística, Auroux (1998a) afirma que é possível caracterizar as ciências humanas pela sua posição complicada em relação ao problema epistemológico da abstração do seu

objeto. Por outro lado, as ciências da natureza não apresentam nenhum problema em relação à abstração, pois o conhecimento produzido pelas ciências da natureza constitui-se, de um lado, pelos fenômenos observáveis (O) e, de outro, pelos conhecimentos desses fenômenos (C) (cf. Auroux, 1998a). De acordo com o autor, o problema da abstração para as ciências da natureza consiste em avaliar o estatuto das relações entre os fenômenos observáveis e o conhecimento desses fenômenos, o que leva a múltiplas soluções filosóficas. No caso das ciências humanas, mais especificamente, no caso da Linguística, além dos fenômenos observáveis (O) e dos conhecimentos desses fenômenos (C), é necessário introduzir um elemento suplementar, o Espírito ou a Maquinaria intelectual, que é considerado como o conjunto de elementos M.M e contém pelo menos:

- os mecanismos psicofisiológicos (PP);
- as representações conscientes (RC) que o sujeito tem de suas atividades linguísticas.

Segundo o autor, a representação das relações entre esses diferentes tipos de elementos determina a forma como nós daremos solução ao problema da abstração. Tendo em vista esses elementos, que se engendram para a constituição da abstração do objeto das ciências humanas, Auroux (1998a) aponta três tipos de posições, a saber, a tese hermenêutica, a tese objetivista e a tese substancialista.

A tese hermenêutica consiste em afirmar que o conhecimento dos fenômenos (C) é idêntico às representações conscientes (RC) e pensa ser a causa produtiva de O. Essa tese foi defendida principalmente por Winch (1958), segundo o qual as ciências sociais não podem ser outra coisa que o conhecimento do que os indivíduos têm na cabeça quando falam.

Já a tese objetivista defende que o conhecimento dos fenômenos (C) é um conjunto de teorias do fenômeno observável (O), como no caso das teorias físicas. Assim como no caso das ciências da natureza, o fenômeno da abstração pode receber diferentes soluções: C constrói, a partir de O, seus próprios objetos, que são entidades (a língua) não dadas diretamente na experiência (nominalismo na língua defendido por Henry, 1896, e retomado por Saussure), embora eles possam corresponder a uma realidade mental ou constituir o verdadeiro substrato ontológico dos fenômenos

linguísticos; C é o conhecimento de objetos abstratos de mesmo tipo que as entidades matemáticas.

A tese substancialista, por seu lado, consiste em afirmar que o conhecimento dos fenômenos é uma teoria acerca de fenômenos observáveis, idêntica aos mecanismos psicofisiológicos. Milner (1989) é um dos principais autores que sustentam essa tese, a qual acompanha também uma hipótese sobre a história das teorias linguísticas: se podemos ter muitas concepções científicas de fenômenos linguísticos (o que supõe a existência histórica de diferentes teorias), é a tese substancialista que seria contradita.

De nossa parte, entendemos que a língua não precisa dos gramáticos e dos linguistas para existir; mas as gramáticas, por exemplo, precisam do sujeito, pois trata-se de um objeto de conhecimento concebido para aprender esse objeto real, que é a língua. Nesse sentido, entendemos que o objeto real jamais é apreendido na sua totalidade, mas pode apenas ser representado. O objeto das ciências humanas não pode ser encontrado na natureza, pois se trata de um objeto de conhecimento, como é o caso, por exemplo, do inconsciente no campo da Psicanálise, o qual jamais poderá ser detectado empiricamente. Mas o modelo construído a partir da hipótese de seu funcionamento permite dar conta de fenômenos que seriam, sem ele, inexplicáveis (cf. SÉRIOT, 2000).

Auroux (1998b) aponta que o primeiro passo dado para alcançar a objetivação da linguagem foi a invenção da escrita, sendo que, somente a partir desse aparecimento é que as ciências da linguagem se tornaram possíveis. A invenção da escrita é considerada, portanto, a primeira revolução tecnolinguística da história da humanidade, na medida em que tornou possível colocar a linguagem em posição de objeto, o que pode ser considerado a condição para que haja ciências da linguagem.

Dada a natureza da língua, entendemos que o conhecimento sobre a língua não pode ser encontrado nem descoberto, uma vez que ele já é, por si só, uma construção teórica que busca explicar como a língua funciona. No que toca à produção do conhecimento sobre a linguagem, o objeto não pré-existe ao ato de conhecer, tampouco é anterior ao olhar do pesquisador. Do ponto de vista em que nos situamos, entendemos a produção do conhecimento sobre a língua como um gesto interpretativo produzido por um sujeito e não como verdades que teriam necessariamente uma

relação direta com o objeto real. Para nós, o conhecimento sobre a língua não é algo que possa ser encontrado na natureza já pronto; ele só existe a partir do sujeito, isto é, do gesto de interpretação do sujeito. Dessa forma, a produção do conhecimento sobre a língua faz parte de um constructo teórico que permite uma apropriação pela modalidade do conhecimento produzido por um sujeito, pautado em um gesto interpretativo acerca de um dado objeto real.

Tendo em vista que a produção do conhecimento sobre a língua já é o resultado da interpretação do sujeito, não estamos mais diante de um objeto empírico, mas de um objeto teórico, que só existe na língua a partir de sujeitos. Com base nisso, a produção do conhecimento sobre a língua não é, nem poderia ser, a “coisa” em si, mas o discurso sobre a “coisa”.

Nesse sentido, como se trata de um objeto que não tem uma relação direta com o real, a contradição, nesse plano, também tem um funcionamento diferenciado. Uma vez que se trata de um gesto interpretativo acerca de um dado objeto de conhecimento, a contradição faz-se iminente, pois, como todo ponto de vista, é o ponto de vista de um sujeito, nada podendo assegurar que um outro sujeito deva interpretar esse mesmo objeto da mesma forma. Isso significa também que, mesmo em uma dada formação discursiva, um dado objeto de conhecimento pode ser concebido de forma diferente a partir de uma tomada de posição do sujeito que produz conhecimento sobre a língua.

Desse modo, a contradição em relação à produção do conhecimento linguístico não coloca necessariamente duas tomadas de posição como o avesso uma da outra, onde uma seria a verdadeira e a outra a falsa. A possibilidade de o sujeito tomar uma posição que não se sobreponha à forma-sujeito da formação discursiva na qual se inscreve significa que sempre poderá haver uma outra interpretação sobre um mesmo objeto de conhecimento. Com isso, entendemos que um dado objeto de conhecimento pode ter variadas interpretações, dependendo da posição histórico-ideológica em que o sujeito se inscreve. Nesse sentido, a contradição é intrinsecamente constitutiva de todo domínio de saber e não necessariamente invalida uma outra interpretação, pois uma tomada de posição não pode ser o avesso de outra e também não poderiam, as duas, ser inversamente simétricas. Da perspectiva em que nos situamos, não nos prendemos à noção de verdade nem à noção de real, pois nosso estudo está voltado para a

produção do conhecimento sobre a língua, a qual só tem existência na língua, que, por sua vez, só existe a partir de sujeitos (que, por sua vez, só existem na/pela língua).

É nessa medida que a noção de interpretação faz-se tão importante para nós, pois não nos dedicamos à verdade ou ao real, mas ao discurso que é produzido por sujeitos sobre esse objeto real, ou seja, como um objeto real é apreendido enquanto objeto de conhecimento por um sujeito da perspectiva em que ele se posiciona. Desse modo, para nós, a contradição também tem um funcionamento diferenciado, pois se trata da contradição que se constitui no discurso, entre tomadas de posição diferentes, as quais, por sua vez, estão pautadas em gestos de interpretações diferentes em relação a um mesmo objeto de conhecimento. É por esse viés que nos colocamos de acordo com Vargas (2011, p. 83) quando a autora afirma que “a verdade não é, nem poderia ser, objeto de nossa análise, ‘o que há são versões’, produtos de discursos, significações que forjam sujeitos, sentidos, lugares”.

3.2. Constituição de um dispositivo analítico:

Em nosso estudo, que se inscreve na articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso, buscamos compreender a constituição dos gestos de interpretação no processo de produção do conhecimento sobre a língua na gramática, tomando como ponto de partida a contradição. Para nós, portanto,

[...] a relação entre esses dois campos tem contribuído de forma ímpar no desenvolvimento de nossas pesquisas e tem nos ajudado a avançar a e *na* reflexão sobre a importância de se entender de que maneira instrumentos linguísticos elaborados por linguistas estão afetados, de um lado, pelo lugar ocupado por esses sujeitos e, de outro, pelo entendimento do que seja científico na relação teoria e prática (SCHERER, 2012, p. 158).

Inscrito nesse entremeio, o nosso estudo repousa sobre o pressuposto de que o saber sobre a língua apresentado em instrumentos linguísticos não pode ser indiferente ao gesto interpretativo do sujeito, nem às condições históricas. Desse modo, da posição teórica em que nos filiamos, entendemos que a interpretação não está apenas no

objeto de análise, mas também no próprio gesto de quem analisa. Colocamo-nos avessos à pretensão da objetividade e à negação de nosso próprio gesto de interpretação; em contrapartida, assumimos um posicionamento teórico que nos permite constituir um dispositivo de leitura capaz de explicitar as posições e os gestos de interpretação face a um texto, pois, segundo Orlandi (2005 [1999], p. 61), “o que se espera do dispositivo do analista é que ele lhe permita trabalhar não numa posição neutra mas que seja relativizada em face da interpretação”. Desse modo, segundo a autora, a interpretação é constitutiva do objeto de análise e também do gesto e do dispositivo teórico do analista, de forma que não há como contorná-la ou dela fugir. A partir desse olhar sobre a interpretação, questionamos a objetividade e o distanciamento do sujeito na produção do conhecimento, pois entendemos que:

[...] no próprio texto, em sua constituição, há gestos de interpretação que mostram a ou as posições do sujeito que produziu. Compreender significa então explicitar os gestos de interpretação feitos pelo sujeito, gestos inscritos no texto. “Gesto”, aqui significa ato no domínio simbólico (PÊCHEUX, M. 1969), o que ao mesmo tempo distancia a questão do sentido tal como é tratado na pragmática e valoriza material do símbolo (ORLANDI, 2012, p. 171).

Nesse sentido, é importante destacar que o gesto de interpretação do analista é orientado por um dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito, e esse sujeito, entendido aqui como categoria discursiva, é determinado por um dispositivo ideológico. Isto quer dizer que estamos compreendendo que o sujeito não reconhece o seu próprio gesto de interpretação, uma vez que, ao ser interpelado pela ideologia, identifica-se com um dado discurso cujo sentido parece-lhe natural e evidente. A posição do analista caracteriza-se por construir um dispositivo de análise que permite compreender o movimento da interpretação, o que significa que “ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (ORLANDI, 2005 [1999], p. 61). Reconhecer o lugar da interpretação é compreender o sentido e o sujeito como um processo e não como uma evidência.

Desse modo, o analista constrói um dispositivo analítico a partir da questão que se coloca face aos materiais de análise que constituem o *corpus* da pesquisa. A delimitação do *corpus* também obedece a critérios teóricos, uma vez que “decidir o que

faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2005 [1999], p. 63). Dessa forma, a delimitação do *corpus* e a constituição do objeto não são alheios ao gesto interpretativo, nem à posição teórica do analista. O próprio gesto de delimitar o *corpus* já é orientado pela perspectiva teórica em que o analista se situa, pois:

[...] descrever e interpretar um conjunto textual é se interrogar sobre o seu funcionamento, colocando em jogo forma e sentido, forma e função; é, por consequência, entender as suas regularidades, mas também as suas variações semânticas, funcionais, retóricas, em síntese, suas variações discursivas. Isso supõe um gesto de interpretação, que parte de uma observação construída de um corpus inicialmente exploratório, depois mais e mais elaborado, a partir de um aparato teórico de interpretação (SCHERER, 2006, p. 13).

Uma vez definido o *corpus*, é preciso passar da superfície linguística, que é o material bruto tal como é recortado, para o objeto discursivo, o que significa que é preciso:

[...] converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em objeto linguisticamente de-superficializado, produzido primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas (ORLANDI, 2005 [1999], p. 66).

Esse processo de de-superficialização, segundo Orlandi (2005 [1999]), incide sobre a própria materialidade linguística, com base em questionamentos que reportam a uma exterioridade linguística e vão ser direcionados para o objeto discursivo, tais como: quem diz, para quem diz, o que diz, como diz, em que circunstâncias, etc. Esses questionamentos contribuem para compreender o jogo entre as formações imaginárias que são projetadas no discurso. Além disso, faz-se necessário também relacionar o que é dito nesse discurso com o que é dito em outro lugar, em outras circunstâncias, a fim de desconstruir o efeito de naturalização do que é dito pelo sujeito. A transformação da superfície linguística em objeto discursivo permitirá ao analista compreender como um objeto simbólico produz sentidos. Dessa forma, Orlandi (2005 [1999]) considera que:

[...] inicia-se o trabalho de análise pelo corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de

discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho (ORLANDI, 2005 [1999], p. 67, grifos nossos).

Uma vez definido o objeto discursivo, então é possível desenvolver a análise, de forma a buscar inscrever o objeto em um processo discurso, pois as palavras não significam em si mesmas, mas a partir da relação que se estabelece entre elas. Segundo a autora, nessa outra passagem, agora do objeto para o processo discursivo, é possível também delinear as formações discursivas em que o objeto discursivo inscreve-se e compreender como se constitui o sentido e como a ideologia materializa-se na língua. Desse modo, temos então um percurso que tem início na língua para chegar ao discurso, passando por três etapas analíticas:

Superfície linguística → Objeto Discursivo/Teórico → Processo Discursivo

É nessa medida que entendemos a relação entre a base (linguística) e o processo (discursivo). *Processo discursivo* deve ser entendido como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 148). Consideramos também que as palavras não significam por si mesmas, mas significam em relação a outras palavras, a outros dizeres já-ditos e esquecidos e em relação àquilo que não é dito. Courtine (2009) ressalta ainda que “se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido” (p. 32). Posto isso, compreendemos que a ideologia tem uma materialidade, e ela se materializa na língua através de mecanismos discursivos que geram a evidência do sentido.

Mobilizamos o conceito de recorte tal como propõe Orlandi (1984, p. 14), para designar uma unidade discursiva, isto é, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. O recorte está vinculado à definição de texto como o todo em que se organizam os recortes. Nesse sentido, a autora distingue recortar de segmentar, principalmente quanto ao aspecto

sintático, na medida em que o conceito de recorte estabelece uma relação das partes com o todo que constitui o texto, de forma que a sua organização não segue o esquema sintático da segmentação da frase em Sujeito-Verbo-Objeto. A relação dos recortes entre si estabelece-se de forma não linear e não organizada previamente, e as retomadas e as repetições, por sua vez, não seguem esse esquema. O exemplo dado pela autora (X: Maria apanha do marido; Y: As mulheres vão ter de lutar muito para mudar um pouco essa herança histórica) cumpre o papel de ilustrar a não-linearidade do processo discursivo; por ele, Orlandi (1984) questiona não só a linearidade, mas também o processo de retomada e reformulação, o qual não se dá de palavra por palavra, nem de forma paralela.

Nos recortes que selecionamos para compor o *corpus* da nossa pesquisa, analisaremos como se constitui a relação de contradição a partir das diferentes tomadas de posição do sujeito gramático ao produzir conhecimento sobre a língua. Desse modo, cabe explicitar que entendemos como *tomada de posição do sujeito* a relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada formação discursiva. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo efeitos-sujeito no discurso. A partir das noções de modalidades de funcionamento subjetivo (o bom, o mau e o feio), propostas por Pêcheux, explicitaremos como o sujeito constitui-se enquanto tal e toma uma dada posição ao produzir conhecimento sobre a língua. Interessa-nos, sobretudo, a relação de contradição que se estabelece entre essas tomadas de posição. Desse modo, trata-se de compreender como esses outros saberes são linearizados no fio do discurso, instaurando a relação de contradição. A noção de discurso-transverso permite expor como uma determinada memória é retomada através do processo de articulação, produzindo um atravessamento dos elementos do interdiscurso na ordem do discurso pelo retorno do já-dito.

3.3. Sobre a constituição do arquivo e do *corpus*

As obras que selecionamos para constituir o arquivo da nossa pesquisa são três gramáticas publicadas por gramáticos brasileiros em meados do século XX, quais sejam: **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), **Gramática Resumida**, de Celso Pedro Luft (1960), e **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961).

Essas gramáticas são representativas de um período em que o gramático empenhava-se para tirar o saber gramatical do empirismo e busca, nos pressupostos da Linguística, a possibilidade da modernidade. Desse modo, para compreender como essas gramáticas inscrevem-se nessa conjuntura, retomamos a periodização proposta por Guimarães (2004) acerca dos acontecimentos institucionais decisivos no andamento dos estudos sobre a língua no/do Brasil. A seguir examinaremos os prefácios e os textos introdutórios das gramáticas que selecionamos para compreender como o sujeito gramático concebe o saber gramatical na referida conjuntura. Cabe ressaltar que a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), não é o gramático que assina o prefácio, mas o filólogo Serafim da Silva Neto.

Segundo a periodização proposta por Guimarães (2004), o primeiro período estende-se de 1500 até o início do século XIX, período de colonização portuguesa que se caracteriza por não ter ainda estudos de língua portuguesa feitos no Brasil. O final desse período coincide com a independência política do Brasil em relação a Portugal, quando começa a se manifestar uma tomada de posição quanto à especificidade da língua no/do Brasil. O segundo período começa na segunda metade do século XIX, com a publicação da **Grammatica Portugueza** (1881), de Júlio Ribeiro, e vai até o final dos anos 30 do século XX, que coincide com a fundação dos cursos de Letras no Brasil (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1934, e Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil, em 1939). O terceiro período compreende o final dos anos 30 até meados da década de 1960, período em que o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória nos cursos de Letras no Brasil (1962). O quarto período vai de meados dos anos 1960 em diante, período em que não só a Linguística já se constitui enquanto uma disciplina autônoma nos cursos de graduação em Letras, mas também são implantados cursos de pós-graduação em Linguística, como por exemplo, o da USP (1966) e o da Unicamp (1971).

De acordo com essa periodização, proposta por Guimarães (2004), as gramáticas que selecionamos para a nossa pesquisa situam-se no final do terceiro período. Inclusive, Guimarães destaca a importância da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima, e a **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara nesse período. Em relação a esse terceiro período, cabe ressaltar que se trata de um momento em que houve várias intervenções políticas que incidiram sobre o saber da língua com vistas à unificação. Na década de 1940, por exemplo, houve o acordo ortográfico estabelecido entre Brasil e Portugal e também a discussão entre os Parlamentares em torno do nome da língua falada no Brasil, e, no final da década de 1950, a implementação da NGB por meio de uma Portaria do MEC. Além disso, Guimarães destaca a obra **Uma política do idioma**, de Celso Cunha (1965), na qual o autor defende a necessidade de se buscar a unidade da Língua Portuguesa.

Em relação à **Moderna Gramática Portuguesa**, Guimarães (2004, p. 35) refere que, em 1999, a gramática de Evanildo Bechara “é toda refundida e recebe nova edição e especial atenção das instituições que regulamentam a normatividade da língua”. Considerando a edição de 1961 e a edição de 1999 da **Moderna Gramática Portuguesa**, Guimarães aponta que há uma mudança na forma de conceber a gramática, sendo ela já efeito das contribuições da Linguística. Segundo o autor,

Evanildo Bechara (1961), na Introdução à primeira edição de sua gramática diz que uma gramática é ao mesmo tempo ciência e arte. Ou seja, ele assume a posição de manter a gramática no espaço normativo, passando ao largo da distinção de seu mestre Said Ali (sempre por ele reconhecido), entre gramática descritiva prática (normativa) e descritiva científica (não normativa). É, no entanto, interessante observar, e isto tem a ver com o impacto progressivo da linguística sobre a gramática normativa no Brasil, que na reedição refundida de 1999 ele acaba por formular a distinção entre gramática descritiva (científica) e a normativa, tal como fizera Said Ali em 1924 (GUIMARÃES, 2004, p. 35).

Considerando a posição em que nos situamos, é possível traçar um horizonte de retrospecto e também um horizonte de projeção em torno dessa gramática. Por um lado, a referência à mudança de concepção de gramática - explicitada por Guimarães -, na obra de Evanildo Bechara, estabelece-se sobre um horizonte de projeção estabelecido a partir da sua publicação; por outro lado, a “nova” concepção de gramática concebida por esse gramático inscreve-se sobre um horizonte de

retrospecção que é anterior à primeira edição da **Moderna Gramática Portuguesa**. Por isso, a partir de Guimarães (2004), entendemos que é o próprio acontecimento, entendido aqui como a produção do conhecimento, que estabelece uma temporalidade, o que significa que, quando falamos de uma dada conjuntura, não estamos falando de algo já dado de antemão, mas estamos referindo às condições históricas que se estendem no horizonte de retrospecção e de projeção de um acontecimento. Cada uma das obras que selecionamos para a nossa pesquisa projeta um horizonte de retrospecção e também de projeção, na medida em que estão inscritas na história e só significam pela sua relação com os conhecimentos já sabidos e partilhados, ao mesmo tempo em que se colocam no limite entre o já conhecido e o dado a conhecer.

A primeira gramática que selecionamos é a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Carlos Henrique da Rocha Lima (1957): é uma obra de ampla circulação e de prestígio, publicada anteriormente à implementação da NGB (1959). Quem assina seu prefácio é o filólogo Serafim da Silva Neto, que além de apresentar a obra de Rocha Lima²⁸, visa a situá-la em relação aos estudos gramaticais até então desenvolvidos; destaca também os aspectos em que a referida gramática distingue-se das demais.

Desse modo, o filólogo, em relação à **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, delimita um horizonte de retrospecção onde se inscrevem as críticas das quais os gramáticos foram alvo constantemente. E aponta que as causas das críticas estavam:

[...] na falta de um critério seguro, um método científico que servisse de fio condutor dos fatos da língua. Até os primeiros do século XIX os estudos linguísticos se debatiam no mais ordenado empirismo (SILVA NETO [Prefácio da Gramática Normativa da Língua Portuguesa], 1957, p. XI, sublinhado nosso).

Além disso, destaca que, apesar de outros domínios de saber como a Filologia e a Gramática Comparada avançarem cada vez mais na produção do conhecimento científico sobre a língua, a Gramática continuava mergulhada no empirismo. Entretanto, Serafim da Silva Neto entende que “a gramática deve ser simplificada e não

²⁸ Cabe ressaltar que o gramático Carlos Henrique da Rocha Lima e o filólogo Serafim da Silva Neto farão parte da comissão designada pelo Estado para a elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

complicada: deve registrar o mínimo de noções, não arbitrariamente deduzidas na cabeça dos gramáticos, mas, ao contrário, rigorosamente justificados pelos fatos da língua” (SILVA NETO, [Prefácio da Gramática Normativa da Língua Portuguesa], 1957, p. XII). E, segundo o filólogo, a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** contempla esses critérios e distingue-se das gramáticas normativas precedentes. Desse modo, para produzir o efeito de que a obra de Rocha Lima produz uma ruptura, uma descontinuidade na forma de produzir conhecimento, o filólogo inscreve-a em um horizonte de retrospectiva que remonta às críticas direcionadas ao empirismo e à arbitrariedade da gramática. Desse modo, para construir um efeito de ruptura, é preciso retomar o divergente.

A segunda gramática que selecionamos é a **Gramática Resumida**, de Celso Pedro Luft (1960). Essa obra foi publicada após a implementação da NGB para explicar a aplicação da nova nomenclatura vigente. O texto que introduz essa gramática é designado como “Explicação”. Nele, o gramático ressalta os inconvenientes de uma falta de unidade terminológica, além da importância da NGB para a consolidação de uma uniformidade gramatical. Desse modo, o gramático introduz o texto com alguns questionamentos que remetem à problemática em torno da diversidade terminológica nas gramáticas:

Estará finalmente em vias de resolver entre nós esse velho e nodoso problema de nomenclatura gramatical? Ver-se-ão, afinal, os estudiosos da gramática libertados desse dédalo inextricável de nomes, teorias, sutilezas e bizantismos? Teremos enfim, unificada, uma terminologia mais racional e mais simples? (LUFT, 1960, p. XI).

A par desses questionamentos, o gramático considera que, com a implementação da NGB, “avançaram as autoridades competentes um passo avantajado e resoluto à simplificação e uniformização” (LUFT, 1960, p. XI), mas não deixa de apontar também que “as lacunas e falhas virão naturalmente à tona e o esforço coletivo irá aplainando as arestas, na persecução de um instrumento didático gradativamente mais perfeito” (LUFT, 1960, p. XI).

Em meio ao referido contexto da implementação da NGB, essa obra foi publicada e assim o foi: com o objetivo de “explicar e aplicar os termos preferidos pela nova Nomenclatura, assim como esclarecer a matéria com exemplos apropriados”

(LUFT, 1960, p. XIII). Após a NGB, muitas gramáticas foram publicadas também com esse propósito e, antes mesmo que a **Gramática Resumida** fosse publicada, Adriano da Gama Kury (1959) publicou a **Pequena Gramática**. Segundo Luft (1960, p. XII), “não havia dúvida: não só a concepção fôra idêntica; feitura, orientação, método, eram basicamente os mesmos”. Diante desse impasse, o autor chega a questionar a futura publicação de sua gramática, pois, segundo ele, “haviam-nos pulado à frente, e com que perícia! Que fazer? Desistir da publicação da nossa pequena gramática?” (LUFT, 1960, p. XII). Luft publica a **Gramática Resumida** e refere-se à **Pequena Gramática** como “uma obra que, em nosso entender, vem a significar um novo modelo, um marco em nossa literatura gramatical” (LUFT, 1960, p. XII).

Segundo o autor, sua obra não se destina a “mestres do assunto”, mas a estes o gramático chama a atenção para algumas orientações da gramática,

[...] como, por exemplo, o ponto de vista funcional que ressaltamos em diversas passagens. A gramática está sofrendo hoje uma rigorosa revisão de métodos, e é nas gramáticas que se vão publicando, que mestres e especialistas poderão mais concretamente corrigir posições e indicar os caminhos (LUFT, 1960, p. XIII).

Nesse trecho, o gramático faz alusão à conjuntura em que a gramática passa por uma revisão metodológica que dê ares de modernidade e parece encontrar no saber do linguista essa possibilidade. A **Gramática Resumida** está pautada sobre uma concepção de gramática que remonta à concepção de *gramática descritiva* proposta pelo linguista Mattoso Câmara (1954) na obra **Princípios de Linguística Geral**. A concepção de gramática que orienta o trabalho de Luft (1960) é:

A gramática tem por fim a descrição do sistema de uma língua. “É a análise interpretativa das formas atuais de uma língua em funcionamento, como meio de representação mental e comunicação social.” (J. M. Câmara Jr. PLG, 15, p. 45). Toda língua é um sistema de sistemas de meios de expressão. Esse sistema oferece essencialmente três aspectos: o fônico, o mórfico e o sintático – sons, formas e frases. Daí a triplíce divisão da Gramática:

- 1) FONÉTICA – que estuda o sistema fônico;
- 2) MORFOLOGIA – que estuda o sistema mórfico;
- 3) SINTAXE – que estuda o sistema sintático.

OBS: é este o conceito moderno de *Gramática* encarada como disciplina descritiva, como ciência “que está para as formas linguísticas como a geometria para as formas espaciais” (id. lb., p. 46). Mas ao lado desse conceito objetivo,

especulativo, há também o normativo, prático: a Gramática considerada como disciplina orientadora, reguladora. Chama-se então *Gramática Normativa*. Ela procura estabelecer um padrão de bem falar e de bem escrever, codificar um uso modelar pautado pelas classes cultas e os escritores consagrados. É esta uma “ciência” aplicada, à maneira da dogmática, do direito penal, da moral; ao passo que aquela é de observação objetiva, especulativa, à maneira, respectivamente, da ciência das religiões, da criminologia, da psicologia das reações (LUFT, 1960, p. 35, sublinhado nosso).

Inicialmente, Luft apresenta a sua concepção de gramática descritiva, formulada a partir da definição proposta pelo linguista Mattoso Câmara, e, em seguida, ao lado dessa, propõe uma outra concepção de gramática, a gramática normativa. De acordo com a definição, essas gramáticas diferenciam-se quanto ao critério metodológico, que pode ser descrever a língua ou estabelecer um padrão de bem falar e bem escrever, tomando como modelo as classes cultas e os escritores consagrados.

Já a concepção de língua proposta pelo gramático está diretamente associada à concepção de gramática, uma vez que o gramático sustenta que o sistema da língua apresenta três aspectos o fônico, o mórfico e o sintático, isto é, os sons, as formas e as frases, o que justifica a divisão da Gramática em fonética, morfologia e sintaxe. Essa forma de conceber a língua sobre esses três aspectos é determinada a partir da posição-sujeito em que se situa, que é a de gramático.

A terceira gramática selecionada é **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961). Trata-se de uma gramática de grande circulação e de prestígio no âmbito do ensino no Brasil e é publicada posteriormente à implementação da NGB. Na verdade, essa gramática apresenta uma história peculiar. Em 1907, Eduardo Carlos Pereira publicou a **Grammatica Expositiva**, obra que desfrutava de ampla circulação no ensino gramatical e atingiu 102 edições. Entretanto, quando a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) entra em vigência, em 1959, aquelas gramáticas que já vinham sendo publicadas anteriormente passaram por reformulações, segundo as orientações da nova nomenclatura, para continuar circulando no âmbito do ensino. Desse modo, “com a morte de Eduardo Carlos Pereira, e as exigências estritas da NGB, sua adaptação é proposta por E. Bechara, o qual, ao apresentá-la, no entanto, é reconhecido não como possível adaptador do texto, mas como autor de outra gramática” (ORLANDI, 2002b, p. 148).

No prefácio da **Moderna Gramática Portuguesa**, Evanildo Bechara (1961) refere que o objetivo da sua obra é “levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito e simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país” (BECHARA, 1961, p. 21, sublinhados nossos). Assim como a **Grammatica Expositiva**, a **Moderna Gramática Portuguesa**, segundo a apresentação do gramático no prefácio, está voltada para o ensino de língua na escola. Entretanto, a seguir faz uma ressalva em relação aos progressos dos modernos estudos da linguagem, pois “não se rompe de vez com uma tradição secular: isto explica por que esta *Moderna Gramática* traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. A nossa preocupação não residiu aí, mas na doutrina” (BECHARA, 1961, p. 21).

Em relação à NGB, o gramático aponta que “seguimos a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Os termos que aqui se encontram e lá faltam, não se explicarão por discordância ou desrespeito; é que a NGB não tratou dos assuntos aqui ventilados” (BECHARA, 1961, p. 22). Tendo em vista que essa gramática é posterior à NGB e o propósito de sua publicação, essa é uma temática da qual o gramático não pode se distanciar.

Essas três gramáticas foram publicadas em uma conjuntura em que o saber gramatical é fortemente criticado pela dispersão terminológica e falta de critérios e métodos. Para compreender como a produção do conhecimento sobre a língua na gramática inscreve-se em meio a essas condições de produção, selecionamos, como ponto de partida para a nossa reflexão, a contradição. Interessa-nos compreender como o sujeito constitui-se enquanto tal e toma uma dada posição ao produzir conhecimento sobre a língua. Desse modo, os recortes que selecionamos para constituir o *corpus* da nossa pesquisa são enunciados que apontam tomadas de posição do sujeito gramático diferentes em relação a um dado objeto de conhecimento. Trata-se, pois, de um confronto entre tomadas de posição distintas que reportam à relação entre o sujeito e seu gesto interpretativo na produção do conhecimento sobre a língua. A contradição que selecionamos para constituir o *corpus* da nossa pesquisa é aquela que se constitui no discurso a partir da retomada de uma tomada de posição distinta que é colocada em confronto com tomada de posição com a qual o sujeito se

identifica, isto é, trata-se de uma contradição manifesta pelo próprio sujeito do enunciado. Os recortes que constituem o *corpus* da nossa pesquisa são enunciados que apresentam uma relação de contradição manifesta no fio do discurso. Essa contradição manifesta constitui-se entre enunciados que reportam a tomadas de posição sujeito diferentes. Pelo viés da memória discursiva, esse saber é retomado e linearizado no fio do discurso do sujeito, de forma que produz um estranhamento pela relação de confronto que estabelece. Dessa forma, a contradição constitui-se no discurso do sujeito pela relação que se estabelece entre tomadas de posição diferentes.

A seguir, passaremos à análise dos recortes que selecionamos em cada gramática. Primeiramente, faremos uma descrição dos recortes para compreender as relações que se estabelecem entre as diferentes tomadas de posição de sujeito. A partir das noções de discurso-transverso e das modalidades de funcionamento subjetivo, principalmente, procuramos explicitar como se constitui a relação de contradição no discurso do sujeito.

Com o objetivo de explicitar o processo de produção do conhecimento sobre a língua na gramática, bem como reconstituir a rede de dizeres que constituiu o dizer do sujeito, inicialmente descreveremos os enunciados na sua materialidade linguística, explicitando os enunciados que fazem parte do processo discursivo e que são horizontalizados na formulação do sujeito.

Nesse sentido, é preciso que se entenda que, quando estamos tratando de contradição, estamos referindo à relação de confronto que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático em relação a um mesmo objeto de conhecimento. Os recortes que selecionamos para compor o *corpus* da nossa pesquisa constituem-se por recortes discursivos que apresentam relações de contradição manifesta entre os enunciados. Desse modo, não se trata de um gesto do analista de estabelecer relações de contradição entre definições apresentadas em gramáticas distintas. A contradição que selecionamos para refletir em nosso estudo é aquela que se manifesta no fio do discurso entre tomadas de posição de sujeito de gramático diferentes. Trata-se, desse modo, de investigar o processo de produção do conhecimento sobre a língua, explicitando as tomadas de posição do(s) sujeito(s).

3.4. Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1957): em busca de uma norma perfeita

Na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima (1957), selecionamos cinco recortes discursivos para desenvolver nossa reflexão sobre a contradição entre diferentes tomadas de posição do sujeito gramático. Com vimos, essa obra é anterior à implementação da NGB e inscreve-se em uma conjuntura em que o saber do gramático é contestado pela falta de critérios e métodos bem definidos. Nessa gramática, o primeiro recorte que selecionamos para análise refere-se às diferentes tomadas de posição de sujeito gramático em relação à classificação das palavras compostas pelo processo de derivação prefixal. Eis o primeiro recorte selecionado na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**:

R1

Composição é o processo pelo qual se cria uma palavra pela reunião de duas ou mais palavras de existência independente na Língua, de tal sorte que estas percam sua significação própria e passem a formar um todo com significação nova.

“Mas os prefixos são, na maior parte, preposições e advérbios, isto é, vocábulos de existência independente combináveis com outras palavras. Equivale isto a dizer que não está bem demarcada a fronteira entre a derivação prefixal e a composição” (SAID ALI, Gramática Histórica da Língua Portuguesa, 2ª edição, II, pág. 1).

Muitos autores (Bourciez, Garcia de Diego, José Joaquim Nunes, Ribeiro de Vasconcelos, J. Mattoso Câmara Jr., etc.) consideram a prefixação caso de composição. Outros (Meyer-Lübke, Brunot, Dauzat, Nyrop, Grandgeant, Sweet, Said Ali, Antenor Nascentes, etc.) a incluem entre os processos normais de derivação.

Adotamos esse último critério. (ROCHA LIMA, 1957, p. 179-180).

Inicialmente, o gramático apresenta a sua definição de “composição” e, em seguida, retoma uma citação da gramática histórica de Said Ali, onde o autor questiona em que medida distingue-se o processo de “composição” de “derivação prefixal”. A contradição é instaurada nesse recorte, não a partir da definição de “composição” atribuída pelo gramático, mas a partir da falta de delimitação entre “composição” e “derivação prefixal” apontada por Said Ali. A partir dessa problemática, as tomadas de posição do sujeito gramático diferenciam-se, de forma que alguns sustentam que

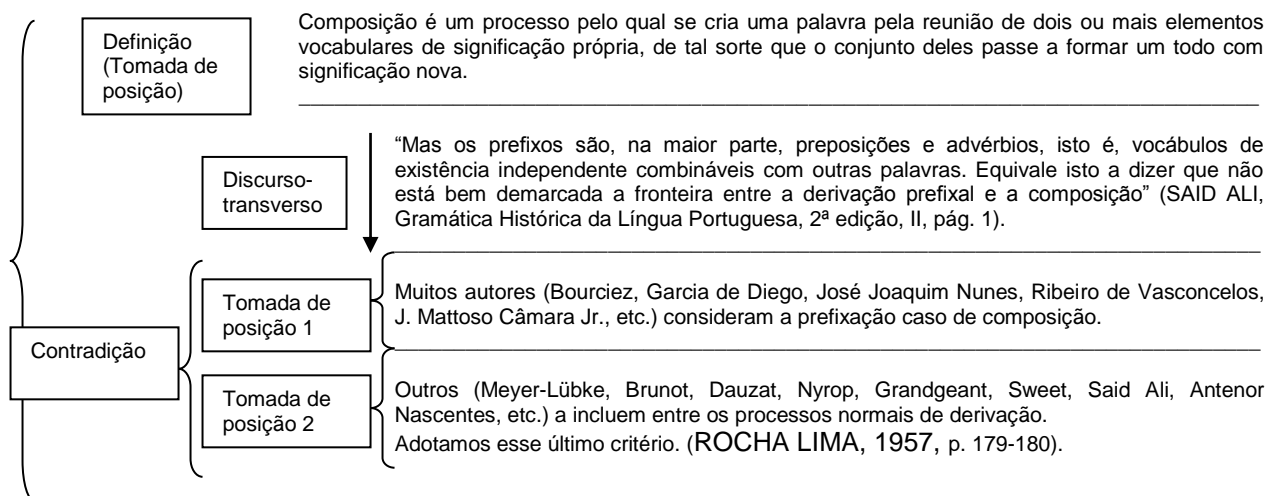
“prefixação” deve ser entendida como um caso de “composição”, ao passo que outros defendem que “composição” deve ser entendida como um processo de formação de palavras por “derivação”. O sujeito do enunciado, por seu lado, toma posição pelo segundo critério. Desse modo, a sua tomada de posição é sustentada com base na identificação com outra tomada de posição de sujeito, sustentada por autores que também se identificam com uma tomada de posição semelhante à sua. O que está sendo retomado não é a justificativa ou o critério para tal classificação, mas a identificação com uma dada tomada de posição. Além disso, a tomada de posição não se constitui enquanto algo da ordem individual, mas uma identificação com uma dada tomada de posição que é sustentada no interior de uma dada formação discursiva. Desse modo, a tomada de posição do sujeito gramático é sustentada, sobretudo, a partir de uma partilha do saber com outros sujeitos, isto é, de uma identificação com uma dada tomada de posição de sujeito no interior de uma dada formação discursiva.

Nesse recorte, destacamos inicialmente o primeiro enunciado, que se constitui pela definição atribuída pelo gramático à designação “composição”. O efeito de sentido de unidade constitui-se pela sobreposição do sujeito universal ao sujeito da enunciação. O sujeito é interpelado pelo efeito de evidência do discurso com o qual se identifica e, ao definir, acredita ser a origem e ter o controle sobre o seu dizer, quando, na verdade, retoma um já-dito que significa pela relação com outros já-ditos e esquecidos, os quais ressoam na verticalidade da sua formulação. Considerando que todo sujeito não enuncia senão de uma dada posição ideológica, ele está determinado a dizer e a pensar aquilo que ele não pode deixar de dizer e pensar. A posição-sujeito gramático está determinada historicamente de forma que os elementos do interdiscurso são reinscritos no discurso do sujeito como se esse fosse a origem do discurso. Trata-se, pois, de uma identificação com a forma-sujeito de uma dada formação discursiva que produz um efeito de transparência do sentido, dissimulando o interdiscurso que faz o discurso do sujeito significar. Desse modo, entendemos que também a definição constitui-se enquanto uma tomada de posição do sujeito, ainda que nesse caso não haja uma relação de contradição manifesta no fio do discurso em relação à outra definição. No recorte analisado, a definição proposta pelo sujeito parece não encontrar

nenhuma resistência e o sujeito do enunciado identifica-se com o sujeito universal, produzindo um efeito de evidência e de naturalização do sentido.

Depois da definição proposta pelo gramático, é linearizada no fio do discurso, por meio de um discurso-transverso, uma citação de um outro gramático, estabelecendo, desse modo, uma memória que é presentificada pelo atravessamento de um já-dito. Entretanto, essa memória vem perturbar a ordem do discurso e passa a instaurar a possibilidade de um distanciamento em relação à forma-sujeito. Referimo-nos, pois, à retomada de uma problemática acerca da distinção entre “derivação prefixal” e “composição”. Diante dessa problemática, há uma separação entre o sujeito universal e o sujeito da enunciação, de forma que se constituem tomadas de posição de sujeito diferentes.

Para ilustrar como o discurso do sujeito vai se fragmentando pelas diferentes tomadas de posição que são retomadas no fio do discurso, bem como o atravessamento do interdiscurso enquanto pré-construído, propomos o seguinte esquema, onde procuramos explicitar como vai se estabelecendo a relação de contradição no processo do discurso:



No esquema exposto acima, procuramos explicitar como o discurso do sujeito vai se desdobrando e se fragmentando a partir de retomadas, citações e tomadas de posição de sujeito. As formulações foram mantidas uma abaixo da outra e separadas por linhas para explicitar como o interdiscurso é linearizado no processo discursivo e

significa na sua verticalidade. A seta indica o atravessamento do discurso-transverso por meio da citação que é articulada no fio do discurso, produzindo assim um efeito de memória que é presentificado pela retomada de uma outra formulação. No enunciado “Adotamos esse último critério”, ao final do recorte, o sujeito do enunciado identifica-se com uma dada posição de sujeito, o que significa que tomar uma posição não o individualiza, nem permite que o sujeito resista à interpelação ideológica; significa que o sujeito é livre apenas para melhor se assujeitar (HAROCHE, 1992).

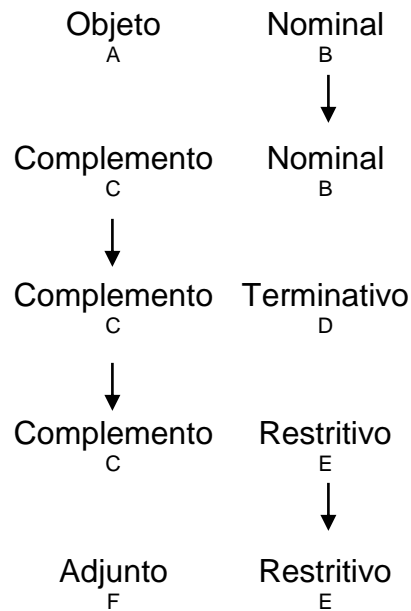
Já o segundo recorte que selecionamos na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, para a análise, reporta à problemática em torno da falta de unidade terminológica que antecede à implementação da NGB. Reproduzimo-lo a seguir:

R2

Complemento nominal é o termo que integra a significação transitiva do núcleo substantivo (e, às vezes, do adjetivo e do advérbio, os quais, então, se equiparam ao substantivo na sintaxe de regência).

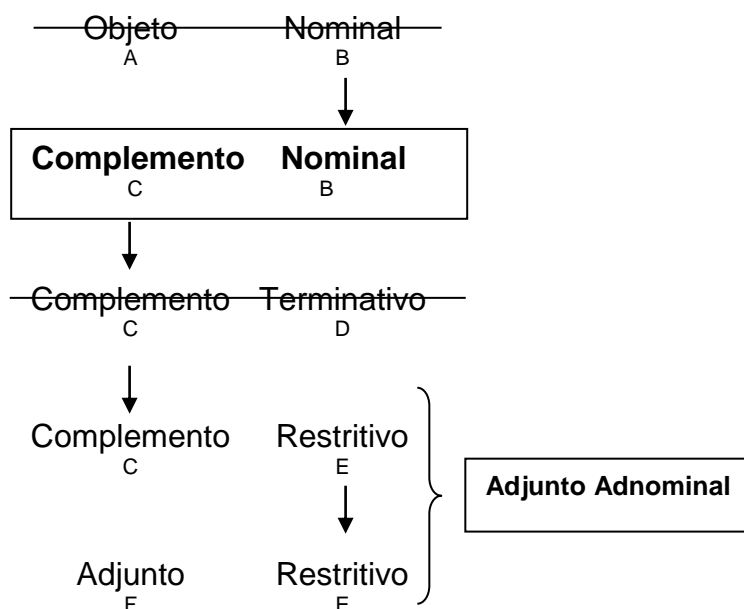
Tais complementos têm recebido várias denominações: *objeto nominal* (Maximino Maciel), *adjunto restritivo* (Alfredo Gomes), *complemento restritivo* (Carlos Góis), *complemento terminativo* (Eduardo Carlos Pereira, Sousa Lima) (ROCHA LIMA, 1957, p. 229).

Nesse recorte, a contradição repousa sobre as diferentes designações que são atribuídas àquilo que o gramático chama de “complemento nominal”. Essas diferentes designações não podem ser entendidas apenas como uma questão de arbitrariedade do nome, mas entendemos que estão associadas a um gesto de interpretação que determina a forma como o gramático define. Aquilo que o sujeito da enunciação chama de “complemento nominal” é designado de outras formas por outros sujeitos gramáticos, como, por exemplo, “objeto nominal”, “adjunto restritivo”, “complemento restritivo”, “complemento terminativo”. Considerando as designações apontadas no recorte, é possível explicitar os deslocamentos e efeitos de sentido de uma designação a outra por meio da noção de efeito metafórico, como por exemplo:



Por meio desse esquema de efeitos metafóricos, nosso objetivo é apenas explicitar o deslocamento de uma designação à outra no seio do processo discursivo gramatical, uma vez que a diversidade terminológica instigou muitas discussões que antecederam a implementação da NGB. A forma de designar o objeto de conhecimento remete não só a uma tomada de posição, mas também à forma como o sujeito apreende esse objeto. No recorte que selecionamos, todas essas designações estão em uma relação sinonímica, onde uma equivale à outra. Tendo em vista que objetivo da NGB era unificar a terminologia gramatical, a questão é: qual dessas designações permanece? Cabe lembrar que Rocha Lima fez parte da comissão que elaborou a NGB. Para isso, é preciso reportar a um horizonte de projeção que se estende após a publicação da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** (1957). Na **Gramática Resumida**, Luft (1960), ao final de sua obra, apresenta uma lista que ele designa como “correspondência terminológica”. Essa lista é dividida em duas colunas: de um lado, os “termos vários, tradicionais ou não” e, de outro, “Termos da NGB”. Dentre as designações apontadas na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, “objeto nominal” não faz parte da lista, nem antes, nem depois da NGB. Em relação às demais designações, permanece a designação “complemento nominal” (proposta por Rocha Lima) em substituição à designação “complemento terminativo”. As designações “complemento restritivo” e “adjunto restritivo”, consideradas como sinônimas na

Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1957), são substituídas pela designação “adjunto adnominal” após a NGB. Desse modo, das designações apontadas na gramática de Rocha Lima como sinônimas, apenas uma permanece após a NGB, que, por coincidência, é aquela proposta pelo gramático. Já as designações “complemento restritivo” e “adjunto restritivo”, antes consideradas sinônimas de “complemento nominal”, são substituídas pela designação “adjunto adnominal”, a qual não é considerada sinônima de “complemento nominal”. Retomamos novamente o esquema de efeitos metafóricos para explicitar as substituições que são realizadas após a NGB, então temos:



Desse modo, considerando a primeira (A B) e a última designação (F E), questionamos os efeitos de sentido produzido pelo deslizamento de uma designação à outra. “Complemento nominal” e “Adjunto Restritivo/Adjunto Adnominal” não podem mais ser considerados sinônimos. Nesse sentido, entendemos que designar o objeto de conhecimento também pressupõe uma tomada de posição de sujeito que repousa sobre um dado gesto interpretativo, e a relação de sinonímia está sempre sujeita ao deslize pelo funcionamento da metáfora.

Essas divergências em torno da terminologia gramatical que se estendem durante a primeira metade do século XX, principalmente, vão culminar com a

implementação da NGB em 1959. Trata-se de uma intervenção do Estado sobre a produção do conhecimento sobre a língua que visa a uma política de controle da unidade da língua nacional. É nesse sentido que entendemos que a gramática pode se entendida também como um instrumento político que exerce seu poder por meio do controle da unidade da língua. Além disso, na primeira metade do século XX, outra discussão que permeou a unidade do saber sobre a Língua Portuguesa foi a possibilidade de um acordo ortográfico entre Brasil e Portugal. Essa problemática inscreve-se no terceiro recorte que selecionamos para análise na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**:

R3

Observação sôbre a grafia do advérbio interrogativo PORQUE:

Alguns autores preferem grafá-lo em duas palavras, e então, ter-se-ia de subentender, depois do *que*, um nome como *razão*, *motivo*, etc.: *Por que (razão) não vens? Dize-me por que (motivo) não vens*. Esta é a lição do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 1943.

Não há, todavia, amparo para esta recomendação.

O nosso advérbio interrogativo *porque* encontra paralelo em Espanhol (*porqué?*), em francês (*porquoi?*), em Italiano (*perchè?*), e funciona como adjunto adverbial da oração interrogativa, designando a causa ignorada, isto é, precisamente o que nós desejamos saber ao formularmos a pergunta (ROCHA LIMA, 1957, p. 343).

O terceiro recorte que selecionamos remete à grafia do advérbio interrogativo “porque”. O gramático introduz essa problemática apontando a “preferência de alguns autores”, inclusive, apresentando a forma que é recomendada pelo **Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa** (1943). Entretanto, a tomada de posição do sujeito gramático em relação a essa grafia é diferente e sustenta sua tomada de posição ao comparar o advérbio interrogativo “porque”, presente na língua portuguesa, com o advérbio análogo, presente em outras línguas também derivadas do Latim. Para desenvolver nossa reflexão sobre a relação de contradição que se estabelece entre essas tomadas de posição, dividiremos o recorte em duas partes correspondentes a cada tomada de posição de sujeito.

Tomada de posição 1	<p>Observações sobre a grafia do advérbio interrogativo “porquê”</p> <p>Alguns autores preferem grafá-lo em duas palavras, e então, ter-se-ia de subentender, depois do que, que um nome como razão, motivo, etc.: Por que (razão) não vens? Dize-me por que (motivo) não vens. Esta é a lição do Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1943.</p>
Tomada de posição 2	<p>Não há, todavia, amparo para esta recomendação.</p> <p>O nosso advérbio interrogativo porque encontra paralelo em Espanhol (porqué?), em francês (porquoi?), em Italiano (perché?), e funciona como adjunto adverbial da oração interrogativa, designando a causa ignorada, isto é, precisamente o que nós desejamos saber ao formularmos a pergunta (ROCHA LIMA, 1957, p. 317).</p>

A primeira tomada de posição de sujeito em relação à grafia da palavra “porquê” remete a uma regularidade pautada na “preferência de alguns autores”. Em relação à ortografia, é preciso considerar que se trata de um dos aspectos importantes do processo de gramatização, o qual contribuiu para consolidar as especificidades da língua no/do Brasil. Inclusive, a ortografia foi tema de debate entre Brasil e Portugal, principalmente, na década de 1940, o que resultou em um acordo com vista à unificação da ortografia, estabelecido entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras. A partir desse acordo ortográfico firmado em 1942 entre ambas as Academias, foi publicado o **Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Na verdade, o (des)acordo ortográfico entre Brasil e Portugal foi tema de discussão desde a primeira década do século XX. Além das divergências e dos interesses políticos, o principal motivo das discussões sobre a ortografia era a definição de critérios para estabelecer uma ortografia única, critérios esses que nem sempre eram de comum acordo entre os gramáticos. Segundo Bechara (2009, p. 12), “os quatro princípios pelos quais desde cedo se procurou ordenar o sistema ortográfico dos idiomas como o português traziam no seu bojo os germes de uma incompatibilidade: a *pronúncia*, a *etimologia*, o *uso* e o *traço de distinção*”. A Língua Portuguesa, praticada em diversos países de colonização lusa, historiciza-se de forma diferente e “mesmo sem sair do território português, é impossível uma reforma ortográfica com vista a uma unificação no domínio de uma língua histórica baseada na realidade fonética” (BECHARA, 2009, p. 14).

No caso específico do nosso recorte sobre a recomendação do **Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa** sobre a grafia do advérbio interrogativo “porquê”, a tomada de posição de sujeito parece considerar como critério para a grafia a regularidade do uso por “alguns escritores”, tendo em vista que

[...] o critério de *uso* (entenda-se aqui o uso dos *doutos*, e não do *vulgo*) baseia-se na prática dos bons escritores. Pela constante divergência na prática deles, é dos critérios o mais precário e o mais difícil de sistematização, principalmente quando se afasta da pronúncia e da etimologia (BECHARA, 2009, p. 12).

Entretanto, o sujeito gramático não concorda com essa recomendação, pois toma como parâmetro outro critério, estabelecendo uma comparação do advérbio interrogativo “porquê” do português com o espanhol (porqué?), com francês (pourquoi?), e com o italiano (perché?). Cada língua tem autonomia para estabelecer seu sistema ortográfico com base em critérios fonético, etimológico, ou de uso, por exemplo, uma vez que cada língua historiciza-se de forma diferente. Se há uma dificuldade em estabelecer uma uniformização entre a ortografia da Língua Portuguesa do Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal, por que usar como critério a comparação do advérbio interrogativo do português com o de outras línguas? Essa relação de contradição que se estabelece entre essas diferentes tomadas de posição inscreve-se em um horizonte de retrospectão em que, de um lado, parece haver um comum acordo em estar sempre em desacordo quando se trata de unificação da ortografia da Língua Portuguesa, e, de outro, as críticas em relação à falta de critérios e métodos bem definidos para sustentar a normatização da língua na gramática.

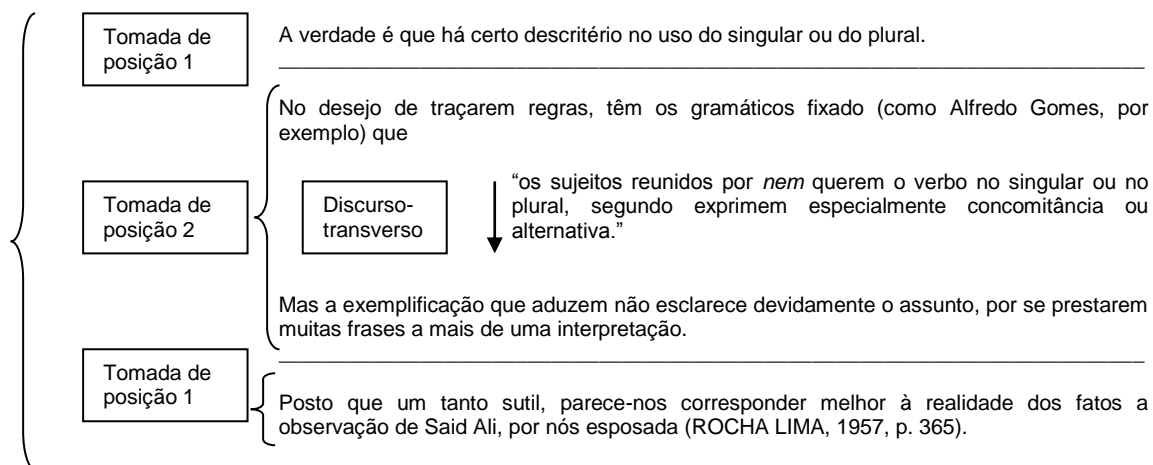
Já o quarto recorte que selecionamos remete a uma outra problemática bastante discutida entre os gramáticos na primeira metade do século XX, principalmente, sobre as diferenças – ou mesmo a falta – de critérios e métodos estabelecidos para a sustentação das regras gramaticais. Eis o quarto recorte selecionado na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**:

R4

A verdade é que há certo descritério no uso do singular ou do plural. No desejo de traçarem regras, têm os gramáticos fixado (como Alfredo Gomes, por exemplo) que “os sujeitos reunidos por *nem* querem o verbo no singular ou no plural, *segundo exprimem especialmente concomitância ou alternativa*.”

Mas a exemplificação que aduzem não esclarece devidamente o assunto, por se prestarem muitas frases a mais de uma interpretação. Posto que um tanto sutil, parece-nos corresponder melhor à realidade dos fatos a observação de Said Ali, por nós esposada (ROCHA LIMA, 1957, p. 399).

O quarto recorte que selecionamos para compor o *corpus* da nossa pesquisa faz referência a tomadas de posição de sujeito distintas em relação à concordância. O sujeito gramático critica a falta de critério e defende que os exemplos não sustentam a regra. Esse recorte reporta à discussão que se estende, principalmente, durante a primeira metade do século XX, sobre a arbitrariedade das regras formuladas pelos gramáticos e a falta de critérios e métodos bem definidos. É importante ressaltar que essas críticas não vinham apenas de fora, vinham também dos próprios gramáticos, que criticavam uns aos outros quando julgavam que os exemplos não sustentavam a regra. Para explicitar como se constituem as diferentes tomadas de posição de sujeito, apresentamos o seguinte esquema:



Inicialmente, o sujeito do enunciado aponta a sua tomada de posição em relação à falta de critério no uso do singular ou do plural e o desacordo dos gramáticos quanto a essa problemática. Desse modo, o sujeito retoma um enunciado que apresenta uma tomada de posição diferente da sua, a qual o sujeito julga como equivocada. Esse enunciado - que é retomado - constitui-se por uma citação que é linearizada no fio do discurso por meio de uma articulação que materializa o discurso-transverso. Segundo Schneiders (2014, p. 72), “a citação produz um encaixe sintático na formulação discursiva, encaixe que indica a heterogeneidade do discurso”. No caso desse recorte, como destacamos no esquema já apresentado, a citação é linearizada no fio do discurso por meio de um encaixe sintático que se constitui por uma *oração subordinada substantiva objetiva direta* introduzida pela conjunção integrante “que”. Trata-se de uma oração complexa, que se constitui por duas orações anteriormente independentes e

que são postas em relação de subordinação. Nesse caso, o “*que* não tem por missão ‘juntar’ duas orações – como fazem as conjunções coordenativas –, mas tão-somente marcar o processo por que se transpôs uma unidade de camada superior, como membro de uma oração” (BECHARA, 2000, p. 464). Desse modo, a formulação que é retomada no fio do discurso constitui-se como parte integrante da formulação do sujeito do enunciado. Entretanto, o “que”, que liga as duas formulações, sinaliza o processo de subordinação sob o qual foi posta a oração independente. Além disso, as aspas também contribuem para marcar no discurso aquilo que constitui a tomada de posição do sujeito gramático com a qual o sujeito do enunciado não se identifica.

O sujeito do enunciado julga como apressada a regra proposta pelo outro sujeito gramático, uma vez que os exemplos não se aplicavam à regra por estarem sujeitos a mais de uma interpretação. Se, por um lado, há uma relação de contradição que se estabelece entre essas diferentes tomadas de posição de sujeito, por outro, o sujeito do enunciado identifica-se com outra tomada de posição que ele retoma a seguir e que julga “corresponder melhor à realidade dos fatos”. Trata-se da tomada de posição proposta por Said Ali, com a qual o sujeito do enunciado identifica-se. Além disso, cabe ressaltar que essa tomada de posição do sujeito remete também à relação do sujeito com o objeto de conhecimento. Para o sujeito do enunciado, essa tomada de posição constitui-se sobre um efeito de evidência em relação à forma como o sujeito apreende o objeto de conhecimento. Desse modo, o sujeito gramático tem a ilusão de que a sua tomada de posição estaria mais próxima da apreensão desse objeto real sobre o qual se constitui o objeto de conhecimento.

Essa relação entre o gramático e o objeto sobre o qual produz conhecimento é problematizada no quinto recorte que selecionamos na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Eis o recorte selecionado:

R5

Até hoje não foi possível aos gramáticos formular um conjunto de regras fixas pelas quais se regesse o emprêgo de uma ou outra forma². A cada passo infringem os escritores alguns preceitos tidos por definitivos; e isso porque, ao lado das razões de ordem gramatical, e interferindo nelas, alçando-se muitas vezes ao primeiro plano certas condições reclamadas pela clareza, ênfase e harmonia de expressão.

² Tiveram muita voga, até relativamente pouco tempo, as regras formuladas, no século XVIII, por Jerônimo Soares Barbosa, em sua Gramática Filosófica da Língua Portuguesa; bem como as do alemão Frederico Diez, na Gramática da Línguas Românicas, da primeira metade do século XIX, cuja doutrina foi entre nós vulgarizada por Júlio Ribeiro (ROCHA LIMA, 1957, p. 419).

No quinto recorte que selecionamos para nossa análise, assim como no recorte anterior, é retomada a problemática sobre a dificuldade dos gramáticos para estabelecer um conjunto de regras fixas. Entretanto, nesse caso, não se trata da escolha dos exemplos que não justificam a regra, mas de uma falta de regularidade daqueles exemplos que são tomados como parâmetro para a formulação de regras. Desse modo, a contradição estabelece-se aqui não mais entre tomadas de posição do sujeito gramático, mas entre o sujeito gramático e o sujeito escritor.

A partir dessa relação que se estabelece, cabe ressaltar que a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** é uma gramática normativa, a qual é definida por Rocha Lima (ROCHA LIMA, 1957, p. 6) como “uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o ‘uso idiomático’, dele introduzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta”. Historicamente, a gramática está associada à ideia de norma e a um padrão de bem falar e bem escrever, pautado sobre aquilo que dizem os escritores consagrados. Além disso, é preciso ressaltar a força da tradição gramatical e o quanto a gramática contribui para produzir esse efeito de estabilidade da língua e do saber sobre a língua que é decisivo para a determinação do interdiscurso no discurso do sujeito gramático. As regras a que o gramático refere-se e que até pouco tempo estiveram em uso remontam ao século XVIII. Por outro lado, apesar da força da tradição, o saber sobre a língua é histórico e, por isso mesmo, é também suscetível a mudanças.

Nesse recorte, a dificuldade para estabelecer regras não se justifica pela falta de critérios e métodos dos gramáticos, mas pela quebra dessas regras por parte dos

escritores, justamente aqueles que são considerados como parâmetro. Desse modo, o sujeito escritor, tomado como modelo de bem falar e bem escrever, é interpelado pelo sujeito gramático que questiona a sua identificação com a posição na qual se inscreve. Retomando o exemplo proposto por Pêcheux (2009 [1988]) para ilustrar a interpelação do sujeito ideológico, a saber, “um soldado francês não recua’, o qual significa, portanto, que ‘se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, então você não pode/deve recuar” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 146), poderia ser parafraseado da seguinte forma, considerando o recorte em análise: que “um escritor não infringe os preceitos tidos por definitivo”, passando a significar, portanto, que, ‘se você é um verdadeiro escritor, o que, de fato, você é, então você não pode/deve infringir a regra”. Segundo Pêcheux (2009 [1988], p. 146),

[...] é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”.

Isso significa que também o sujeito escritor, ainda que este seja tomado como parâmetro para a normatização da língua pelo gramático, igualmente é interpelado ideologicamente e está determinado pelo interdiscurso que regula o que pode e deve ser dito na posição histórica na qual o sujeito se inscreve. O fato de o sujeito escritor ser tomado como modelo para a normatização da língua na/pela gramática não o coloca na origem de uma discursividade onde este seria alheio à interpelação ideológica e às condições históricas. Desse modo, o sujeito escritor não pode violar as regras e normas estabelecidas pelo gramático, não apenas porque quebraria a regularidade, mas principalmente porque essa quebra coloca em questão a relação do sujeito gramático com o objeto sobre o qual produz conhecimento. Trata-se de uma forma de escape que não permite ao sujeito gramático apreender o seu objeto na sua totalidade, uma vez que esse objeto não se deixa apreender nos parâmetros normatizadores dos gramáticos.

3.5. Gramática Resumida (1960): em busca de um método perfeito

Como vimos anteriormente, a **Gramática Resumida**, de Celso Pedro Luft (1960), é posterior à publicação da **Gramática Normativa da língua Portuguesa** e é contemporânea à implementação da NGB. Diferentemente da primeira gramática que analisamos, a **Gramática Resumida** está pautada sobre uma concepção de gramática descritiva, que é contemporânea dos estudos da Linguística introduzidos no Brasil principalmente por Mattoso Câmara Jr. Desse modo, é preciso considerar não só as condições de produção em que a gramática inscreve-se, mas também posição teórica do gramático ao produzir conhecimento sobre a língua. São esses fatores que determinam a forma como o sujeito gramático apreende seu objeto de conhecimento, pois, ainda que o sujeito acredite na objetividade dos métodos adotados, a produção do conhecimento sobre a língua inscreve-se sempre sobre um “ponto de vista”, o qual pode parecer natural e evidente, em um dado momento, apenas por ser largamente partilhado em uma dada comunidade científica. Dessa gramática, também selecionamos cinco recortes discursivos. Eis o primeiro recorte selecionado na **Gramática Resumida**:

R1

OBS.: Alguns autores consideram radical, nas palavras derivadas, a parte que subsiste depois da eliminação do (s) sufixo (s). Outros incluem a eliminação dos prefixos. Naturalmente ocorrem então confusões entre raiz e radical, como aconteceu no primeiro Anteprojeto da NGB (cf. pp. 37 ss.): dava-se CORD como radical de acôrdo, recordar, cordial, discórdia – ou PAT radical de antipatia, patologia, simpatizar. A nossa posição é outra: baseia-se no conceito de Saussure (citamos esta autoridade, mas podíamos citar outras, como por ex., Meillet – cf. Introduction (...), 146; Mattoso Câmara Jr. DFG, s. v. Radical). A propósito do genial mestre suíço note-se, entretanto, que ele, não fazendo a diferença (naturalmente secundária) entre radical e tema, ensina: “Pela eliminação da desinência obtém-se o tema de flexão ou radical (...)” (op. cit. 254). Para ficar no quadro da NGB, tivemos de distinguir entre radical e tema (LUFT, 1960, p. 62-63).

Esse recorte está inscrito na parte de morfologia e remete à complexidade da definição de radical e aos procedimentos metodológicos que sustentam tal concepção. Nesse primeiro recorte, o gramático discorre sobre o conceito de radical e aponta as divergências entre os seus pares em relação a esse conceito. No primeiro enunciado, aponta em que aspectos há divergências:

R1 (a) “[...] Alguns autores consideram radical, nas palavras derivadas, a parte que subsiste depois da eliminação do (s) sufixo (s). Outros incluem a eliminação dos prefixos [...]”.

Nesse sentido, o gramático aponta as contradições que são próprias à formação discursiva gramatical, na medida em que, ainda que se trate de um mesmo nome, há divergências em relação ao conceito. Desse modo, a imposição da NGB não é suficiente para silenciar as contradições que são constitutivas do domínio de saber da gramática. A partir desse desacordo, o gramático apresenta os equívocos da NGB:

R1 (b) “[...] Naturalmente ocorrem então confusões entre raiz e radical, como aconteceu no primeiro Anteprojeto da NGB (cf. pp. 37 ss.): dava-se CORD como radical de acôrdo, recordar, cordial, discórdia – ou PAT radical de antipatia, patologia, simpatizar [...]”.

Tendo em vista a possibilidade de tomadas de posição diferentes no seio de uma mesma formação discursiva, diante de tais contradições, o gramático toma uma posição diferenciada em relação aos outros gramáticos e, principalmente, em relação à NGB, talvez não esperada:

R1 (c) “[...] A nossa posição é outra: baseia-se no conceito de Saussure (citamos esta autoridade, mas podíamos citar outras, como por ex., Meillet – cf. Introduction (...), 146; Mattoso Câmara Jr. DFG, s. v. Radical) [...]”.

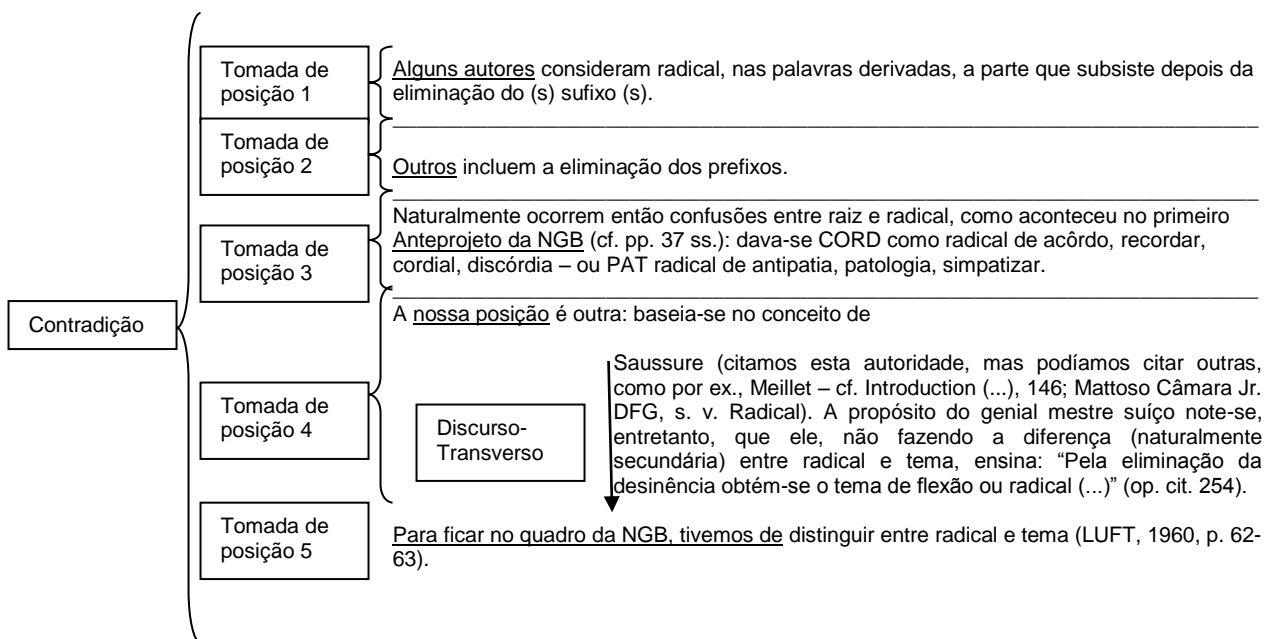
O gramático faz emergir um saber de uma outra formação discursiva que vem a se atravessar no seu discurso. Na formação discursiva gramatical que é heterogênea por natureza, agora se atravessa o saber do linguista. Entretanto, a identificação com tal discurso também não é plena, na medida em que o gramático retoma o conceito de radical proposto por Saussure, mas distancia-se, porque o linguista não distingue “radical” e “tema”, ainda que o gramático reconheça que se trata de uma diferença secundária:

R1 (d) “[...] A propósito do genial mestre suíço note-se, entretanto, que ele, não fazendo a diferença (naturalmente secundária) entre radical e tema, ensina: “Pela eliminação da desinência obtém-se o tema de flexão ou radical (...)” (op. cit. 254). Para ficar no quadro da NGB, tivemos de distinguir entre radical e tema” (LUFT, 1960, p. 62-63).

Nesse momento, o gramático recua e volta a aceitar a imposição da NGB, isto é, ele estaria de acordo com o linguista em não distinguir “radical” e “tema”; entretanto, a NGB sustenta essa distinção, e o gramático aceita-a, porque tem de aceitar (“tivemos

de...”). Trata-se de uma relação contraditória do sujeito em relação à ideologia que o domina, na medida em que o sujeito questiona as causas que o determinam e sustenta a sua tomada de posição, fazendo intervir um outro saber de uma outra formação discursiva. Ao colocar em confronto os saberes das duas formações discursivas, a do gramático e a do linguista, o sujeito coloca em evidência a interpelação ideológica da formação discursiva que o domina. Entretanto, o sujeito reconhece seu assujeitamento à formação discursiva e submete-se, mas não sem resistência. Ainda que o sujeito gramático identifique-se com o saber do linguista, a posição-sujeito gramático não permite que essa identificação seja plena com a posição-sujeito linguista. Desse modo, o sujeito gramático contra-identifica-se com algumas tomadas de posição em relação ao saber gramatical e identifica-se com uma tomada de posição do linguista. Porém, essa *apropriação subjetiva do conhecimento* do linguista não permite um efeito de desidentificação com a forma-sujeito gramático. Da posição histórica e ideológica em que o gramático inscreve-se, ele apenas se contra-identifica com alguns saberes gramaticais e identifica-se com saberes do domínio de saber do linguista. É importante ressaltar que a identificação do sujeito gramático não é plena, nem com a forma-sujeito gramático, nem com a forma-sujeito linguista. Ainda que o sujeito gramático identifique-se com alguns saberes do linguista, o seu discurso é determinado pela posição-sujeito que ocupa na formação discursiva na qual se inscreve.

A partir desses apontamentos sobre a relação entre diferentes tomadas de posição em uma mesma formação discursiva, bem como o atravessamento de saberes de outros domínios de saber na formação discursiva gramatical, a seguir propomos um mapeamento da contradição entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático. Eis nosso esquema acerca do primeiro recorte:



Com esse esquema, o nosso objetivo é ilustrar de que modo se estabelecem as relações de contradição entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático e como esses enunciados vão se articulando entre si. Além de apontar as diferentes tomadas de posição em relação à forma-sujeito gramático, apontamos também a identificação do sujeito do enunciado com o saber do linguista. Esse enunciado que vem de outro domínio de saber atravessa-se e articula-se ao discurso do sujeito por meio de um encaixe. Entretanto, esse encaixe não é perfeito, pois ainda que o sujeito do enunciado identifique-se com o saber do linguista, esse saber outro produz um certo estranhamento em relação à forma-sujeito gramático, o qual tem seu discurso determinado por uma terminologia imposta pelo Estado.

Além disso, sublinhamos as marcas linguistas que permitem reconhecer a constituição de uma tomada de posição de sujeito. As chaves ilustram o não-fechamento da formação discursiva, bem como o atravessamento de saberes de outra formação discursiva que vem a se atravessar no discurso do gramático sob a forma de discurso-transverso.

A contra-identificação do sujeito do enunciado com a forma-sujeito gramático e a identificação com os saberes do linguista é recorrente nos recortes que selecionamos para análise nessa gramática. No segundo recorte que selecionamos na **Gramática**

Resumida, o sujeito gramático identifica-se com o saber do linguista e contra-identifica-se tanto com as imposições da NGB, quanto com a tomada de posição do sujeito gramático que tem por meta normatizar a língua. Eis o segundo recorte:

R2

OBS: Pensamos que, em Gramática, não há outra base para destacar raízes e radicais do que o sentido atual, o sentimento mais ou menos consciente – por parte dos falantes – da estruturação das palavras. É esta perspectiva estática (sincrônica), essa análise “gramatical”, que Ferdinand de Saussure adota para apontar raízes francesas como *commenc-* (*commencer* < *cum initiare*), *hésit-* (*hésiter*) e *épouvant-* (*épouvanter* < *expaventare*) (cf. CLG, 256); e é a que adotamos para classificar, por ex., as portuguesas *receb-*, *contamin-*, *esquec-*. Uma análise histórica irá mais longe: até o latim, até o indo-europeu. A análise “gramatical”, essa tem de jogar com dados vivos, atuantes, funcionais. Dirá, por exemplo, que a raiz de *comer*, *comida*, *comedor*, *comilança*, *comilão*, *comezaina*, etc. é COM-; e não ED-, como provará a análise histórica, etimológica (cf. Câmara. PLG, 14).

Sob este ponto de vista – gramatical, funcional – uma análise como a citada no Anteprojeto ou as da GN (pp. 176 ss.) são insustentáveis. Elementos como PAT, CIP, etc., não são “significativos”; serão raízes históricas identificáveis no funcionamento da língua latina, mas em nossa língua são irreconhecíveis. Em *receb-* não podemos destacar um prefixo *re-*: este elemento já não traduz a idéia de repetição, e *-ceb-* não tem qualquer significado. Portanto, a raiz é *receb-*, que também é radical em *receber*, cujo tema é *recebe-* (cf. p. 64).

Concluindo: pensamos, com Saussure, que no estudo da língua prático e descritivo – como é o da Gramática –, o único ponto de vista válido para aferição de raízes, radicais, temas, afixos e desinências, é o estático, o atual, funcional, sincrônico. Didaticamente isto é tanto mais importante, quanto não têm cabimento as considerações histórico-etimológicas para alunos do curso secundário e estudiosos da Gramática em geral (LUFT, 1960, p. 63-64).

Em relação ao segundo recorte, o sujeito gramático discorre sobre o procedimento metodológico para destacar raízes e radicais. Nesse recorte, assim como no anterior, também o gramático aponta as contradições entre as diferentes tomadas de posição e apoia-se sobre o saber do linguista para justificar a sua tomada de posição. No primeiro enunciado, o sujeito gramático defende sua tomada de posição a partir do saber do linguista e aponta-o como o único procedimento legítimo:

R2 (a) “[...] Pensamos que, em Gramática, não há outra base para destacar raízes e radicais do que o sentido atual, o sentimento mais ou menos consciente – por parte dos falantes – da estruturação das palavras. É esta perspectiva estática (sincrônica), essa análise “gramatical”, que Ferdinand de Saussure adota para apontar raízes francesas como *commenc-* (*commencer* < *cum initiare*), *hésit-* (*hésiter*) e *épouvant-* (*épouvanter* < *expaventare*) (cf. CLG, 256); e é a que adotamos para classificar, por ex., as portuguesas *receb-*, *contamin-*, *esquec-* [...]”.

O sujeito do enunciado sustenta que, de uma perspectiva gramatical, para destacar as raízes e radicais, é preciso considerar unicamente o estado atual da língua. O sujeito gramático apoia-se sobre a dicotomia “sincronia-diacronia” proposta por

Saussure para justificar seu procedimento metodológico. Além disso, assinala que esse procedimento é usado pelo mestre genebrino para apontar as raízes francesas, o qual é também perfeitamente aplicável à Língua Portuguesa, por exemplo. Essa tomada de posição pela sincronia reporta ao “corte” saussuriano que prioriza os estudos sincrônicos em oposição aos estudos históricos que dominavam até então. O enunciado “[...] não há outra base [...]” aponta uma identificação do sujeito do enunciado com um saber que é tomado como evidente e que equivale a afirmar: “é evidente que não há outra base [...]”, “[...] todos sabem que a única base é [...]”. Tendo em vista que o próprio do funcionamento da ideologia é produzir evidências, naturalizando o sentido, o sujeito gramático é interpelado pela formação ideológica de outra formação discursiva. Além disso, o sujeito gramático identifica-se com a tomada de posição do linguista cujo saber constitui o interdiscurso que permeia o discurso do sujeito.

Em seguida, em oposição à perspectiva com a qual o sujeito identifica-se, o sujeito gramático considera que uma análise histórica implicaria remontar a outras línguas, o que não é o caso da análise gramatical, que se dedica apenas ao estudo atual de uma única língua:

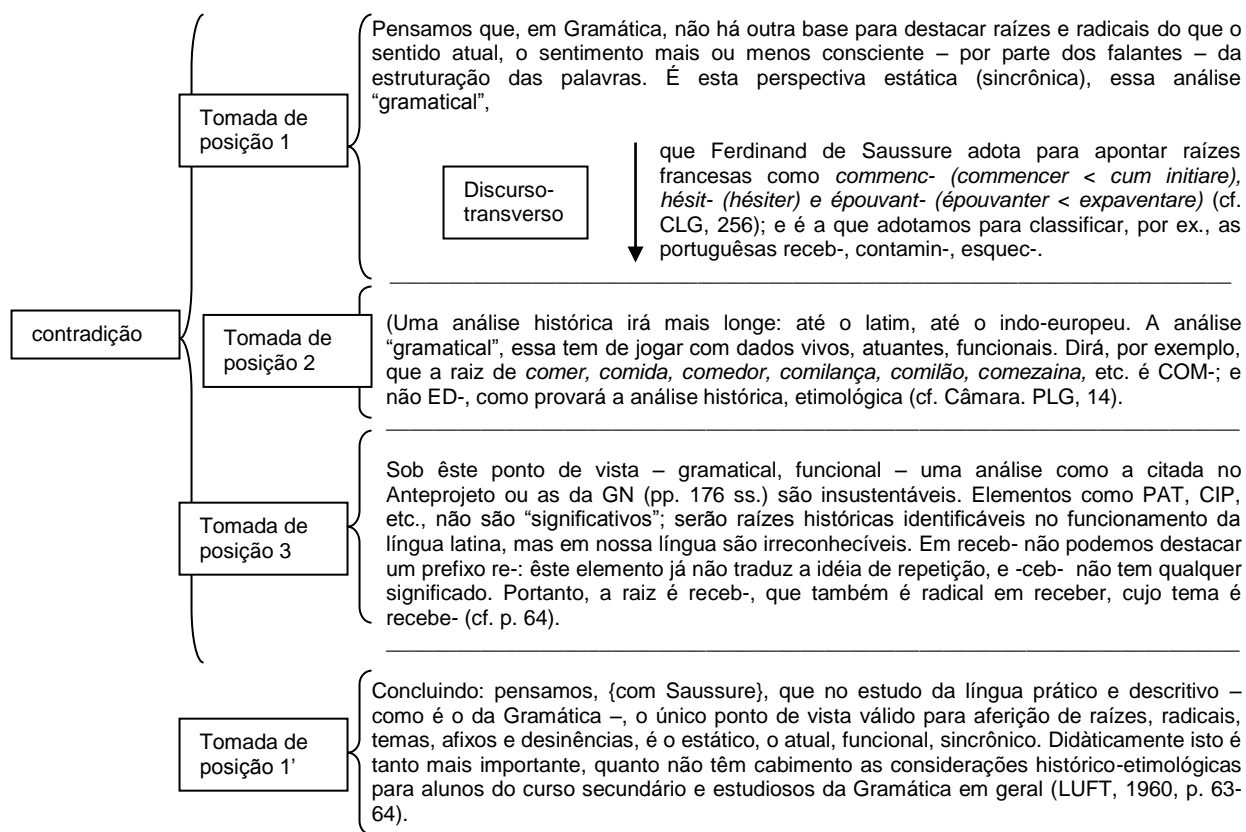
R2 (b) “[...] Uma análise histórica irá mais longe: até o latim, até o indo-europeu. A análise gramatical”, essa tem de jogar com dados vivos, atuantes, funcionais. Dirá, por exemplo, que a raiz de *comer, comida, comedor, comilança, comilão, comezaina*, etc. é COM-; e não ED-, como provará a análise histórica, etimológica (cf. Câmara. PLG, 14). Sob este ponto de vista – gramatical, funcional – uma análise como a citada no Anteprojeto ou as da GN (pp. 176 ss.) são insustentáveis. Elementos como PAT, CIP, etc., não são “significativos”; serão raízes históricas identificáveis no funcionamento da língua latina, mas em nossa língua são irreconhecíveis. Em receb- não podemos destacar um prefixo re-: este elemento já não traduz a idéia de repetição, e -ceb- não tem qualquer significado. Portanto, a raiz é receb-, que também é radical em receber, cujo tema é recebe- (cf. p. 64) [...]”.

Pautando-se sobre tal distinção, “análise histórica” e “análise gramatical”, o sujeito gramático considera que a análise sustentada pela NGB e também a apresentada na **Gramática Normativa**, de Rocha Lima, referida como GN, são insustentáveis, porque repousam sobre uma perspectiva histórica que, para o falante que conhece apenas o estado atual da língua, são irreconhecíveis. Além disso, o sujeito justifica sua tomada de posição, na medida em que, como a língua está sujeita a mudanças, uma análise histórica não seria capaz de justificar o estado atual da língua,

que é o que interessa para o gramático. Trata-se, portanto, de uma tomada de posição que repousa sobre a dicotomia saussuriana diacronia-sincronia. Ao final do recorte, o sujeito gramático reafirma a sua tomada de posição a partir da sua identificação com a perspectiva do linguista:

R2 (c) “[...] Concluindo: pensamos, com Saussure, que no estudo da língua prático e descritivo – como é o da Gramática –, o único ponto de vista válido para aferição de raízes, radicais, temas, afixos e desinências, é o estático, o atual, funcional, sincrônico. Didaticamente isto é tanto mais importante, quanto não têm cabimento as considerações histórico-etimológicas para alunos do curso secundário e estudiosos da Gramática em geral” (LUFT, 1960, p. 63-64).

O gramático volta a afirmar que o ponto de vista estático (sincrônico) é o único ponto de vista válido para os estudos gramaticais. O efeito de identificação do sujeito com o seu discurso constitui-se pela forma como ele apreende o objeto de conhecimento, cujo método/procedimento ele acredita ser o único, quando, na verdade, esse efeito de evidência é produzido pela identificação do sujeito com o seu discurso. Além disso, a tomada de posição do sujeito gramático justifica-se também por uma questão didática, pois uma análise histórica exigiria um conhecimento da história da língua e também de outras línguas, o que não é o objetivo do ensino da gramática na escola. A seguir, expomos um esquema onde procuramos explicitar como se constituem as tomadas de posição do sujeito e a relação de contradição que se estabelece entre elas:



Nesse recorte, a relação de contradição está voltada para a diferença entre gramática histórica e gramática descritiva. Por um lado, o sujeito do enunciado toma uma posição de sujeito gramático que tem por meta descrever a língua e opõe-se à tomada de posição do sujeito gramático que tem por objetivo o estudo da história da língua. Por outro lado, o sujeito do enunciado identifica-se com uma tomada de posição que remete a um saber que faz parte de outra formação discursiva, esse saber de outro domínio que remete à tomada de posição do linguista. Referimo-nos a um já-dito que se atravessa e põe em conexão entre si elementos do interdiscurso, os quais determinam a identificação do sujeito com a formação discursiva na qual se inscreve. No caso desse recorte, os elementos do interdiscurso enquanto pré-construído são linearizados no intradiscurso sobre a forma de um encaixe sintático introduzido por uma *oração subordinada adjetiva explicativa*, como destacamos no esquema exposto anteriormente. Trata-se de um atravessamento de um saber que se inscreve em outra formação

discursiva e que linearizado na formulação do sujeito sobre a forma do discurso-transverso.

Se nesse recorte as tomadas de posição de sujeito reportam a diferença que se estabelece entre gramática histórica e gramática descritiva, no terceiro recorte que selecionamos, a contradição estabelece-se entre tomadas de posição do sujeito em relação à diferença entre gramática descritiva e gramática normativa. Eis o terceiro recorte que selecionamos para análise na **Gramática Resumida**:

R3

A língua suprimiu a lacuna do particípio presente pela oração adjetiva (temente a Deus: que teme a Deus) pelo gerúndio infinitivo (“vidi” eum flentem”: vi-o chorando, ou chorar).

Não tem sentido esse protesto um pouco enfático, embora formulado por uma autoridade: “tesouro de elegância (o particípio presente) perdido pelo desestudo e mau gosto dos escrevinhadores contemporâneos” (Rocha Lima. GN, p. 268). Em primeiro lugar, êsse “tesouro de elegância” perdeu-se muito antes dos contemporâneos: já no tempo de Camões era mero latinismo (cf. Said Ali. Gram. Hist., 126), um verdadeiro arcaísmo (cf. A. da Gama Kury, in Ver. Bras. de Fil. Vol. 3, t. II, p. 268); e até mesmo no latim literário estava em decadência (cf. T. H. Maurer, in Jornal de Filologia (S. P.), vol. I, nº 2, p. 101). Em segundo lugar, o escritor de raça, dotado de bom faro idiomático e estilístico, sabe muito bem que deve lidar com material vivo; e, portanto, se a língua comum já não conhecia tal “tesouro de elegância”, como podia ele explorá-lo, preservá-lo, sem provar – então sim! – mau gosto e falta de sentimento de língua? Em terceiro lugar: êsses, sim, eram bem capazes de, farejando-o, pôr em circulação livresca êsse “tesouro de elegância”, há muito enterrado na língua.

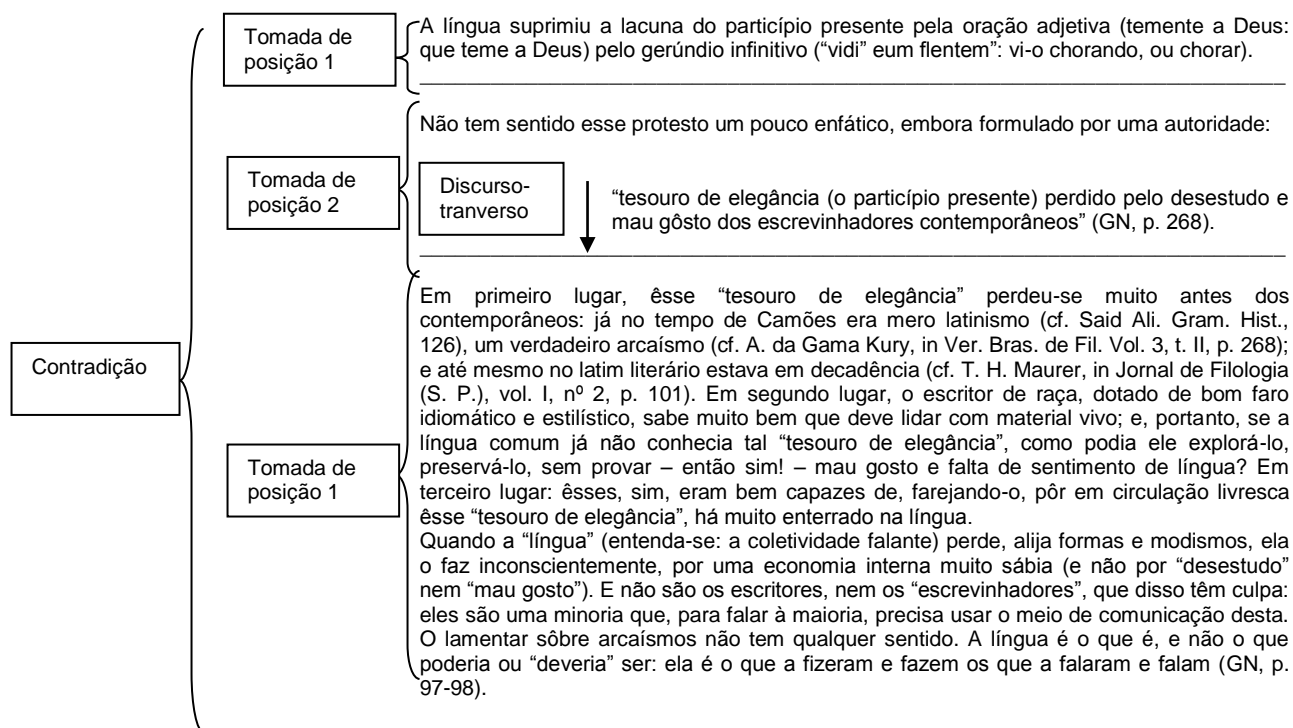
Quando a “língua” (entenda-se: a coletividade falante) perde, alija formas e modismos, ela o faz inconscientemente, por uma economia interna muito sábia (e não por “desestudo” nem “mau gosto”). E não são os escritores, nem os “escrevinhadores”, que disso têm culpa: eles são uma minoria que, para falar à maioria, precisa usar o meio de comunicação desta. O lamentar sôbre arcaísmos não tem qualquer sentido. A língua é o que é, e não o que poderia ou “deveria” ser: ela é o que a fizeram e fazem os que a falaram e falam (LUFT, 1960, p. 97-98).

Nesse recorte, a contradição estabelece-se entre uma tomada de posição do sujeito gramático que tem por objetivo descrever e a tomada de posição do sujeito gramático que tem por objetivo normatizar. Trata-se de tomadas de posição diferentes que remetem a formas diferentes de apreender o objeto de conhecimento. Essa contradição materializa-se pelas diferentes tomadas de posição do sujeito gramático: de um lado, o sujeito gramático que tem o objetivo de normatizar atribuiu o desaparecimento do “particípio presente” ao “desestudo e mau gosto dos escrevinhadores contemporâneos”; de outro, o sujeito gramático que tem o objetivo de descrever atribui esse desaparecimento à própria língua.

Para o sujeito gramático que busca normatizar, o modelo de língua ideal é dado pela Literatura, a qual a gramática normativa toma como parâmetro formulações de

regras de bem falar e bem escrever. Dessa perspectiva, o desaparecimento do “particípio presente” da gramática pode ser atribuído à falta de uso pelos “escrevinhadores contemporâneos”, os quais ditam o modelo de bem escrever. Entretanto, para o gramático que tem o objetivo de descrever para compreender o funcionamento da língua, o desaparecimento do “particípio presente” é uma propriedade da língua e não se trata da intervenção de uma minoria que acredita ter o controle sobre a língua.

Desse modo, em termos gerais, esse terceiro recorte pode ser organizado em três momentos: 1º) o sujeito do enunciado apresenta a sua tomada de posição; 2º) o sujeito gramático apresenta uma tomada de posição contrária àquela que defende; 3º) o sujeito do enunciado contra-identifica-se com a tomada de posição do gramático que visa à normatização da língua, sustentando sua tomada de posição a partir da retomada de outros gramáticos e filólogos que defendem um ponto de vista com o qual se identifica. A seguir, apresentamos um esquema para ilustrar como a contradição se constitui entre as diferentes tomadas de posição nesse recorte:



Esse recorte é introduzido por uma constatação de que o sujeito gramático que visa a descrever a língua atribui ao próprio funcionamento da língua. Após esse enunciado, o sujeito do enunciado retoma uma formulação de um gramático que objetiva a normatização, introduzida por meio de uma citação. Ao retomar essa citação, constitui-se também uma relação de contradição entre tomadas de posição de sujeito distintas. Na sequência, tal sujeito toma uma da posição e explicita o motivo pelo qual a tomada de posição do gramático que busca a normatização estaria equivocado. Após demonstrar que esse fato não pode ser atribuído “ao desuso dos escrevinhadores contemporâneos”, o referido sujeito parece produzir um efeito de superidentificação do sujeito gramático que visa à normatização com o seu discurso no seguinte enunciado: “êsses, sim, eram bem capazes de, farejando-o, pôr em circulação livresca êsse “tesouro de elegância”, há muito enterrado na língua”. Ainda que se trate de uma forma já há bastante tempo em desuso, “êsses”, “os escrevinhadores contemporâneos”, seriam capazes de retomá-la. O efeito de superidentificação constitui-se nesse enunciado pelo estranhamento produzido pelo excesso de identificação, capaz de por a nu as próprias contradições da ideologia que o domina.

O efeito de superidentificação é reforçado pelo uso das aspas ao retomar as expressões do gramático que tem o objetivo de normatizar. As aspas estão funcionando aqui como uma forma de segregar a tomada de posição do sujeito do enunciado e a do sujeito gramático que normatiza – com a qual não se identifica, mas apresentam também o efeito de levar ao extremo a tomada de posição do sujeito gramático para expor as suas falhas.

Nesse recorte, destacamos também a forma como a tomada de posição do sujeito gramático reporta à forma como ele apreende o objeto de conhecimento. O gramático que visa a descrever produz um efeito de distanciamento em relação ao objeto de conhecimento que produz, como se o sujeito gramático colocasse-se diante do objeto real e pusesse-se a descrevê-lo sem intervir sobre ele. Dessa perspectiva, o sujeito gramático atribui à própria natureza da língua as mudanças que ocorrem, cabe a ele somente descrever. Essa forma de conceber língua remonta à concepção de língua saussuriana, segundo a qual se constitui enquanto um sistema autônomo em si mesmo, que não pode ser alterado voluntariamente por um indivíduo, nem mesmo pela massa

falante. Essa concepção de língua ressoa no saber do gramático com base na forma como se enuncia o saber sobre a língua:

- a) “A língua suprimiu a lacuna do particípio presente [...]”;
- b) “[...] êsse “tesouro de elegância” perdeu-se [...]”;
- c) “[...] a língua comum já não conhecia tal “tesouro de elegância” [...]”;
- d) “Quando a “língua” (entenda-se: a coletividade falante) perde, alija formas e modismos, ela o faz inconscientemente, por uma economia interna muito sábia (e não por “desestudo” nem “mau gosto”)”.

Diferentemente do gramático que visa à normatização a partir do que dizem os escritores consagrados, o gramático que se dedica à descrição da língua não emite julgamentos ou juízo de valor. Desse modo, poderíamos colocar em contraste as duas formas de enunciar o fato linguístico para confrontar essas tomadas de posição de sujeito:

Gramática descritiva

A língua suprimiu a lacuna do particípio presente pela oração adjetiva (temente a Deus: que teme a Deus) pelo gerúndio infinitivo (“vidi” eum flentem): vi-o chorando, ou chorar).

Gramática normativa

“tesouro de elegância (o particípio presente) perdido pelo desestudo e mau gosto dos escrevinhadores contemporâneos” (ROCHA LIMA, 1957, p. 268).

A partir dessa comparação, o sujeito gramático que descreve dissimula a normatividade da gramática, atribuindo à própria natureza da língua as condições de mudança. Trata-se de uma “descrição (que normatiza)” (AGUSTINI, 2004) e que garante a eficácia ideológica do discurso do gramático. Desse modo, produz-se um efeito de que a sua tomada de posição é da ordem da evidência e trata-se apenas de uma constatação. Já o sujeito gramático que busca a normatização não só apresenta um juízo de valor (“tesouro de elegância”), como também atribui essa mudança aos “escrevinhadores contemporâneos”. A tomada de posição do sujeito gramático que descreve produz um efeito de objetividade da produção do conhecimento sobre a língua. A língua, colocada na posição de objeto e impedida de falar por si mesma, tem, na figura do gramático que a descreve, o seu porta-voz, aquele que fala em nome de.

Desse modo, a contradição estabelece-se entre a tomada de posição do gramático que descreve e a tomada de posição do gramático que normatiza, na medida em que divergem sobre a que(m) se atribui essa mudança do fato linguístico.

Tendo em vista as condições em que a **Gramática Resumida** inscreve-se, as relações de contradição que se estabelecem entre tomadas de posição sujeito gramático distintas reportam a formas diferentes de apreender o objeto de conhecimento, as quais se manifestam nos diferentes tipos de gramática, como, por exemplo, gramática descritiva, gramática normativa, gramática histórica. A partir desse pressuposto, a implementação da NGB, que visava à uniformização terminologia gramatical, parece não ter considerado que as diferentes formas de designar o objeto de conhecimento podem estar associadas a formas diferentes de apreender esse objeto. Desse modo, a NGB foi apontada frequentemente por privilegiar uma doutrina em detrimento de outras. Ainda que sigam a NGB, os gramáticos, mesmo aqueles que participaram da comissão da NGB, frequentemente tomam posição diferente em relação às orientações da NGB. As divergências entre os gramáticos persistem mesmo após a implementação da NGB, pois não se trata apenas de uma questão terminológica, trata-se de uma tomada de posição sujeito em relação ao objeto de conhecimento. Nesse sentido, o quarto recorte da **Gramática Resumida** que selecionamos reporta às frequentes divergências entre os gramáticos e principalmente em relação à NGB:

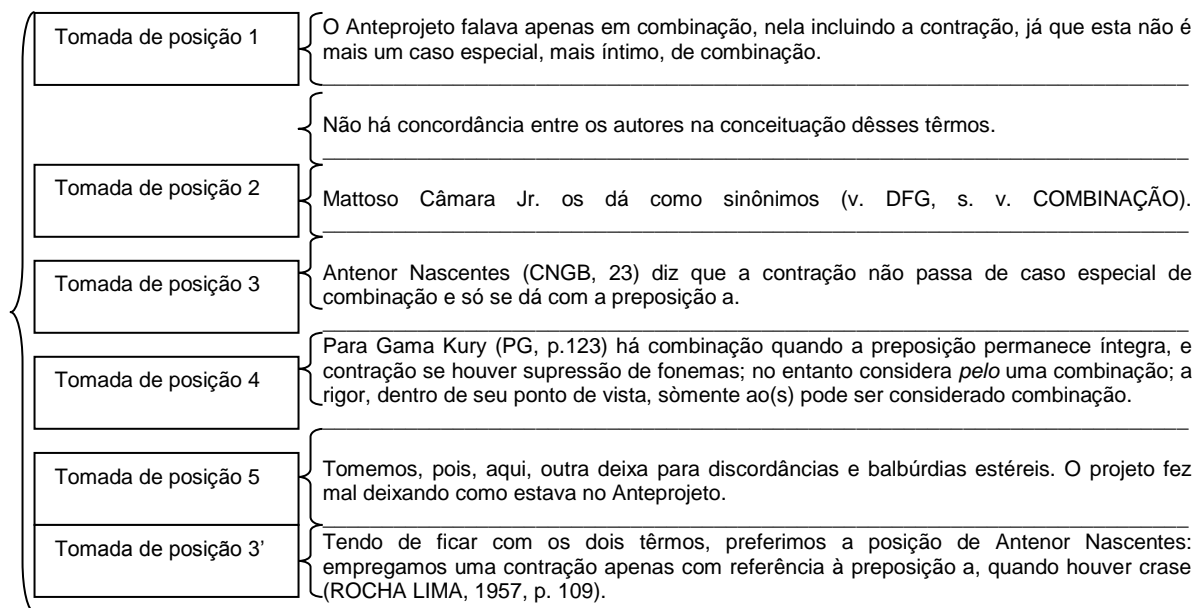
R4

2 e 3. COMBINAÇÃO E CONTRAÇÃO

O Anteprojeto falava apenas em combinação, nela incluindo a contração, já que esta não é mais um caso especial, mais íntimo, de combinação. Não há concordância entre os autores na conceituação desses termos. Mattoso Câmara Jr. os dá como sinônimos (v. DFG, s. v. COMBINAÇÃO). Antenor Nascentes (CNGB, 23) diz que a contração não passa de caso especial de combinação e só se dá com a preposição a. Para Gama Kury (PG, p.123) há combinação quando a preposição permanece íntegra, e contração se houver supressão de fonemas; no entanto considera *pele* uma combinação; a rigor, dentro de seu ponto de vista, somente ao(s) pode ser considerado combinação.

Tomemos, pois, aqui, outra deixa para discordâncias e balbúrdias estéreis. O projeto fez mal deixando como estava no Anteprojeto. Tendo de ficar com os dois termos, preferimos a posição de Antenor Nascentes: empregamos uma contração apenas com referência à preposição a, quando houver crase (ROCHA LIMA, 1957, p. 109).

Nesse recorte, a contradição está voltada não só para o desacordo entre os gramáticos em relação à diferença entre “combinação e contração”, mas também aponta que a NGB, que é tomada como parâmetro, não contempla nenhuma das tomadas de posição citadas pelo gramático. Desse modo, a contradição que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição de sujeito organiza-se da seguinte forma: 1º) o gramático aponta a tomada de posição dominante, que é a da NGB; 2º) o gramático afirma que há divergências entre os gramáticos em relação à distinção entre combinação e contração; 3º) o gramático refere quem são os gramáticos que sustentam conceituações diferenciadas; 4º) o gramático, acatando à NGB, reconhece que tem de ficar com os dois termos, por isso, identifica-se com uma tomada de posição de um gramático que também segue as orientações da NGB. Para explicitar esses diferentes movimentos, propomos o esquema a seguir para ilustrar como essas tomadas de posição de sujeito vão fragmentando-se e constituindo o discurso do sujeito:



Nesse recorte, as divergências estabelecem-se em torno da diferença (ou não) entre “combinação” e “contração”. Em relação a essa temática, a NGB, que é tomada como parâmetro, sustenta que há apenas “combinação”; a “contração”, em sua abordagem, seria um caso especial de “combinação”. Entretanto, os gramáticos apresentam tomadas de posição diferentes em relação a essa questão, e a tomada de posição da NGB é considerada pelo sujeito do enunciado um equívoco. Diante dessa

problemática e da (im)posição da NGB, mesmo que não esteja plenamente de acordo, o sujeito do enunciado toma uma posição com a qual se identifica que mais se aproxima da recomendação (im)posta pela NGB. Novamente, assim como no primeiro recorte analisado da **Gramática Resumida**, a tomada de posição do sujeito gramático não se dá por uma identificação plena; dá-se, antes de tudo, por uma imposição que determina o discurso do sujeito. No enunciado “Tendo de ficar com os dois termos, preferimos...”, o sujeito gramático manifesta a força impositiva da NGB que, por vezes, parece limitar o saber do gramático.

Já em relação ao quinto recorte que selecionamos da **Gramática Resumida**, retorna novamente as divergências entre os gramáticos que tomam uma posição que visa a descrever e aqueles que visam a um estudo histórico da língua. Eis o quinto recorte selecionado:

R5

Somos de parecer que, em “gramática”, nada impede que se diga – *no*: combinação da preposição *em* com o artigo (ou demonstrativo) *o*; e *pelo*: combinação da preposição *por* com o artigo (demonstrativo) *o* – em que pêsse aos historicistas. Qualquer falante da língua atual interpreta pelo como por o. [...] Pode-se dizer que, funcionalmente, a preposição *em* apresenta duas formas *em* e *n-*. e é esta simples consoante nasal que funciona prepositivamente (por *em*), exprimindo idéia de lugar ou tempo, nas combinações *num*, *neste*, *nalgum*, *noutro*, etc. da mesma forma, na língua portuguesa atual, a preposição *por* diante de *o(s)*, *a(s)* assume a forma *pel-*.

É êste o ponto de vista *funcional*, próprio da Gramática. Não é fazer análise *gramatical* expressar-se assim: “no – aglutinação da antiga preposição *em* com a antiga forma do artigo *lo*, por assimilação do *l* ao *n* e queda do *e* inicial” (GN, p. 169) (faltou: desnasalização do *e*...); ou “pelo (-a, -os, -as): combinação da preposição antiga *per* (hoje *por*) com o artigo *lo* (hoje *o*) – houve ‘assimilação’ do *r* ao *l*: *perlo*>*pello* e posterior simplificação das geminadas: > *pelo* (PG, p. 123)

Isto é fazer história, filologia, etimologia, e não Gramática (ROCHA LIMA, 1957, p. 110-111).

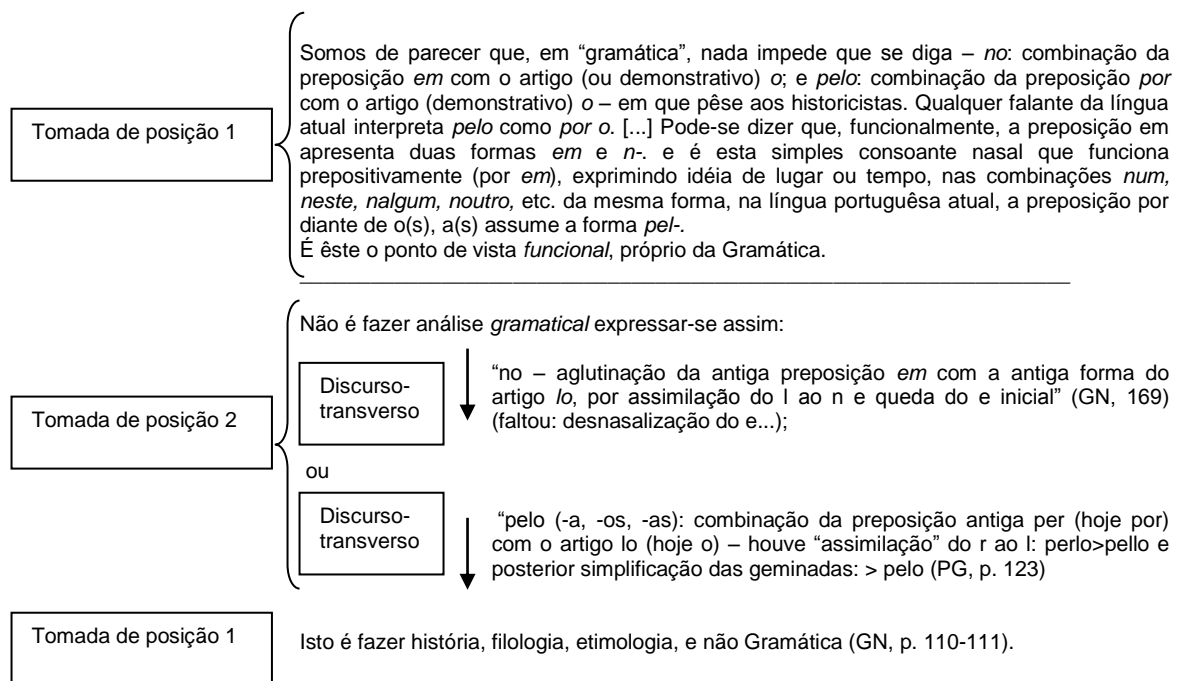
Nesse recorte, a contradição está voltada para as diferentes formas de apreender um objeto de conhecimento, seja por uma perspectiva histórica, seja por uma perspectiva descritiva. O processo de formação da preposição “pelo” e “no” recebe explicações diferentes, conforme a tomada de posição do sujeito gramático. A contradição constitui-se pela retomada de uma posição de sujeito que não se sobrepõe àquela sustentada pelo sujeito do enunciado. Desse modo, há dois enunciados que sintetizam essa contradição entre as duas tomadas de posição que são:

a) “É êste o ponto de vista *funcional*, próprio da Gramática”.



b) “Isto é fazer história, filologia, etimologia, e não Gramática”.

Para desenvolver nossa reflexão entre essas diferentes tomadas de posição que constituem esse recorte selecionado, propomos o seguinte esquema:



Nesse recorte, o sujeito do enunciado retoma duas citações, que são linearizadas e encadeadas no intradiscurso sobre a forma da articulação, de dois renomados gramáticos que se opõem à tomada de posição do sujeito do enunciado. Rocha Lima (referido como GN – **Gramática Normativa**) e Adriano Gama Kury (referido como PG – **Pequena Gramática**) definem o processo de formação das preposições “pelo” e “no” a partir de uma perspectiva histórica, de forma que referem à forma antiga de tal preposição (“aglutinação da antiga preposição *em* com a antiga forma do artigo *lo* [...]”; “combinação da preposição antiga *per* (hoje *por*)”). Luft (1960)

argumenta que tais definições são insustentáveis do ponto de vista funcional, pois o falante desconhece outro estado de língua que não seja o atual.

Desse modo, a contradição, novamente, se estabelece entre a tomada de posição de sujeito gramático que visa a descrever e a tomada de posição de sujeito gramático que visa a normatizar. Essas tomadas de posição de sujeito divergem não apenas porque os sujeitos têm propósitos distintos, mas também porque tomam critérios diferentes para explicar o processo de formação das preposições “no” e “pelo”.

3.6. Moderna Gramática Portuguesa (1961): em busca de um objeto perfeito

Como vimos anteriormente, a **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara (1961), foi publicada após a implementação da NGB. Essa gramática goza de grande prestígio e circula no âmbito de ensino ainda hoje. Assim como a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, a **Moderna Gramática Portuguesa** está pautada sobre uma perspectiva normativa. Nessa gramática, assim como nas anteriores, também selecionamos cinco recortes discursivos. Eis o primeiro recorte:

R1

OBSERVAÇÕES::

1.^a) Pelos exemplos aduzidos, vê-se que *justaposição* é um processo de ligação de orações, e não de natureza sintática que se pode por ao lado da coordenação e subordinação, como imaginou o Prof. José Oiticica. Por outro lado, a *justaposição* ocorre entre orações independentes e dependentes, entre coordenadas e subordinadas, o que não nos permite aceitar a lição da NGB que só considera sindéticas (em nossa nomenclatura corresponde a *conectivas*) e assindéticas (em nossa nomenclatura, a *justapostas*) as coordenadas. Vimos que há também as subordinadas sindéticas e assindéticas. Do ponto de vista de conexão interoracional se equivalem os seguintes exemplos, independentes de sua natureza sintática:

Vim, vi, venci
Tivesse dinheiro, eu viajaria
Não o vejo há cinco semanas
Espero sejam feliz

2.^a) De caso pensado separamos dos exemplos acima aqueles em que temos palavras de natureza pronominal ou adverbial sem antecedente ou nas interrogações indiretas, porque há mestres que vêem aí pronomes e advérbios relativos, bastante, para isso, subentender um antecedente adequado. Assim sendo, para tais estudiosos não estamos diante de justaposição ou assindetismo. Não aceitamos esse modo de ver as coisas porque, embora as estruturas apresentem paralelismo de sentido, não são idênticas quanto à natureza sintática. Por outro lado, a adaptação para efeito de análise pode mudar o plano morfológico do vocábulo (BECHARA, 1961, p. 272).

Nesse primeiro recorte que selecionamos, a contradição organiza-se sobre a forma da afirmação-negação, de forma que, ao definir, o gramático afirma o que é “justaposição” e, em seguida, nega outra definição atribuída à “justaposição”, a qual é diferente da sua (a propósito, questionamo-nos: a negação não seria também uma afirmação daquilo que não é?).

Tendo em vista as diferentes tomadas de posição que constituem esse recorte, organizamos no esquema a seguir a forma como as afirmações e negações vão constituindo a contradição.

Tomada de posição 1	Pelos exemplos aduzidos, vê-se que <i>justaposição</i> é um processo de ligação de orações,
Tomada de posição 2	e não de natureza sintática que se pode por ao lado da coordenação e subordinação, como imaginou o Prof. José Oiticica.
Tomada de posição 1	Por outro lado, a <i>justaposição</i> ocorre entre orações independentes e dependentes, entre coordenadas e subordinadas,
Tomada de posição 2	o que não nos permite aceitar a lição da NGB que só considera sindéticas (em nossa nomenclatura corresponde a <i>conectivas</i>) e assindéticas (em nossa nomenclatura, a <i>justapostas</i>) as coordenadas.
Tomada de posição 1	Vimos que há também as subordinadas sindéticas e assindéticas. Do ponto de vista de conexão interoracional se equivalem os seguintes exemplos, independentes de sua natureza sintática: <div style="text-align: center;"> <p>Vim, vi, venci Tivesse dinheiro, eu viajaria Não o vejo há cinco semanas Espero sejam felizes</p> </div>
Tomada de posição 2	De caso pensado separamos dos exemplos acima aqueles em que temos palavras de natureza pronominal ou adverbial sem antecedente ou nas interrogações indiretas,
Tomada de posição 2	porque há mestres que vêem aí pronomes e advérbios relativos, bastante, para isso, subentender um antecedente adequado. Assim sendo, para tais estudiosos não estamos diante de justaposição ou assindetismo.
Tomada de posição 1	Não aceitamos esse modo de ver as coisas porque, embora as estruturas apresentem paralelismo de sentido, não são idênticas quanto à natureza sintática. Por outro lado, a adaptação para efeito de análise pode mudar o plano morfológico do vocábulo (BECHARA, 1961, p. 221).

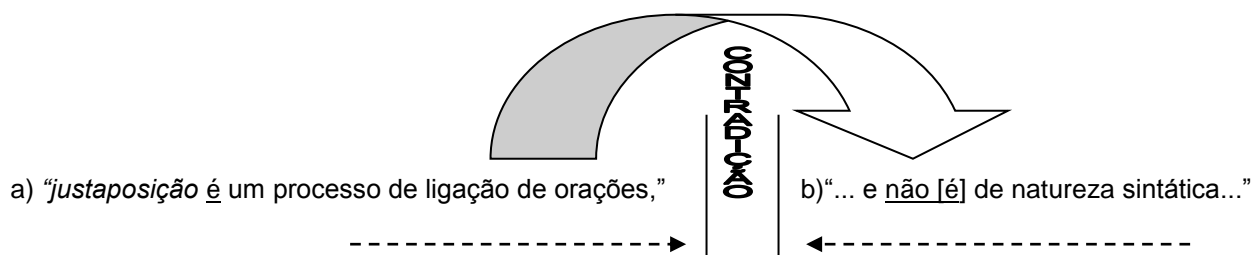
Consideramos então os dois primeiros enunciados que constituem a primeira contradição do recorte:

- a) Pelos exemplos aduzidos, vê-se que *justaposição* é um processo de ligação de orações;

b) e não de natureza sintática que se pode por ao lado da coordenação e subordinação, como imaginou o Prof. José Oiticica.

O primeiro enunciado, a), é constituído pela definição que o gramático atribui à “justaposição”. O gramático justifica sua definição com base nos exemplos selecionados, a partir dos quais é possível “ver” que “justaposição” só poderia ser aquilo que o gramático define. A definição atribuída pelo gramático está pautada sobre um efeito de evidência de que esta definição já estava dada no próprio exemplo, bastava o olhar do gramático para que ela fosse apreendida.

A contradição constitui-se a partir da retomada de uma tomada de posição diferente daquela do sujeito do enunciado, a qual é apresentada sob a forma da negação. Trata-se da definição atribuída por José Oiticica a que o gramático opõe a sua. É importante ressaltar que a definição atribuída por José Oiticica, segundo o gramático, é uma definição imaginada (“[...] como imaginou o Prof. José Oiticica”), ou seja, que não tem sustentação na língua, ao passo que a definição atribuída pelo gramático pode ser “vista” nos exemplos. Desse modo, a forma como o gramático estabelece essa contradição produz um efeito de que esses dois enunciados não podem coexistir, pois aquele que é contrário ao seu não é posto como uma possibilidade, mas como um equívoco. Nesse sentido, a contradição entre esses dois enunciados nega existência à tomada de posição diferente daquela com a qual o gramático identifica-se, projetando-o para o lado da equivocidade. Desse modo, ao retomar essa tomada de posição de sujeito que não se sobrepõe à sua, se estabelece uma relação de força que, de um lado, desfaz a relação de contradição ao lançar essa tomada de posição de sujeito para a equivocidade, e, por outro, torna visível a relação de contradição que se estabelece entre diferentes tomadas de posição. Para ilustrar essa relação de força que se estabelece pela contradição de duas tomadas de posição distintas, propomos o esquema abaixo:



Com esse esquema, procuramos ilustrar a sobreposição da tomada de posição do sujeito do enunciado sobre aquela que ele retoma e que é julgada como equívoco. Além disso, considerando o enunciado “Pelos exemplos aduzidos, vê-se que *justaposição* é um processo de ligação de orações”, a forma como o gramático sustenta sua definição baseia-se em uma evidência da língua que pode ser “vista”, o que pressupõe que a definição de “*justaposição*” poderia ser encontrada ou descoberta na língua e, assim, apreendida pela visão do gramático. No entanto, a definição proposta por José Oiticica, segundo o gramático, estaria equivocada, pois se trata de uma definição imaginada (“[...] como imaginou José Oiticica”). A forma como o gramático define produz um efeito de que o saber construído sobre a língua – no caso, a definição de “*justaposição*” - é algo que já existe no mundo e que poderia ser encontrado. Mas o que faz com que só alguns tenham o privilégio de encontrar e “ver” uma dada definição e outros não? O que garante esse acesso e esse olhar privilegiado?

Na sequência, uma outra contradição é instaurada, ainda sobre o conceito de “*justaposição*”, mas agora em relação à NGB.

a) Por outro lado, a *justaposição* ocorre entre orações independentes e dependentes, entre coordenadas e subordinadas;

b) o que não nos permite aceitar a lição da NGB que só considera sindéticas (em nossa nomenclatura corresponde a *conectivas*) e assindéticas (em nossa nomenclatura, a *justapostas*) as coordenadas.

Entre esses dois enunciados, a contradição também se estabelece sobre a forma da afirmação-negação. O gramático sustenta sua tomada de posição a partir daquilo que seria uma evidência, que é o fato de que “a *justaposição* ocorre entre orações independentes e dependentes, entre coordenadas e subordinadas”. A partir dessa

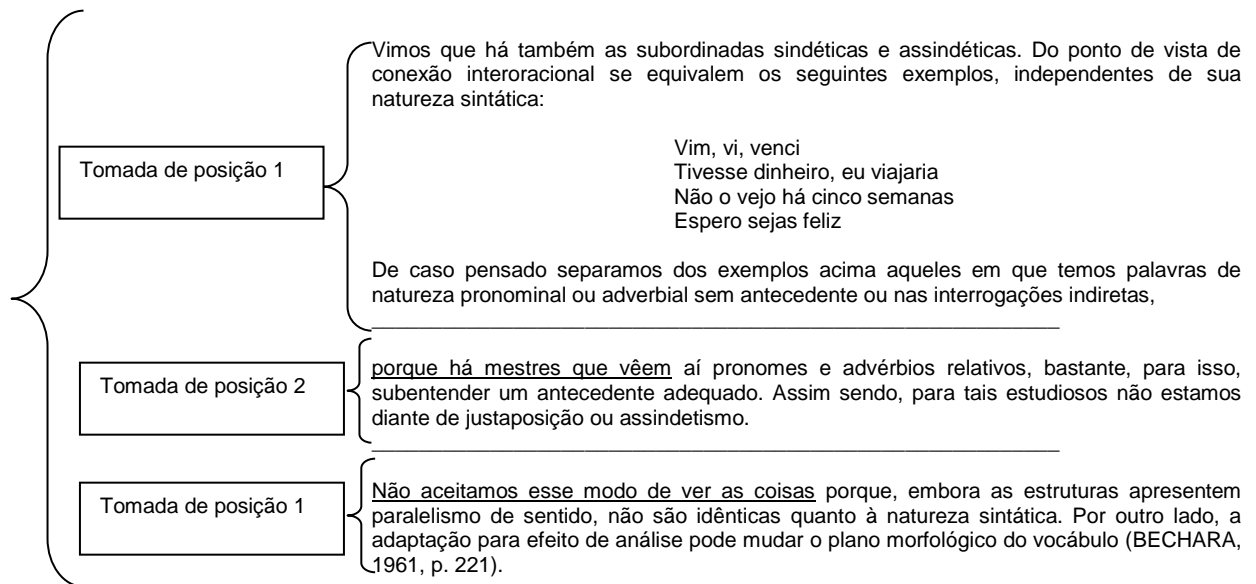
afirmação, o gramático contrapõe-se à NGB, não só em relação aos tipos de orações em que ocorre a justaposição, mas também em relação à nomenclatura proposta pela NGB. Cabe ressaltar que essa gramática foi publicada com o propósito de seguir a NGB e em seu prefácio o autor afirma: “seguimos a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Os termos que aqui se encontram e lá faltam, não se explicarão por discordância ou desrespeito; é que a NGB não tratou dos assuntos aqui ventilados” (BECHARA, 1961, p. 22). Entretanto, o gramático parece manter uma terminologia paralela à NGB em sua gramática: “[...] sindéticas (em nossa nomenclatura corresponde a *conectivas*) e assindéticas (em nossa nomenclatura, a *justapostas*)”.

A forma como o gramático sustenta sua tomada de posição produz um efeito de que a causa de o gramático contra-identificar-se com a lição da NGB é porque a própria língua determina como ela é. O gramático atribui à natureza da língua o fato de a “justaposição” ocorrer entre determinadas orações, ou seja, não é ele que quer que seja assim. Além disso, ressaltamos a recorrência do verbo “ver” nesse recorte:

- a) “[...] vê-se que *justaposição* é [...]”;
- b) “[...] Vimos que há também [...]”;
- c) “[...] porque há mestres que vêm aí [...]”;
- d) “[...] Não aceitamos esse modo de ver as coisas [...]”.

Essa forma de enunciar parece pressupor não só que o objeto de conhecimento poderia ser visto, mas também que gramático poderia se deparar diante de uma definição de “justaposição”, por exemplo.

Para finalizar a análise desse recorte, reforçando que a relação estabelecida entre as orações não se deve à sintaxe, o gramático aponta alguns exemplos para justificar sua tomada de posição. Nesses enunciados, a contradição é instaurada a partir da recuperação de uma tomada de posição divergente daquela com a qual o sujeito gramático identifica-se. Retomamos aqui parte do esquema já apresentado para refletir sobre como se estabelece essa terceira relação de contradição entre tomadas de posição distintas nesse mesmo recorte:



Nesse fragmento, o sujeito do enunciado retoma exemplos da língua os quais são passíveis de ser interpretados de diferentes formas. Antes mesmo de apresentar a sua tomada de posição, o sujeito do enunciado recupera uma tomada de posição com a qual não se identifica. Desse modo, a sua tomada de posição constitui-se sobre a negação da tomada de posição que é retomada.

Já o segundo recorte que selecionamos da **Moderna Gramática Portuguesa**, a contradição estabelece-se de forma semelhante ao primeiro recorte analisado. Primeiramente, eis o recorte que selecionamos:

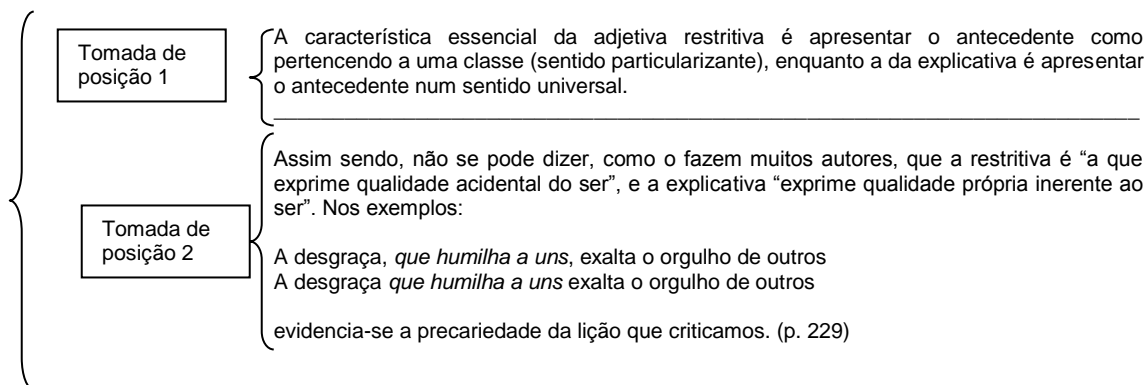
R2
 A característica essencial da adjetiva restritiva é apresentar o antecedente como pertencendo a uma classe (sentido particularizante), enquanto a da explicativa é apresentar o antecedente num sentido universal. Assim sendo, não se pode dizer, como o fazem muitos autores, que a restritiva é “a que exprime qualidade acidental do ser”, e a explicativa “exprime qualidade própria inerente ao ser”. Nos exemplos:

A desgraça, que humilha a uns exalta, o orgulho de outros
 A desgraça que humilha a uns exalta o orgulho de outros

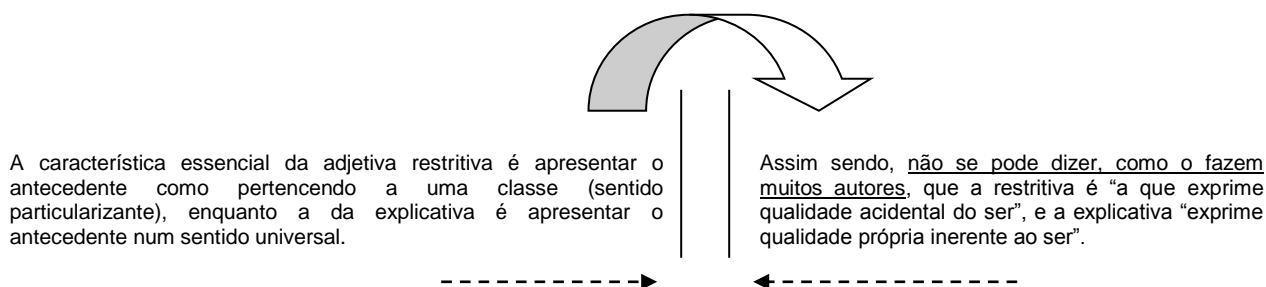
evidencia-se a precariedade da lição que criticamos (BECHARA, 1961, p. 281).

Nesse recorte, a contradição está voltada para a tomada de posição de sujeito que sustenta a definição de oração adjetiva explicativa e restritiva, mais precisamente sobre os critérios para definir e distinguir os dois tipos de orações adjetivas. Nesse

recorte, a relação de contradição estabelece-se entre a tomada de posição do sujeito ao definir “adjetiva restritiva” e “adjetiva explicativa” e a retomada de uma posição de sujeito divergente. Para explicitar como se constitui a relação de contradição nesse recorte, propomos o seguinte esquema:



A relação de contradição estabelece-se pela retomada de uma posição de sujeito divergente. Entretanto, essa tomada de posição é considerada como um equívoco pelo sujeito do enunciado. Ao retomar essa outra posição de sujeito, o sujeito do enunciado priva o outro sujeito gramático de sua tomada de posição, isto é, “[...] não se pode dizer, como o fazem muitos autores, que [...]”. Desse modo, assim como no recorte anterior que analisamos, ao estabelecer uma relação de contradição, tem-se uma relação de força que tende a produzir um efeito de apagamento da ruptura, desfazendo a contradição. Não se trataria, pois, de uma contradição, já que a tomada de posição retomada é julgada como equivocada e é interdita pelo sujeito do enunciado. Dessa forma, a tomada de posição do sujeito do enunciado sobrepõe-se a outra tomada de posição que é retomada, produzindo um efeito de apagamento diante da relação de contradição. Para ilustrar esse confronto, propomos o seguinte esquema:

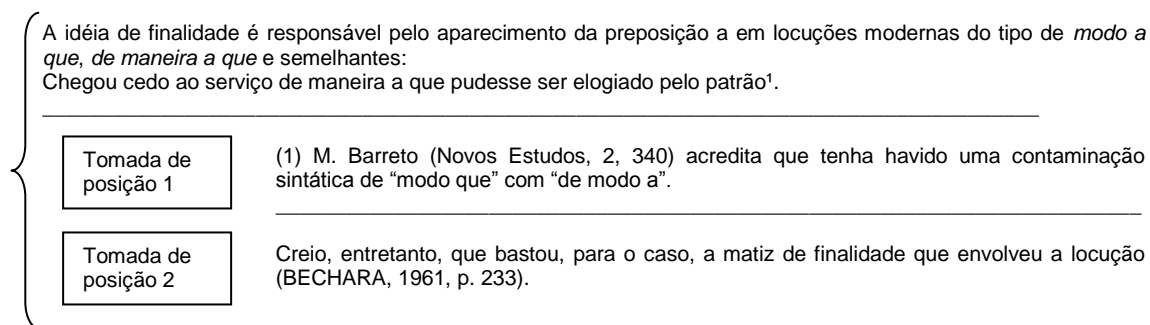


Com esse esquema, nosso objetivo é explicitar a relação de contradição que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição de sujeito e a forma como o sujeito do enunciado impõe a sua tomada de posição, interditando a outra tomada de posição sustentada por outros gramáticos. Desse modo, a negação da tomada de posição de sujeito divergente parece desfazer a relação de contradição, pois trata-se de uma formulação que “[...] não se pode dizer”.

Já no terceiro recorte que selecionamos para nossa análise na **Moderna Gramática Portuguesa**, a relação de contradição estabelece-se de forma diferente da dos outros dois recortes analisados. Eis o terceiro recorte selecionado:

R3
 A idéia de finalidade é responsável pelo aparecimento da preposição *a* em locuções modernas do tipo *de modo a que*, *de maneira a que* e semelhantes:
 Chegou cedo ao serviço de maneira a que pudesse se elogiado pelo patrão¹.
 (1) M. Barreto (Novos Estudos, 2, 340) acredita que tenha havido uma contaminação sintática de “modo que” com “de modo a”. Creio, entretanto, que bastou, para o caso, a matiz de finalidade que envolveu a locução (BECHARA, 1961, p. 286).

O terceiro recorte que selecionamos para nossa análise remete à contradição que se estabelece entre duas tomadas de posição em relação ao aparecimento da preposição “a” em locuções do tipo “*de modo a que*”, “*de maneira a que*”, por exemplo. A que poderia ser atribuída essa mudança? O sujeito gramático apresenta a sua tomada de posição e retoma uma outra tomada de posição de sujeito. Entretanto, a relação de contradição que se estabelece entre ambas as tomadas de posição de sujeito não anula uma a outra. Desse modo, para explicitar como se constitui a relação de contradição nesse recorte, propomos os seguintes esquemas:



(1) M. Barreto (Novos Estudos, 2, 340) acredita que tenha havido uma contaminação sintática de “modo que” com “de modo a”.

Creio, entretanto, que bastou, para o caso, a matiz de finalidade que envolveu a locução (BECHARA, 1961, p. 233).

Na verdade, trata-se de duas tomadas de posição que não se sobrepõem e que coexistem no seio da forma-sujeito. Entretanto, é preciso considerar que ambas as tomadas de posição estão pautadas sobre uma hipótese que poderia explicar essa mudança na língua.

Já o quarto recorte que selecionamos da **Moderna Gramática Portuguesa** assemelha-se ao segundo recorte analisado, uma vez que o sujeito do enunciado retoma exemplos que são passíveis de interpretações distintas. Eis o recorte que selecionamos:

R4

Transposta para o início do período a oração que expressa a idéia temporal, aparece um *que* que tem tipo interpretação vária:

“Muito havia já que era noite...” (A. Herculano, *ibid.*, 154)
Faz seis meses que não o vejo.

De três maneiras podemos analisar a 2ª oração:

- a) considerar o *que* conjunção temporal e, portanto, adverbial a oração (é a opinião mais generalizada)
 - b) considerar que os verbos *haver* e *fazer* não estão empregados impessoalmente, sendo o *que* conjunção integrante e, portanto, substantiva subjetiva a oração por ele introduzida (o fato [não ver] faz [=completa, tem] seis meses); essa análise não se enquadra tão bem em relação ao verbo *haver* pelo inusitado de semelhante construção em nosso idioma (é a opinião de Maximino Maciel, Mário Barreto, Martinz de Aguiar, Cândido Jucá Filho);
 - c) considerar o *que* expletivo, memorativo, dentro da oração principal, da circunstância temporal da oração anterior; continua a *haver* justaposição (é a opinião de Sílvio Elia, e a *que* julgo boa).
- Os adeptos da explicação a) e b) acreditam na pura elipse do *que* subordinativo em construções como *não o vejo faz seis meses* (BECHARA, 1961, p. 288).

O quarto recorte que selecionamos remete à problemática do “que” em um exemplo que desperta diversas tomadas de posição de sujeito. Para compreender como se constituem essas tomadas de posição, propomos o esquema a seguir:

Transposta para o início do período a oração que expressa a idéia temporal, aparece um *que* que tem tipo interpretação vária:

"Muito havia já que era noite..." (A. Herculano, *ibid.*, 154)
Faz seis meses que não o vejo.

De três maneiras podemos analisar a 2ª oração:

Tomada de
posição 1

a) considerar o *que* conjunção temporal e, portanto, adverbial a oração (é a opinião mais generalizada)

Tomada de
posição 2

b) considerar que os verbos *haver* e *fazer* não estão empregados impessoalmente, sendo o *que* conjunção integrante e, portanto, substantiva subjetiva a oração por ele introduzida (o fato [não ver] faz [=completa, tem] seis meses); essa análise não se enquadra tão bem em relação ao verbo *haver* pelo inusitado de semelhante construção em nosso idioma (é a opinião de Maximino Maciel, Mário Barreto, Martinz de Aguiar, Cândido Jucá Filho);

Tomada de
posição 3

c) considerar o *que* expletivo, memorativo, dentro da oração principal, da circunstância temporal da oração anterior; continua a *haver* justaposição (é a opinião de Sílvio Elia, e a que julgo boa).

Os adeptos da explicação a) e b) acreditam na pura elipse do *que* subordinativo em construções como *não o vejo faz seis meses* (BECHARA, 1961, p. 235).

Com esse esquema, procuramos explicitar como vão se constituindo as diferentes tomadas de posição e como vai se estabelecendo o processo de identificação do sujeito com uma dada posição e não outra. A primeira tomada de posição parece ser a posição de sujeito dominante, já que o sujeito do enunciado apresenta-a como a "opinião mais generalizada". A segunda tomada de posição é sustentada por gramáticos como Maximino Maciel, Mário Barreto, Martinz de Aguiar, Cândido Jucá Filho. É com a terceira tomada de posição que o sujeito do enunciado vai se identificar e que é sustentada por Sílvio Elia ("é a opinião de Sílvio Elia, e a que julgo boa"). A relação de contradição que se estabelece entre as diferentes tomadas de posição nesse recorte parece insistir sobre a permanência da fragmentação da forma-sujeito, uma vez que os exemplos sobre os quais se baseiam prestam-se a diferentes interpretações.

Já o quinto e último recorte que selecionamos para a nossa análise remete à contradição entre tomadas de posição de sujeito em relação ao emprego do gerúndio em oração adjetiva. Eis o recorte que selecionamos:

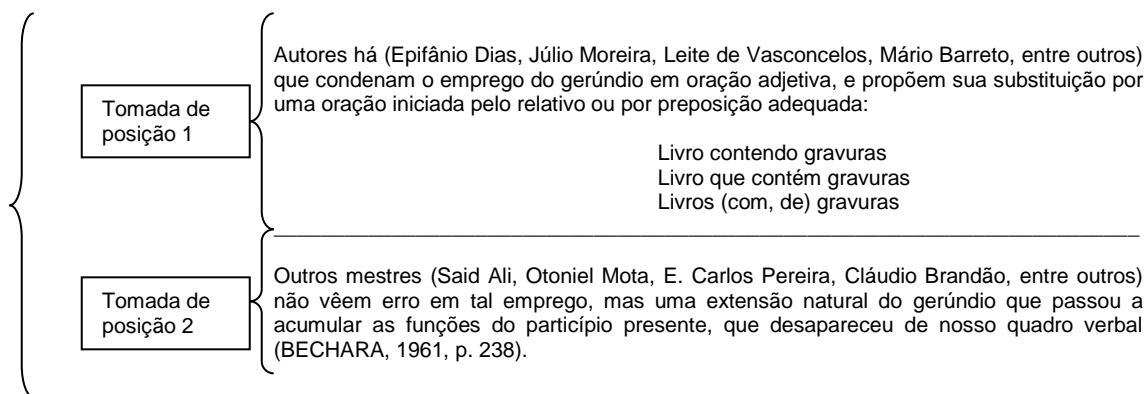
R5

Autores há (Epifânio Dias, Júlio Moreira, Leite de Vasconcelos, Mário Barreto, entre outros) que condenam o emprego do gerúndio em oração adjetiva, e propõem sua substituição por uma oração iniciada pelo relativo ou por preposição adequada:

Livro contendo gravuras
Livro que contém gravuras
Livros (com, de) gravuras

Outros mestres (Said Ali, Otoniel Mota, E. Carlos Pereira, Cláudio Brandão, entre outros) não vêem erro em tal emprego, mas uma extensão natural do gerúndio que passou a acumular as funções do participio presente, que desapareceu de nosso quadro verbal (BECHARA, 1961, p. 293).

Para explicitar como se constituem essas tomadas de posição de sujeito, propomos o esquema a seguir:



Em relação a essa temática, estabelecem-se duas tomadas de posição de sujeito. De um lado, há aqueles que “condenam” o emprego do gerúndio em oração relativa, por outro, há aqueles que “não vêem erro em tal emprego”. Nesse recorte, assim como no anterior, a relação de contradição entre as tomadas de posição de sujeito coexiste simultaneamente no interior da forma-sujeito, o que faz permanecer a relação de contradição. Além disso, é preciso destacar que os nomes dos autores mencionados que sustentam uma dada posição não devem ser considerados como indivíduos, mas como sujeitos que se identificam com uma dada posição no interior de uma formação discursiva.

A partir dos recortes que selecionamos nas gramáticas, procuramos compreender como se constitui a contradição entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático. Tendo em vista o dispositivo analítico que mobilizamos,

procuramos explicitar como o discurso do sujeito é determinado pelo interdiscurso e como se constituem as diferentes tomadas de posição em relação à forma-sujeito gramático. As tomadas de posição do sujeito constituem-se por uma não sobreposição do sujeito do enunciado ao sujeito universal. Entretanto, contra-identificar-se com a forma-sujeito gramático não significa que o sujeito possa resistir à interpelação ideológica e alçar-se para fora da ideologia, pois a ideologia não tem um exterior (PÊCHEUX, 2009 [1988]). Sob a ilusão da autonomia sobre seu discurso, o sujeito acredita que a sua tomada de posição é constituída por uma escolha voluntária, quando, na verdade, seu discurso é determinado histórica e ideologicamente pela posição na qual se inscreve. Além disso, entendemos que a tomada de posição do sujeito gramático é também determinada pela forma como o sujeito do saber apreende o seu objeto de conhecimento.

Nos recortes que analisamos da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, a contradição entre as diferentes tomadas de posição do sujeito constitui-se, principalmente, pela divergência entre critérios adotados (ou a falta de) para estabelecer as regras gramaticais. Essa divergência aparece em quatro dos cinco recortes analisados:

- a) R1 – “Adotamos esse último critério”
- b) R3 – “Não há, todavia, amparo para essa recomendação”
- c) R4 – “A verdade é que há certo descritério no uso do singular ou do plural”.
- d) R5 – “Até hoje não foi possível aos gramáticos formular um conjunto de regras fixas [...]”

Desse modo, a contradição entre as tomadas de posição de sujeito gramático em relação à divergência de critérios remete a uma rede de dizeres que se estende ao longo da primeira metade do século XX no Brasil, principalmente, sobre a falta de critérios e métodos do saber gramatical. Frequentemente a gramática foi apontada pelo empirismo e pela falta de um método científico. Essas críticas acentuaram-se principalmente na década de 1950, quando a Linguística é alçada no domínio da ciência a partir do corte epistemológico saussuriano. A exemplo da ciência das línguas, outros domínios de saber vão buscar (re)definir seu objeto e estabelecer um método científico. No caso da gramática analisada, a contradição entre as tomadas de posição

do sujeito gramático constitui-se em torno dos critérios adotados para estabelecer as regras gramaticais. Desse modo, as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático constituem-se pelas diferentes formas de apreender o objeto de conhecimento.

Já a **Gramática Resumida** constitui-se enquanto uma gramática descritiva. Como vimos, a consolidação de uma gramática (dita) descritiva no Brasil dá-se a partir dos estudos do linguista Mattoso Câmara. A concepção de gramática descritiva proposta por Mattoso organiza-se a partir da dicotomia saussuriana sincronia-diacronia. Nessa gramática, a contradição entre as tomadas de posição do sujeito estabelece-se com base na divergência de perspectiva e também de método que constituem o saber da gramática descritiva, da gramática normativa e da gramática histórica. Além disso, como se trata de uma gramática descritiva, nos recortes que analisamos o sujeito gramático identifica-se com alguns saberes do domínio de saber do linguista. Entretanto, essa identificação não é plena, pois seu dizer é determinado pela posição histórica e ideológica em que se inscreve.

Em relação à **Moderna Gramática Portuguesa**, que também é uma gramática normativa, a contradição entre as diferentes tomadas de posição estabelece-se, principalmente, em relação a divergências entre as regras e os exemplos usados para ilustrá-las. Desse modo, a tomada de posição do sujeito gramático remete à forma como o sujeito do saber apreende o objeto real sobre o qual produz conhecimento. Diante das divergências entre as tomadas de posição, o sujeito do enunciado sustenta sua tomada de posição apoiado em exemplos que toma como objeto para normatização, como se retomasse o referente sobre o qual se produz conhecimento.

Resumidamente, considerando a relação do sujeito do saber, objeto de conhecimento e objeto real, entendemos que, na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, a contradição entre as tomadas de posição do sujeito gramático constitui-se em relação ao objeto de conhecimento, isto é, trata-se de uma contradição do sujeito do saber em relação aos diferentes critérios definidos para estabelecer as normas gramaticais. Na **Gramática Resumida**, a contradição entre as diferentes tomadas de posição estabelece-se a partir do ponto de vista e do método adotado pelo sujeito do saber, isto é, a tomada de posição do sujeito é definida pelo ponto de vista e do método utilizado para apreender o objeto real sobre o qual se produz conhecimento. Já na

Moderna Gramática Portuguesa, a contradição entre as diferentes tomadas de posição de sujeito constitui-se em relação às diferentes formas de apreender o objeto real sobre o qual se produz conhecimento. Nesse sentido, diante das diferentes tomadas de posição, o sujeito gramático volta-se para o objeto real, produzindo um efeito de que o saber sobre a língua é da ordem da evidência.

A partir do estudo desenvolvido, entendemos que a contradição é constitutiva da produção do conhecimento sobre a língua na gramática e remete em surdina a maneiras diferentes de se apreender o objeto de conhecimento. Para nós, o estudo da contradição permite compreender os gestos de leitura subjacentes a tomadas de posição do sujeito do saber e a forma como apreende seu objeto de conhecimento.

O GRAMÁTICO, UM MAU SUJEITO (no sentido pecheuxtiano do termo)

“Também é comum se dizer que se deve acabar o que se começa. Mas poucos se sentem assegurados de que completaram alguma coisa ao colocarem um ponto final” (ORLANDI, 1988, p. 9).

No presente estudo de tese, procuramos desenvolver uma reflexão acerca da contradição que se estabelece entre diferentes tomadas de posição de sujeito no discurso do gramático em relação a um mesmo objeto de conhecimento. Olhar para a contradição como lugar onde há um “descolamento” entre o sujeito do saber e o seu objeto de conhecimento pode ser uma possibilidade de refletir sobre o ponto onde cessa o efeito de objetividade do saber do gramático. Além disso, refletir sobre a contradição entre as tomadas de posição do sujeito gramático permite-nos explicitar a heterogeneidade que lhe é constitutiva e que não vem de um exterior.

Na verdade, a presente questão de pesquisa remonta a uma reflexão que havíamos começado a desenvolver em nossa dissertação de mestrado. Visando a compreender como o sujeito inscreve-se no discurso ao produzir conhecimento sobre a língua, em nossa dissertação de mestrado, desenvolvemos uma reflexão sobre a definição na gramática, isto é, como a definição constitui-se enquanto uma formulação singular que historiciza um gesto interpretativo e o inscreve no interdiscurso. Em meio às indagações que surgiram ao longo de nosso estudo sobre o saber gramatical, um questionamento que persistiu foi sobre a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, ou seja: como se constitui o gesto interpretativo do sujeito ao produzir conhecimento sobre a língua na gramática? Em nossa dissertação, recortamos como objeto de análise a definição atribuída à designação “sintagma”. Diante desse recorte, questionamos o efeito de evidência sobre o qual se constitui o saber do gramático e o efeito de a-historicidade da produção do conhecimento.

Para compreender como um saber significa, porém, é preciso reinscrevê-lo em um processo discursivo, retomando as condições históricas e ideológicas que o determinam. A partir do estudo que desenvolvemos sobre a definição, entendemos que

se trata de uma formulação singular que historiciza um gesto interpretativo e o inscreve no interdiscurso. Essa formulação singular é constantemente retomada no fio do discurso, de forma que se mantém um efeito de mesmo por meio da paráfrase e de efeitos metafóricos. Entretanto, ainda que se constitua enquanto uma formulação singular, a definição está sujeita ao deslize e pode ser re-significada por meio de retomadas, efeitos parafrásticos e efeitos metafóricos.

Em relação ao estudo realizado sobre as diferentes definições atribuídas à designação “sintagma”, um outro questionamento tomou forma: se, em um mesmo domínio de saber, uma designação pode ser passível de ser atribuída a diferentes definições, como se constitui esse efeito de evidência que permeia o saber do gramático? A partir desse questionamento, mas ainda com a mesma pergunta de fundo ressoando (como se constitui o gesto interpretativo do sujeito ao produzir conhecimento sobre a língua na gramática?), buscamos desenvolver uma reflexão sobre a contradição entre as diferentes tomadas de posição do sujeito gramático em relação à forma como o sujeito apreende o seu objeto de conhecimento.

Tomamos como objeto de análise três gramáticas publicadas em meados do século XX para compreender como se constituem essas tomadas de posição, tendo em vista as condições históricas em que a gramática se inscreve. Elegemos duas gramáticas normativas e uma gramática descritiva – ainda que esse não tenha sido o critério *a priori* – e, a partir disso, selecionamos cinco recortes discursivos em cada uma delas para compreender como o sujeito inscreve-se no discurso e toma uma dada posição ao produzir conhecimento sobre a língua. Nos recortes das gramáticas normativas que analisamos, a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** e a **Moderna Gramática Portuguesa**, as relações de contradição dão-se a partir da maneira como as diferentes tomadas de posição de sujeito estabelecem-se, principalmente em relação às divergências dos gramáticos quanto à regra estabelecida – que não sustenta os exemplos. Já nos recortes da **Gramática Resumida**, uma gramática descritiva, as relações de contradição por nós apreendidas estabelecem-se entre tomadas de posição divergentes quanto aos critérios metodológicos que sustentavam cada tomada de posição. De todo modo, a questão que permeia os recortes que analisamos é que as relações de contradição entre tomadas de posição

distintas estabelecem-se de acordo com as diferentes formas de apreender o objeto de conhecimento.

Além disso, é preciso considerar também que tais gramáticas selecionadas para o nosso estudo inscrevem-se em um período quando se discute o caráter empírico da gramática e busca-se a precisão do saber sobre a língua a partir de métodos e de critérios bem definidos. Essa preocupação está presente nas três gramáticas que selecionamos para o nosso estudo, cuja busca pelo rigor metodológico pode se manifestar de diferentes formas. Nas gramáticas normativas, como a de Rocha Lima (1957) e a de Evanildo Bechara (1961), a relação de contradição entre tomadas de posição de sujeito distintas estabelece-se pela divergência em relação às regras e normas. Desse modo, ao tomar uma dada posição de sujeito, o gramático que visa à normatização da língua ampara-se em um corpo de exemplos para justificar a constituição do saber gramatical. Já na gramática descritiva de Celso Pedro Luft (1960), a relação de contradição entre tomadas de posição de sujeito distintas estabelece-se pela divergência em relação a métodos e critérios distintos. Desse modo, o gramático que descreve, ao tomar uma dada posição, retoma saberes propostos por linguistas para atribuir uma rigorosidade metodológica à constituição do saber gramatical. Além disso, nos recortes que analisamos na **Gramática Resumida**, frequentemente estabelece-se uma relação de contradição entre a tomada de posição do gramático que normatiza e a tomada de posição do gramático que descreve – em relação aos critérios e métodos (mais precisamente sobre a falta de) para explicar um dado fato linguístico. Essa relação de contradição que se estabelece entre ambas as tomadas de posição de sujeito inscreve-se no horizonte de retrospectão em que a gramática é criticada pela falta de métodos e critérios bem definidos. Muitas vezes, essas críticas vinham dos próprios gramáticos, instaurando, desse modo, uma relação de contradição no seio da própria formação discursiva.

Em nossos recortes, procuramos explicitar em que medida o sujeito é interpelado pelo discurso com o qual se identifica, mas tem a ilusão de que tem autonomia sobre o que diz. As modalidades de funcionamento subjetivo permitiram-nos compreender e explicitar como o sujeito toma uma dada posição a partir das relações de contradição que se estabelecem e que vão fragmentando a forma-sujeito do discurso. Essas

noções, assim como as de interdiscurso e de esquecimento (nº 1 e nº 2), que constituem o sujeito, permitiram-nos compreender como o sujeito é determinado histórica e ideologicamente por seu discurso e não enuncia senão de uma posição determinada. A partir das modalidades de funcionamento subjetivo, principalmente a segunda modalidade (a contra-identificação, o mau sujeito), procuramos explicitar como o sujeito do enunciado toma uma dada posição no discurso que não se sobrepõe a do sujeito universal, mas não consegue resistir à interpelação ideológica que o determina. Ao se contra-identificar e tomar uma dada posição que não se sobrepõe à tomada de posição de sujeito dominante, o sujeito gramático tem a ilusão de autonomia sobre seu discurso, quando, na verdade, é livre apenas para melhor se assujeitar.

A forma como as relações de contradição estabelecem-se no discurso constitui-se pela retomada de um já-dito e esquecido que é linearizado no fio do discurso. Essa retomada é frequentemente linearizada no intradiscurso como uma citação que se encadeia sobre a forma da articulação e do discurso-transverso. Para nós, mais do que explicitar a heterogeneidade que constitui o interdiscurso, interessa-nos compreender também à historicidade da produção do conhecimento sobre a língua, igualmente ao fato de que a produção do conhecimento só existe a partir dos sujeitos e na história. O sujeito gramático, ao tomar uma dada posição no interior da forma-sujeito, não pode ser considerado como a origem de uma nova discursividade, mas essa tomada de posição deve ser entendida como uma forma singular de o sujeito relacionar-se com a ideologia que o domina.

A partir do estudo que desenvolvemos na presente tese, podemos compreender como se constitui o gesto interpretativo ao produzir conhecimento sobre a língua na gramática. Essas tomadas de posição do sujeito estão inscritas na história e no seio de uma formação discursiva com a qual o sujeito identifica-se. Por considerarmos a gramática um objeto de conhecimento produzido por sujeitos e na história, entendemos que é preciso questionar os horizontes de retrospectão em que os saberes inscrevem-se para compreender que as tomadas de posição de sujeito não se constituem por um efeito “barão de Münchhausen”, onde o sujeito poderia se alçar pelos próprios cabelos para resistir à interpelação ideológica. As tomadas de posição são, portanto, históricas

e determinadas pelo discurso e, por mais o gramático seja um mau sujeito, ele é determinado pelo discurso com o qual se identifica.

A partir do questionamento sobre a relação entre o sujeito do saber e seu objeto de conhecimento, entendemos que a gramática constitui-se enquanto um instrumento imperfeito na medida em que o objeto sobre o qual se produz conhecimento não permite ser apreendido na sua totalidade. A não sobreposição do sujeito do enunciado ao sujeito universal pressupõe que a tomada de posição do sujeito está associada à forma como o sujeito apreende o seu objeto de conhecimento com base em seu gesto interpretativo. Desse modo, entendemos que as diferentes tomadas de posição de sujeito constituem-se na sua singularidade, no seio de uma forma-sujeito, o que significa que elas *são puramente diferenciais, definidas não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com as outras* tomadas de posição que constituem o processo discursivo. Nesse sentido, poderíamos dizer ainda, fazendo ressoar ainda mais uma vez o dizer do mestre genebrino, que o que singulariza uma dada tomada de posição é *ser aquilo que as outras não são*.

*

Só há causa daquilo que falha

Lembro que, quando eu era criança e teimava ou queria impor minhas vontades, minha mãe ralhava comigo e dizia:

- Tu não te adotoreia!

Eu, que sempre fui dada à rebeldia, ainda que a minha cara de boa moça não revele isso, hoje digo:

- Eu me adotoreio sim, mãe!

Mas agora ela já não ralha mais, e acha até bom que eu me adotoreie. Já não sei mais se eu sou um bom ou um mau sujeito.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGUSTINI, Cármen Lúcia Hernandes. **A enunciação do transbordamento das regras: a estilística no discurso da gramática**. 2003. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2003.

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa lingüística do Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 2004.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado (Notas para uma investigação). In.: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Sobre a dialética materialista (da desigualdade das origens). In.: SANTOS, Wanderley Guilherme (Org.). **Dialética e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. **Sobre o trabalho teórico**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

ARRIVÉ, Michel. [2007]. **Em busca de Ferdinand de Saussure**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. **La raison, le langage et les normes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998a.

_____. **A Filosofia da linguagem**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998b.

_____. **Filosofia da linguagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **A questão da cientificidade das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Tradução de Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas, SP: RG, 2008.

BECHARA, Evanildo. Em demanda dos enlaces na sistematização ortográfica. In.: **Ortografia da língua portuguesa: história, discurso, representações**. Maurício Silva (Org.). São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BECK, Mauricio. **Aurora Mexicana: processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: O exemplo do discurso zapatista**. 185f Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

_____ ; ESTEVES, Phellippe Marcel da Silva. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. Revista **Leitura**, Maceió, n. 50, 2012, p. 135-162.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Tradução de Maria de Glória e Maria Luisa Néri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de Lingüística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães [et.al.]. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Tradução de Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Nilton Milanez. In.: Revista **Polifonia**, Cuiabá, 2006, v.12, n. 2, p. 1-13.

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____ ; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e Dicionário. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica (Org.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: A palavra e a frase. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. A gramática no período JK. In: Bethânia Mariani; Vanise Medeiros. (Org.). **Idéias lingüísticas**: formulação e circulação no período JK. Campinas: RG Editora/FAPERJ, 2010, p. 33-42.

DIAS, Juciele Pereira. **Um gesto de interpretação na história do conhecimento lingüístico**: a definição do nome gramática. 245f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

DOSSE, François. **História do estruturalismo I**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp; Ensaio, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2008.

FENOGLIO, Irène. Du texte avant le texte: Formes génétiques et marques énonciatives de pré-vision textuales. In: **Langue française**, n° 155, p. 8-34, 2007.

FOUCAULT, Michel. [1969] **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GANASCIA, Jean Gabriel ; FENOGLIO, Irène ; LEVRAVE, Jean-Louis. Manuscrits, genèse et documents numérisés – EDITE : une étude informatisée du travail de l'écrivain. In : **Document Numérique**, n° 4, vol. 8, p. 91-110, 2004. Disponível em : <<http://www.cairn.info/revue-document-numerique-2004-4-page-91.htm>>

GONÇALVES, Susana da Silveira. **A história de instrumentos linguísticos no sul: o lugar de Celso Pedro Luft**. 233f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua de Civilização e Línguas de Cultura: A Língua Nacional do Brasil. In: BARROS, Diana (Org.). **Os Discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000, p. 169-180.

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Enunciação e política de línguas no Brasil. Revista **Letras**, Santa Maria, n. 27, 2003, p. 47-53.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Orlandi com a colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. 2. edição. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. A noção de sujeito em análise de discurso: do desdobramento à fragmentação. In: **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. Coleção Ensaios – PPG-Letras UFRGS, nº 22.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARIANI, Bethania. Políticas de Colonização Linguística. Revista **Letras**, Santa Maria, n. 27, 2003, p. 73-82.

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. A Linguística Brasileira. In.: NARO, Anthony J. (Org.). **Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil**. Tradução de Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

MELO, Gladstone Chaves. (1949) **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

NARO, Anthony J. Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil. In.: NARO, Anthony J. (Org.). **Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil**. Tradução de Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. Tradução de Ana Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista!**: O discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1990.

_____. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. Ir ao congresso: fazer história da ideias linguísticas? In: ORLANDI, Eni.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas, SP: Pontes, 2002a.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. [1999]. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e Leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2007.

_____. Oralidade e interpretação: o dito, o esquecido, o disperso, o indistinto. In.:

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORWEL, George. **1984**. Tradução de Wilson Velloso. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

PAVEL, Thomas. **A miragem linguística**: ensaio sobre a modernização intelectual. Tradução de Eni Orlandi, Pedro de Souza e Selene S. Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et.al). **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

_____. Análise automática do discurso (AAD-1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani [et.al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

_____.; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani [et.al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Tradução de Bethânia Mariani. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

_____. Remontemos de Foucault a Spinoza. Tradução brasileira Maria do Rosário Gregolin. Edição Original: PÉCHEUX, Michel. Remontons de Foucault à Spinoza. In.: **L' inquiétude du discours**. Textes choisis par Denise Maldidier. Paris: Ed. Cendres, 1977.

PETRI, Verli. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: **Revista Letras**, Programa de Pós-Graduação em Letras - UFSM, n. 21, p. 121-125, jul./dez. 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio de poética do saber. Tradução de Eduardo Guimarães e Eni Orlandi. São Paulo: EDUC; Pontes, 1994.

_____. O dissenso. In.: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística Geral**. 27. ed. Organizado e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Escritos de Linguística Geral**. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHERER, Amanda E.; BRUM DE PAULA, Miriam Rose. Memória e história das ideias: ensino do francês no RS do fim do século XIX ao início do século XX. In.: ORLANDI, Eni.; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Linguística no sul: estudo das ideias e organização da memória. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Miriam. **Sentido e memória**. Campinas, SP: Pontes, 2005, p.9-39.

_____. As inquietudes discursivas de um orientador. In.: _____ (Org.) **Discurso**: circulação, fragmentação e funcionamento. Santa Maria, RS: UFSM, CAL, PPGL, Laboratório Corpus, 2006.

_____. Apresentação – Os limites do real e da história: Do Plano das Ideias ao Plano Teórico. In.: **Fragmentum**. Santa Maria, n. 31, 2011, p. 11-13.

_____. A procura da língua universal: entre a memória e história. In: ZANDWAIS, Ana. (Org.) **História das ideias**: diálogo entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2012. p. 157-174.

_____; PETRI, Verli. Os manuscritos como material simbólico em uma política científica de internacionalização. In.: FENOGLIO, Irène. **Manuscritos de linguistas e genética textual: quais os desafios para as ciências da linguagem?** Exemplo através de “papiers” de Benveniste. Tradução de Simone Mello Oliveira, Verli Petri da Silveira, Zélia Maria Viana Paim. Santa Maria: PPGL Editores, 2013.

SCHNEIDERS, Caroline Mallmann. **Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil nos anos 50**. 115f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

_____. **Serafim da Silva Neto**: entre a constituição e a circulação do conhecimento linguístico. 215f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SÉRIOT, Patrick. **Limites, bornes et normes: la délicate constitution de l'objet de connaissance en sciences humaines**. In. : Colloque GeoPonts, 2000, p. 125-139.

SURDI, Márcia Ione. **Gramática Normativa: movimentos e funcionamento do “diferente” no “mesmo”**. 132f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

VARGAS, Rejane Maria Arce. **A designação e a dessignificação**: a filiação de sentidos na fraseologia contemporânea. 199f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

VENTURINI, Maria Cleci. **Rememoração/comemoração**: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano. 233f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

ZANDWAIS, Ana. Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: _____. **História das ideias**: diálogo entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2012, p. 175-191.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In.: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARQUIVO DE PESQUISA

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 1961.

LUFT, Celso Pedro. **Gramática Resumida**. Porto Alegre: Globo, 1960.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Briguiet, 1957.